

JIANI FERNANDO LANGARO

PARA ALÉM DE PIONEIROS E FORASTEIROS
Outras histórias do Oeste do Paraná

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA

2006

JIANI FERNANDO LANGARO

PARA ALÉM DE PIONEIROS E FORASTEIROS

Outras histórias do Oeste do Paraná

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) como requisito para a obtenção do título de Mestre em História Social, sob a orientação do Professor Doutor Paulo Roberto de Almeida.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE HISTÓRIA

JANEIRO/2006

FICHA CATALOGRÁFICA

Elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UFU / Setor de
Catalogação e Classificação / mg / 12/05

L271p Langaro, Jiani Fernando.
 Para além de pioneiros e forasteiros : outras histórias
 do oeste do Paraná / Jiani Fernando Langaro. - Uberlândia,
 2005.
 280f. : il.
 Orientador: Paulo Roberto de Almeida.
 Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uber –
 lândia, Programa de Pós-Graduação em História.
 Inclui bibliografia.
 1. História social - Teses. 2. Paraná - História - Teses.
 3. Trabalhadores - Paraná - História - Teses. I. Almeida,
 Paulo Roberto. II. Universidade Federal de Uberlândia. Pro-
 grama de Pós-Graduação em História. III. Título.

CDU: 930.2:316 (043.3)

BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Célia Rocha Calvo

Professor Doutor Rinaldo José Varussa

Professor Doutor Paulo Roberto de Almeida

(orientador)

*Aos meus pais, Natálio e Marlene
e ao meu irmão, Jerri,
pela força e compreensão.*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de prestar meus sinceros agradecimentos a todas as pessoas que colaboraram para a viabilização do presente trabalho. É impossível nomear a todos, assim peço desculpas àqueles que não forem citados, embora estendo a eles minha gratidão.

Agradeço àqueles que colaboraram diretamente com a presente pesquisa, os quais estão relacionados ao final deste trabalho, concedendo depoimentos orais e fotografias. Também àqueles que forneceram materiais e informações, em especial Castro, pelos recortes de jornais, Rudi e Geci Reolon, pelo painel contendo a planta da sede municipal de Santa Helena e Natálio e Marlene Langaro, meus pais, pelos jornais, revistas e demais materiais a mim cedidos. Aos servidores das instituições consultadas pela atenção e solicitude.

Ao Prof. Dr. Paulo Roberto de Almeida, por ter aceito a tarefa de orientar-me e por ter sido não apenas orientador, mas também amigo, compreendendo-me nos momentos em que precisava, mas sabendo efetuar cobranças quando as julgava necessárias. Sem ele, o presente estudo não teria sido possível.

Ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pela bolsa de pesquisa concedida no período de redação desta dissertação; ao PROCAD (Programa de Cooperação Acadêmica) da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa recebida no segundo semestre de 2004, por meio da qual foi possível cursar uma disciplina na PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo) e à Prefeitura Municipal de Santa Helena que, por meio de lei própria, auxilia os estudantes locais ressarcindo valores gastos com o transporte para as instituições nas quais estudam.

A todos os professores do programa de pós-graduação em História da UFU – Universidade Federal de Uberlândia, com quem mantive contato, em especial aos professores da linha de pesquisa *Trabalho e Movimentos Sociais* pela atenção dedicada nas disciplinas, bancas e demais atividades realizadas.

Gostaria de registrar meu agradecimento ao Professor Doutor Hermes Reis de Araújo, Professor Doutor Wenceslau Gonçalves Neto e à Professora Doutora Heloisa Helena Pacheco Cardoso, pelas questões apresentadas na banca de avaliação do projeto ao ingressar no programa.

À Professora Doutora Dilma Andrade de Paula pela atenção sempre despendida; à Professora Doutora Célia Rocha Calvo e, novamente, à Professora Doutora Heloisa Helena Pacheco Cardoso, pelos importantes apontamentos realizados nas disciplinas que ministraram e na banca de qualificação.

Aos professores das demais linhas de pesquisa que tive a oportunidade de conhecer, principalmente, ao Professor Doutor Alcides Freire Ramos, à Professora Doutora Rosângela Patriota e à Professora Doutora Jacy Alves de Seixas.

Aos servidores e monitores do Programa de Pós-Graduação em História da UFU, em especial Gonçalo, Maria Helena e Sandra, pela disposição em atender-me.

Devo meus agradecimentos também à Professora Doutora Olga Brites, da PUC–SP, pela receptividade e pelas sugestões apresentadas na disciplina cursada naquela instituição.

A todos os professores do curso de História da UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, na qual realizei minha graduação e com quem procurei manter contato dentro dos limites impostos pela dedicação ao presente trabalho.

Em especial, sou grato à Professora Doutora Geni Rosa Duarte que me orientou na iniciação científica e no trabalho de conclusão de curso de graduação, ao Professor Doutor Davi Felix Schreiner pelo incentivo sempre prestado, ao Professor Doutor Robson Laverdi e ao Professor Doutor Rinaldo José Varussa, integrantes da banca de avaliação do trabalho de conclusão de curso pelos apontamentos que muito me ajudaram nesta nova etapa.

Agradeço, mais uma vez, antecipadamente, à Professora Doutora Célia Rocha Calvo e ao Professor Doutor Rinaldo José Varussa, integrantes da banca de defesa, na certeza de que seus apontamentos serão de fundamental importância para minha trajetória e crescimento profissional.

A todos os amigos de Uberlândia, em especial à Karla (companheira da APG – Associação de Pós-Graduandos), Flávia e Gilson que muito gentilmente me acolheram em sua casa quando estava em processo de mudança para essa cidade. Também àqueles com quem fiz amizade na UFU, Rafael, Jussara (também companheira na APG), Diogo, Tadeu e tantos outros.

Aos colegas e amigos da linha de pesquisa e das disciplinas, em especial a Renato, Mônica (companheira na APG e no Colegiado da Pós), Edna, Roberta, Luciana, Sérgio Paulo e Ivani (que resolveu questões burocráticas quando encontrava-me longe). Ao

Beto, companheiro nas viagens para São Paulo e nos dilemas de pesquisa. Aos colegas da APG, Leandro e Marcelo e aos vizinhos e amigos, Dona Maria, Letícia, Gabriel, Éder, Bruno, Julliany e Michael.

A todos os amigos de São Paulo, principalmente, Ana Karine, Alan, Fernanda, Lucirene, Marlene, Emília e André. Àqueles que conheci em Marechal Cândido Rondon, em especial Emílio, Selma, Giseli, Carla, Camila, Mara, Luciana, a pequena Izabel, Edimara e Fabiane.

Aos meus pais, Natálio e Marlene, e ao meu irmão, Jerri Antônio, pela presença constante em minha vida.

Peço desculpas a todos pelas ausências durante o período em que trabalhei na presente dissertação. Agradeço, ainda, a compreensão e solidariedade recebida nos momentos em que mais precisei.

Como qualquer experiência humana, a memória é também um campo minado pelas lutas sociais: um campo de luta política, de verdades que se batem, no qual esforços de ocultação e clarificação estão presentes na luta entre sujeitos históricos diversos que produzem diferentes versões, interpretações, valores e práticas culturais. A memória histórica constitui uma das formas mais poderosas e sutis da dominação e da legitimação do poder. Reconhecemos que tem sido sempre o poder estabelecido que definiu, ao longo do tempo histórico, quais memórias e quais histórias deveriam ser consideradas para que se pudesse se estabelecer uma certa Memória para cunhar uma História “certa”. E aí está nosso campo de atuação como historiadores comprometidos no social, interessados em voltar aos acontecimentos passados não apenas para conhecer sua história, mas para buscar as razões que o engendraram, buscando no presente o que resta desse passado – tendo como horizonte a transformação no presente e a construção de um futuro diferente do que temos hoje.

*Projeto PROCAD, Cultura Trabalho e Cidade:
Muitas Memórias, Outras Histórias, 2000.*

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discutir as *muitas memórias* em disputa no Oeste do Paraná, tomando como base o Município de Santa Helena e as *outras histórias* que emergem dessa tensão. Produzidas em diferentes momentos, tais versões referem-se a processos sociais desenvolvidos entre 1950 e 2005 e relacionam o local ao regional.

Abordo, inicialmente, o processo de constituição de uma memória na esfera pública de Santa Helena, trabalhando com fontes como livros de história, monumentos, materiais de imprensa e de divulgação do poder público local. Constituída, geralmente, a partir das “elites” do lugar, tal versão expressa projetos elaborados para o município.

Realizo um estudo *relacional*, a partir do olhar lançado por trabalhadores que vivem no município, sobre suas trajetórias de vida. Tomo suas narrativas como testemunhos vivos da memória e local privilegiado para captar, no lugar, as muitas versões em disputa. Esses sujeitos, então, realizam um trânsito, por entre as diferentes formas de perceber o passado e afirmam-se no lugar, a partir de suas memórias.

Intercruzando fontes orais, materiais jornalísticos e algumas fotografias, procuro observar as *outras histórias* que são constituídas nessa disputa. Abordo as maneiras de viver e trabalhar, constituídas localmente, em que muitos trabalhadores associam elementos rurais e urbanos, ao mesmo tempo em que vão constituindo, de maneira diversa e até contraditória, uma fronteira entre campo e cidade.

Trato das formas pelas quais eles utilizam suas lembranças, a fim de referenciar projetos e demandas que lhes são próprios. Suas recordações constituem-se, assim, em instrumento de luta social, tendo como foco principal à reivindicação da riqueza local, representada pela terra na década de 1970 e, a partir da década de 1990, pelos *royalties* pagos pela usina hidroelétrica de Itaipu à Prefeitura Municipal de Santa Helena.

Observo, ainda, a partir da década de 1990, uma transformação ocorrida com relação ao trabalho em tais memórias. Nas versões produzidas na esfera pública, ele deixa de ser um centro convergente, passando a ocupar esse lugar a noção de “desenvolvimento”. Nas narrativas dos trabalhadores o labor é apresentado, porém, o foco principal das narrativas recai sobre o acesso à riqueza local, mediado pelo poder público. Tal fator aponta para a historicidade dessas memórias e para sua constituição em meio às relações sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Memórias. Trabalhadores. Cidade.

ABSTRACT

The present essay has the purpose of discussing the *many memories* in dispute in the West of Paraná, having as base the Municipal District of Santa Helena and *other stories* that emerge from this tension. Produced in different moments, those versions refer to social processes developed between 1950 and 2005 and relate the place to the regional.

I approach, at first, the constitution process of a memory in the public sphere of Santa Helena, working with sources as History books, monuments, press material and also material for divulgation of the local public power. Usually constituted by the “elites” of the place, that version expresses projects elaborated for the municipal district.

I accomplish a *relational* study, starting from the look given by workers that live in the municipal district, about their life trajectories. I take their narratives as live testimonies of the memory and place privileged to capture, in the place, the many versions in dispute. These subjects, then, carry out a transit, among the different ways of perceiving the past and establish themselves in the place, starting from their memories.

By crossing oral sources, journalistic materials and some photographs, I seek to observe the *other stories* that are constituted in this dispute. I approach the ways of living and working, locally constituted, in which many workers associate rural and urban elements, at the same time that they constitute, in a diverse and even contradictory way, a border between the countryside and the city.

I talk about the ways by which they use their remembrances, intending to reference projects and demands, which are particular to them. Their reminiscences are constituted, thus, in instrument of social struggle, having as main focus the demanding for the local richness, represented by the land in the seventies and, from the nineties on, by the royalties paid by Itaipu power plant to Santa Helena City Hall.

I observe, moreover, starting in the nineties, a change occurred in relation to the work in those memories. In the versions produced in the public sphere, it is no longer a convergent center, but the notion of “development” occupies this spot. In the workers’ narratives the labor is presented, but the main focus of the narratives reverts to the access to the local richness, mediated by the public power. Such factor points to the historicity of these memories and to its constitution among the social relations.

KEY-WORDS: Memories. Workers. City.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
CAPÍTULO I	
CONSTRUINDO UM OLHAR SOBRE O PASSADO:	
USOS E LUGARES DE MEMÓRIA	39
CAPÍTULO II	
ENTRE TRAJETÓRIAS E EXPECTATIVAS:	
MUITAS MEMÓRIAS DE UM LUGAR	104
CAPÍTULO III	
REINVENTANDO A VIDA:	
CULTURA, TRABALHO E AFIRMAÇÃO POLÍTICA EM SANTA HELENA	161
CONSIDERAÇÕES FINAIS	232
FONTES	240
<i>Depoimentos orais</i>	<i>240</i>
<i>Fotografias levantadas em álbuns de família</i>	<i>244</i>
<i>Fotografias dos trabalhadores entrevistados, produzidas pelo autor</i>	<i>250</i>
<i>Mapas e planta urbana</i>	<i>251</i>
<i>Fontes estatísticas</i>	<i>251</i>
<i>Fontes memorialísticas</i>	<i>252</i>
<i>Monumentos e “lugares de memória” fotografados pelo autor</i>	<i>253</i>
<i>Hino, materiais publicitários e informativos produzidos pela Prefeitura Municipal de Santa Helena</i>	<i>253</i>
<i>Fontes jornalísticas e revistas</i>	<i>254</i>
<i>Recortes de jornais</i>	<i>255</i>
BIBLIOGRAFIA	257
ANEXOS	270
<i>Anexo I – Mapa do Estado do Paraná</i>	<i>270</i>
<i>Anexo II – Mapa da Mesorregião Oeste do Paraná</i>	<i>271</i>
<i>Anexo III – Mapa do Município de Santa Helena em 1980 (antes do alagamento para a formação do reservatório de Itaipu e da emancipação do Distrito de São José)</i>	<i>272</i>
<i>Anexo IV – Mapa do Município de Santa Helena após o alagamento para a formação do reservatório de Itaipu e da emancipação do Distrito de São José</i>	<i>273</i>
<i>Anexo V – Planta da Sede Municipal de Santa Helena (Parte 1)</i>	<i>274</i>
<i>Anexo VI – Planta da Sede Municipal de Santa Helena (Parte 2)</i>	<i>276</i>

APRESENTAÇÃO

Por mais elaborados que sejam os mecanismos internos, as torções e autonomias, a prática teórica constitui o ponto extremo do reducionismo: uma redução: não da “religião” ou da “política” à “economia”, mas das disciplinas do conhecimento a apenas um tipo “básico” de Teoria. A teoria está sempre recaindo numa teoria ulterior. Ao recusar a investigação empírica, a mente está para sempre confinada aos limites da mente. Não pode caminhar do lado de fora. É imobilizada pela câibra teórica e a dor só é suportável se não movimentar seus membros.

*Edward Palmer Thompson,
O termo ausente: experiência, 1978.*

A partir do presente trabalho, abordo como problemática central, as *muitas memórias* em disputa no Oeste do Paraná, tomando como base o Município de Santa Helena e prestando atenção nas *outras histórias* que emergem desse embate.¹ Trato de versões do passado, produzidas no âmbito municipal, mas que, de uma maneira geral, referem-se à própria região, constituídas a partir de processos sociais desenvolvidos, principalmente, entre 1950 e 2005.

Tomo como ponto de partida o estudo de uma memória produzida na esfera pública local, a qual busca tornar-se hegemônica. Constituída a partir de marcos triunfantes, que têm como base projetos vencedores, aponta para um lugar constituído em uma linha evolutiva linear, tendo como eixo articulador o “progresso” e o “desenvolvimento”. Por meio de diferentes suportes, como livros de história, projetos culturais, monumentos e imprensa, delineia-se o que deve ser lembrado, quando e onde, minimizando e desqualificando as outras relações estabelecidas com o passado.

Apresenta uma história pautada na “colonização planejada”, desenvolvida no município a partir da década 1920 por meio de iniciativas esparsas, e entre as décadas

¹ O Oeste do Paraná localiza-se na região que faz fronteira com a República do Paraguai, à oeste, a República Argentina, à sudoeste e o Estado de Mato Grosso do Sul, à noroeste. As principais cidades são Cascavel, Foz do Iguaçu e Toledo. Trata-se de uma região cuja economia baseia-se na agroindústria e na agricultura mecanizada, integrada no circuito internacional do agronegócio, desenvolvida, geralmente, em pequenas propriedades rurais, com trabalho familiar, embora existam, também, latifúndios nesse local. Santa Helena constitui-se em um pequeno município dessa região, na fronteira com o Paraguai, possuindo uma população estimada de 20.000 habitantes. Embora tenham sido movidos esforços para o desenvolvimento do turismo, sua economia gira em torno da agricultura, sendo cultivados, predominantemente, soja e milho, aliados à produção leiteira e avícola, tendo essa última crescido nos últimos anos.

de 1950 e 1960, acompanhando um movimento regional de conquista do Oeste do Paraná, pela sociedade nacional. Mesmo quando o período anterior é abordado, sua ordenação caminha no sentido de apresentar tal evento como “racional”, um marco de fundação da sociedade local, que teria “nacionalizado” aquela fronteira, antes, sob ocupação estrangeira.² De tal processo emergem os “pioneiros”, alcunha que define, geralmente, migrantes sulinos, descendentes de europeus (em especial italianos e alemães) e pequenos proprietários rurais, tratados com uma espécie de “heróis” locais.

De maneira mais secundária, outros marcos e questões se fazem presentes na esfera pública, como a construção da usina hidroelétrica de Itaipu,³ cujo reservatório inundou boa parte do território municipal de Santa Helena. Essa área era composta, em sua grande maioria, por propriedades rurais.⁴ Pude notar na imprensa, em especial, uma tentativa de ressignificar esse momento – percebido, geralmente, a partir dos problemas trazidos para o lugar – como um marco de “desenvolvimento”, com as possibilidades de implementação do turismo, que teriam sido proporcionadas pela construção da praia artificial nos arredores da sede municipal.

Por outro lado, percebi que acompanhava esse movimento, o intento de se minimizar as lutas empreendidas pelas pessoas que se sentiram prejudicadas pelas desapropriações e pelas formas como aquele projeto estava sendo concretizado. Em outros momentos, pude notar, a despotencialização dos trabalhadores locais como sujeitos, reduzindo sua experiência a mero produto de certos marcos de memória, como a construção daquela represa.

Tais fatores levaram-me a refletir sobre as formas como os trabalhadores estavam sendo abordados em certos materiais de imprensa e fotojornalismo local e regional. Percebi que eram, geralmente, apresentados de maneira estereotipada, como “pobres”,

² Adiante, no primeiro capítulo, trabalharei mais especificamente esses marcos de memória.

³ Conforme aponta Paludo, a Itaipu Binacional surgiu de um consócio internacional que envolveu os governos do Brasil e do Paraguai. Em 26 de abril de 1973 foi firmado o acordo para sua construção, sendo assinado pelos presidentes ditadores dos dois países, General Emílio Garrastazu Médici e General Augusto Stroessner. As obras, bem como as desapropriações das áreas que seriam atingidas pela usina hidroelétrica, iniciaram-se em 1977. In: PALUDO. op. cit. p. 5. (Informações vinculadas em nota de rodapé).

⁴ De acordo com Prediger, foram desapropriados 26.561 hectares de terras, representado 26,34 % da área agricultável do Município de Santa Helena. In: PREDIGER. op. cit. p. 10. Welter aponta que nesse processo, 31% do território municipal foi alagado. In: WELTER. op. cit. p. 22. Carniel, por sua vez, destaca que a área alagada corresponde a 1.418 km², representando 41,5 % da área do município. In: CARNIEL, Solange Maria. *O Oeste paranaense e a singularidade de São José das Palmeiras – 1969-1985*. Niterói/RJ: UFF, 2003. (Dissertação de Mestrado em História Social). p. 56.

no sentido de serem dependentes de assistência social, proporcionada pelos poderes públicos e entidades filantrópicas.

Pude constatar uma relação entre essas “memórias públicas” e projetos que iam sendo delineados para o município. Em certos meios, deparei-me com a própria tentativa de classificar-se determinados sujeitos como “*pioneiros*” ou “*de fora*”, na busca pela viabilização de certos planos e de afirmar-se quem teria direito (ou mais direito) ao lugar.

Tal processo ia sendo constituído por diferentes forças políticas, tendo à sua frente membros da “elite” local, composta por empresários e agricultores, os mais abastados do lugar – principalmente, mas longe de ser exclusivamente – além de profissionais liberais e certos funcionários públicos, geralmente, ocupantes de cargos de mais alto escalão para os termos locais. Esse estrato social, por sua vez, articula-se por meio de certos espaços da sociedade local, como os clubes esportivos e recreativos e entidades como o *Lions Club* e *Rotary Club*, sendo mais caracterizado pela cultura e valores por eles produzidos do que pela renda que possuem. As questões relacionadas aos trabalhadores nos materiais jornalísticos ligados a tais grupos apareciam em seus esforços para granjear apoio e referência popular para seus projetos.

A partir de tais constatações, passo a discutir as *muitas memórias* que compõem o lugar, utilizando depoimentos orais produzidos com pessoas que vivem e trabalham no município. Compreendo suas narrativas não como uma outra versão, obscurecida pela memória pública local e fazendo-lhe oposição, mas como lugar privilegiado para a apreensão de diferentes dimensões da disputa pelo passado. Tratam-se de formas de organizar, em outros marcos e mediações, os mesmos processos de transformação histórica do lugar. Delas emerge uma outra noção de tempo, constituída por essas pessoas a partir dos significados que tais mudanças possuíram para suas vidas.

Abordo o olhar que esses trabalhadores lançam sobre suas trajetórias de vida. Em muitos momentos é possível notar como suas lembranças vão sendo constituídas em uma íntima relação com aquelas versões públicas. A memória do “pioneirismo”, principalmente, mas de outros marcos de memória da região, como a “mecanização da agricultura”,⁵ costumam ser apresentados, em suas narrativas, para explicar suas experiências locais passadas. Tais lembranças, entretanto, são tratadas a partir dos

⁵ Trata-se do processo de tecnificação da produção agrícola na região (com o uso de máquinas, agrotóxicos e sementes selecionadas) e de sua inclusão no mercado internacional, ocorrida a partir da década de 1970. Tal processo será melhor discutido ao longo do presente trabalho.

próprios interesses desses sujeitos, de seu lugar social e experiência de classe. Possuem um caráter político, tendo essas pessoas buscado, a partir de tais recursos, afirmar suas presenças no município. Explicam, inclusive, seus insucessos sociais a partir de fatores que não se limitam ao pessoal, mas que estão relacionados com questões mais amplas.

Nesse inter cruzamento de memórias, trabalho a possibilidade de captarem-se as *outras histórias* que vão sendo tecidas a partir dessa disputa e que vão para além daquela memória pública, de seus marcos cristalizados e dos debates em torno de “*pioneiros*” e “*de fora*”, ou poderia se dizer, *forasteiros*. Utilizo como recurso não somente depoimentos orais, mas também algumas matérias jornalísticas e fotografias que foram coletadas junto a uma das pessoas entrevistadas na pesquisa.

Ponto as maneiras de viver e trabalhar que tais sujeitos foram constituindo no lugar, associando elementos rurais e urbanos, ao mesmo tempo em que vão estabelecendo, não todos da mesma maneira, uma fronteira entre campo e cidade. Trato, ainda, das formas como esses trabalhadores afirmam-se politicamente, utilizando suas memórias como instrumento de luta social na reivindicação por direitos.

Percebo que as demandas desses sujeitos relacionam-se, geralmente, à busca por participar da riqueza local, que na década de 1970 era representada pela conquista da terra e, posteriormente, a partir da década de 90, traduz-se no reivindicar participação nos *royalties*⁶ pagos por Itaipu à prefeitura municipal. A partir de sua experiência social e do aprendizado político forjado ao longo de suas trajetórias e nessa disputa pelas muitas memórias, esses sujeitos foram constituindo maneiras próprias de tensionar essa sociedade, muitas vezes passando ao largo de noções mais cristalizadas de “movimentos sociais”. Suas formas de lutar, muitas vezes, apresentam-se ancoradas em um sentido

⁶ Carniel aponta que os *royalties* constituem-se em compensações financeiras pagas por Itaipu aos governos brasileiro e paraguaio, em virtude da utilização do potencial hidráulico do Rio Paraná. A usina iniciou sua produção de energia em 1985, e conforme aponta, até 1991 tal compensação ficou restrita ao Tesouro Nacional. O pagamento dos valores referentes a esse período foi negociado entre os anos de 1992 e 2001. Em 1991, com a criação da “Lei dos Royalties”, outros órgãos governamentais foram inseridos na lista dos beneficiados por tais créditos. Além do Tesouro Nacional e outras instituições federais, que não menciona, aponta os governos estaduais do Paraná e de Mato Grosso do Sul, 15 municípios do Paraná e um de Mato Grosso do Sul, que tiveram suas áreas afetadas durante o processo de construção da hidroelétrica e outros estados e municípios não diretamente atingidos. A partir da criação dessa lei até 2002, ainda de acordo com Carniel, os valores pagos somaram 1,49 bilhão de dólares, sendo que desses, Santa Helena recebeu 143,8 milhões. In: CARNIEL. op. cit. p. 56. (em nota de rodapé). Toma como base: MÜLLER, Arnaldo Carlos. *Hidroelétricas, meio ambiente e desenvolvimento*. São Paulo: Makron Books, 1995. Cabe frisar que a base de cálculo para os valores pagos corresponde à área alagada dos municípios. Nesse sentido, Santa Helena costuma receber a maior parcela por ter sido o mais atingido no processo de construção do reservatório.

mais individual ou restrito ao círculo familiar e de amigos, embora façam parte da experiência e cultura de classe desses trabalhadores, produzida na dinâmica histórica.

Embora, em vários momentos, as demandas desses trabalhadores acabam sendo mediadas pelo governo municipal, como a busca por empregos públicos, isso não significa uma mera submissão deles às forças hegemônicas. As pessoas, de uma maneira geral, também elaboram projetos e reivindicam sua participação na riqueza local a partir de seus próprios interesses e objetivos. Disputam, dessa maneira, o próprio núcleo de decisão, de como aplicar os *royalties* concentrados na prefeitura municipal, entidade que recebe tais recursos.

Essas *outras histórias* apresentam o diálogo que procurei estabelecer com esses trabalhadores, no intuito de trazer um pouco de suas vidas e das lutas travadas por eles no lugar. Expressam a interpretação que construí, a partir das evidências analisadas, sobre diferentes dimensões que a disputa pelas muitas memórias adquire na vida social local.

No presente estudo, trato de *memórias* e *histórias* que se referem ao mesmo tempo ao *local*, compreendido como o Município de Santa Helena e ao *regional*, ou seja, o Oeste do Paraná de uma maneira geral. Apesar dessa interrelação local-regional ser a referência para o desenvolvimento do trabalho, ela não se encerra sobre si mesma.

O Oeste do Paraná, desde a década de 1950, principalmente, vem sendo alvo de projetos desenvolvidos no âmbito nacional e estadual. Esse é o caso, por exemplo, da “colonização” das décadas de 1950 e 1960, da “mecanização da agricultura” iniciada na década de 1970 e da construção de Itaipu, realizada em fins da década de 1970 e início de 1980.

Essa região vem sendo pensada em níveis mais amplos, dando suporte aos projetos econômicos nacionais. Tal fator se traduz no papel ocupado por ela no sistema agrário nacional, em que se apresenta composta, predominantemente, por pequenas propriedades rurais – embora reitere que existem também latifúndios – ligadas ao circuito da agroexportação ou na função de fornecedora de energia elétrica, fomentando o desenvolvimento industrial do país.

Elementos dessa memória do “pioneirismo” parecem não se limitar à região em estudo, fazendo-se presentes ao longo da área de expansão da “fronteira agrícola”, indo do Sul do país até regiões mais distantes, como no Estado de Mato Grosso, no Centro-Oeste. Por outro lado, embora o Oeste do Paraná constitua-se em uma referência para

muitos sujeitos, várias evidências levantadas no trabalho de pesquisa, em especial, as narrativas orais, remetem-se a lugares que estão para além desse local.

De uma maneira geral, constituiu-se sobre a região uma memória triunfante, transformando-se os projetos vencedores em marcos que cristalizam uma história local. Evolutiva e linear, ela explica o que seria o “progresso” do lugar. Em Santa Helena produzem-se versões semelhantes àsquelas da região, traduzindo, em termos locais, essa versão triunfante, de “desenvolvimento”. Apesar de admitir-se a existência de problemas como a violência e o ambiente político-eleitoral tenso⁷ costuma-se apresentar o município como um local rico, resultando em “qualidade de vida” para a população, indistintamente dos lugares que ocupam nessa sociedade.

O Oeste do Paraná também possui uma significativa produção acadêmica na área de história que, acredito, compõe as memórias construídas na esfera pública regional e local. Cabe frisar, no entanto, que não privilegiei a discussão de tais trabalhos em sua atuação naquela esfera, em virtude dos recortes necessários à realização deste estudo, por meio dos quais optei por restringir minha análise, principalmente às versões presentes em Santa Helena e expressas por meio de outros materiais.

Quanto àquela produção, conforme aponta Emílio Gonzalez, em 1981 foi instituída a FACIMAR – Faculdade Ciências Humanas de Marechal Cândido Rondon, com a criação do curso de História, resultante, em parte, de demandas locais por trabalhos acadêmicos dessa área.⁸ Após, essa instituição foi incorporada a UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, compondo um de seus campus, sendo aquele, atualmente, o único curso de História de toda a instituição. Como o mais antigo

⁷ A *Revista Região*, em dezembro de 1999, apresentou uma matéria tratando do “elevado” número de homicídios no município. Conforme segue a argumentação, esse quadro seria ocasionado por problemas sociais em virtude da fama de Santa Helena ser um local rico, atraindo muitas pessoas de outros locais que, após mudarem-se, acabam por ficar desempregadas. Tal questão chama a atenção, novamente, para tensões entre quem residiria no município e os considerados “de fora”. In: “IMPORTANDO CRIME: número de homicídios assusta em Santa Helena”. In: *Região em Revista*, Marechal Cândido Rondon/PR, ano 1, nº 01, p. 27, dezembro de 1999. Regional. Posteriormente, o nome desse veículo de comunicação foi mudado para *Revista Região*. Paludo, com base em sua documentação de pesquisa, aponta que ainda em 1968, nas primeiras eleições municipais realizadas em Santa Helena, ocorreu a morte de um eleitor, em um dos comícios então realizados. In: PALUDO. op.cit. pp. 19-20.

⁸ Essas considerações são realizadas pelo autor em seu trabalho, o qual realiza uma análise da historiografia do Oeste do Paraná, em especial a do Município de Marechal Cândido Rondon (PR), apontando para a constituição de marcos de memória do lugar, como a “Colonização”, “Mecanização do Campo e Modernização da Agricultura” e o “Projeto da Germanidade”, de implementação do turismo no local, em torno da *Oktoberfest*. In: GONZALEZ, Emilio. “As camadas da Memória: A produção de marcos memorialísticos na historiografia regional do Oeste do Paraná (Marechal Cândido Rondon – 1950 – 1990)”. In: *Tempos Históricos*. Marechal Cândido Rondon, v. 05/06, pp. 185-219, 2003/2004. p. 192.

da região, possui uma produção significativa, voltada à pesquisa de temas de interesse para o lugar.

Muitas pessoas que residem em Santa Helena realizam seus estudos naquele campus, compondo, também, os quadros discentes do curso de História. Muitos deles acabam produzindo pesquisas sobre o município, o que proporciona ao acervo da biblioteca dessa instituição muitos trabalhos de conclusão de curso e monografias, elaborados ao final da graduação e de alguns cursos de especialização na área já promovidos pela UNIOESTE.

Ao analisar algumas das obras produzidas no âmbito dessa historiografia, pude constatar que muitos trabalhos incorporam certos elementos dessa memória pública local e seus marcos, ressignificando-os. A imagem de harmonia projetada sobre a “colonização”⁹ é algo que se faz presente em muitos desses trabalhos, mesmo naqueles que tratam de processos sociais desenvolvidos em períodos posteriores, a partir da década de 1970. É comum a constituição de uma espécie de linearidade, pela qual toma-se como ponto de partida a sociedade formada na colonização que teria sido transformada por meio da “mecanização da agricultura”.

Ocorrida na década de 1970, é atribuída a esse processo, a incorporação do Oeste do Paraná ao sistema capitalista internacional, realizado por meio do agronegócio. A partir disso teria ocorrido uma maximização no uso das áreas rurais, produzindo-se a exclusão de trabalhadores do campo não-proprietários, e de pequenos agricultores. Esses, de acordo com tais autores, tiveram que rumar para outras fronteiras agrícolas ou para os núcleos urbanos regionais. Os trabalhadores que atualmente vivem na região, mesmo nas cidades, dentro dessa compreensão, teriam todos uma origem comum na “colonização”.

Com relação aos trabalhos produzidos tomando como recorte o Município de Santa Helena, muitas dessas obras reproduzem algo semelhante.¹⁰ O ponto de

⁹ Entre outros, esse caráter fica muito presente nos seguintes trabalhos, consultados em termos de região Oeste do Paraná: GREGORY, Valdir. *Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940-1970)*. Cascavel/PR: EDUNIOESTE, 2002; KLAUCK, Samuel. *Gleba dos Bispos. Colonização no Oeste do Paraná: Uma experiência católica de ação social*. Porto Alegre: Est Edições, 2004; SAATKAMP, Venilda. *Desafios, lutas e conquistas: história de Marechal Cândido Rondon*. Cascavel-PR: ASSOESTE, 1985; SCHLOSSER, Marli T. S. “Modernização agrícola: um estudo de discursos jornalísticos na região oeste do Paraná (1966-1980)”. In: LOPES, Marcos A. (org.) *Espaços da memória: fronteira*. Cascavel: EDUNIOESTE, 2000. pp. 67-78; e, SCHREINER, Davi Felix. *Cotidiano, Trabalho e Poder: a formação da cultura do trabalho no Extremo Oeste do Paraná*. 2. ed. Toledo: Ed. Toledo, 1997.

¹⁰ COLODEL, José Augusto. *Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na História do Oeste Paranaense até 1960*. Santa Helena/Pr: Prefeitura Municipal, 1988; COLODEL, José Augusto.

desequilíbrio, no entanto, apontado para essa sociedade, é localizado na construção da usina hidroelétrica de Itaipu.

Boa parte dos trabalhos que abordam a construção de Itaipu está preocupada em denunciar as arbitrariedades com que foram procedidas as desapropriações e os danos causados pela usina, tanto àqueles que foram desapropriados, quanto para o município. Por conta disso, em certos casos, os sujeitos e as formas como as pessoas experimentaram tal processo são relegados a um plano secundário.

As memórias, instituídas por meio desses trabalhos acadêmicos, e que compõem a historiografia local e regional, elegem a “colonização” como um marco fundador da região e um momento de atração populacional. A “mecanização da agricultura”, e a “construção de Itaipu”, por seu turno, são consideradas como responsáveis pela evasão populacional.

Nem todos os trabalhos, é preciso ressaltar, acabam por reduzir suas problemáticas a tais modelos. Deparei-me, também, com obras de outros autores que, por sua vez, realizam uma série de críticas a essas versões.¹¹ Embora vários desses estudos não

História de Santa Helena: descobrindo e aprendendo: ensino fundamental. Santa Helena/PR: Prefeitura Municipal e Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 2000; FOCHEZATTO, Anadir. *Um estudo das experiências cotidianas coletivas de resistência dos expropriados da Itaipu.* Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 2002. (Trabalho de Conclusão de Curso em História); KOZERSKI, José Alberto. *Negócios públicos: Santa Helena (1970-2002).* Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 2002. (Trabalho de Conclusão de Curso em História); MACHADO, Jones Jorge. *A formação da classe e o cotidiano dos pescadores profissionais de Santa Helena.* Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 2002. (Trabalho de Conclusão de Curso em História); MAFFISSONI, Joice. *Sonhos e perspectivas das mulheres santaelenenses na colonização do Oeste do Paraná.* Marechal Cândido Rondon/PR, UNIOESTE, 1999. (Monografia de Especialização em História Social na Historiografia Contemporânea); MAFFISSONI, Joice. *Vivência das “Mulheres Separadas” no Município de Santa Helena – PR.* Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 1996. (Trabalho de Conclusão de Curso em História); PALUDO, Alair Inácio. *A reorganização política em Santa Helena no contexto da redemocratização nacional: 1979-1985.* Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 2002. (Trabalho de Conclusão de Curso em História); PILETTI, Rosângela. *A história dos pescadores de São Vicente Chico – Santa Helena.* Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 1999. (Trabalho de Conclusão de Curso em História); PREDIGER, Ezilda Ana. *O impacto sócio-econômico da Usina Hidrelétrica de Itaipu para o município de Santa Helena.* Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 1998. (Monografia de Especialização em História Social na Historiografia Contemporânea); e, WELTER, Clarice. *Santa Helena turística: a construção de um discurso.* Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 2002. (Trabalho de Conclusão de Curso em História).

¹¹ Em termos regionais posso apontar: CARNIEL. op. cit; CESCONETO, Eugênia Aparecida. *Catadores de lixo: uma experiência da modernidade no oeste paranaense (Toledo, 1980/1999).* Niterói/RJ: UFF, 2002. (Dissertação de Mestrado em História Social); GONZALEZ, Emilio. “As camadas da Memória: A produção de marcos memorialísticos na historiografia regional do Oeste do Paraná (Marechal Cândido Rondon – 1950 – 1990)”. In: *Tempos Históricos.* Marechal Cândido Rondon, v. 05/06, pp. 185-219, 2003/2004; LAVERDI, Robson. *Tempos diversos, vidas entrelaçadas: trajetórias itinerantes de trabalhadores na paisagem social do Extremo Oeste Paranaense (1970-2000).* Niterói/RJ: UFF, 2003. (Tese de Doutorado em História Social); MYSKIW, Antonio Marcos. *Colonos, posseiros e grileiros: conflitos de terra no Oeste Paranaense (1961/66).* Niterói: UFF, 2002. (Dissertação de Mestrado em História Social); e, RIBEIRO, Sarah Iurkiv Gomes Tibes. “Um passe de mágica: breve ensaio sobre a construção da inexistência de índios no Oeste paranaense”. In: *Tempo da Ciência:*

confrontam, diretamente, essa memória pública e/ou seus marcos, eles descortinam uma série de tensões que existiram em diferentes processos sociais desenvolvidos na região, como os conflitos agrários.

Outros trabalhos, dentre esses, realizam uma crítica mais incisiva, apontando, de um lado, para os limites desses marcos de memória, e, de outro, para a pluralidade de sujeitos envolvidos nos processos estudados, inclusive, na “colonização” e para as tensões que neles existiram. Chamam a atenção para a presença de migrantes vindos do Sudeste e Nordeste do Brasil naquele período, bem como para a presença de povos indígenas na região. Destacam a ação criativa e o caráter de sujeito que essas pessoas assumiram nos diferentes períodos abordados.

Essa relação estabelecida com a memória pública constitui-se em pólo de grande importância para o trabalho acadêmico. A própria necessidade de criticar suas elaborações e marcos aponta para isso. A disputa pelo passado na região e no município envolve a historiografia, sendo que os trabalhos acadêmicos a compõem, reafirmando ou criticando certas versões.

A relação que possuo com a região, com o município e com sua memória pública, é muito grande. Nasci e vivi por muitos anos na sede municipal de Santa Helena, onde ainda moram meus pais. A família de meu pai, de ascendência italiana, migrou do Rio Grande do Sul para um dos distritos do município ainda na década de 1960, podendo ser considerada como “pioneira”.

Minha vida no lugar, no entanto, não foi mediada por esse fator. Por meio da alcunha “colonizador”, de maneira geral, são lembrados aqueles que foram mais bem-sucedidos no lugar. Minha experiência deu-se a partir da situação de pobreza, vivida não apenas por mim, no ambiente recessivo da década de 1980, como filho de “desapropriados de Itaipu” e nas relações de classe que vivenciei, em especial, como trabalhador assalariado a partir de minha adolescência. Tais fatores tiveram grande importância em minha trajetória, pois, apesar de viver em um pequeno município do interior, ele também se constitui como uma sociedade estratificada, sendo o espaço público uma arena em que se delimitam lugares e valores de classe.

revista de ciências sociais e humanas. Toledo, v. 8, n.º 15, pp. 59-68, jan./jun. 2001; Em termos locais tal crítica é realizada por: RADAELLI, Sônia Regina. “*Coisa de alguém, não comum*”: conflitos pela posse da terra em Santa Helena (1960-1980). Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 2004. (Trabalho de Conclusão de Curso em História); enquanto que outro trabalho estabelece sua reflexão, sem no entanto aprisioná-lo em tais marcos: BOTH, Claudia Simone. *Trabalho informal: experiências de empregadas domésticas no município de Santa Helena – PR*. Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 2003. (Trabalho de Conclusão de Curso em História).

Em minha vida no município, deparava-me diariamente com um outro lugar, que não aquele propagandeado, a partir da década de 1990, na esfera pública. Tornava-se visível para mim a pobreza e as dificuldades vividas pela população local. Apesar disso, inquietava-me a relação que os trabalhadores do lugar estabeleciam com os grupos que estavam à frente do poder público municipal, aproximando-se deles, não chegando a constituir um projeto popular autônomo.

Percebia, também, para além das leituras de trabalhos acadêmicos que realizei, um constante movimento de pessoas que iam e vinham para o município. Mudar-se parecia fazer parte de suas expectativas, nem sempre decorrendo de dificuldades financeiras. Realizando-se a todo o momento, percebia que a mobilidade não podia ser aprisionada em certos marcos de memória e nem segregada das aspirações dessas pessoas. Ficava visível que essa sociedade era composta em meio a um contínuo movimento de transformação, sendo que os moradores locais estavam longe de formar uma “comunidade”, com uma “trajetória comum”.

Por outro lado, as memórias de meu pai sobre o período “colonizatório”, diferiam muito das versões difundidas regionalmente. Ele havia migrado acompanhando meus avós e não havia se adaptado muito bem ao lugar. Talvez por isso apresentasse uma outra memória, em que as tensões existentes nesse processo eram sua tônica.

Tais fatores me levaram a questionar esse modelo, muitas vezes harmonioso, de “evolução” da história local, que culminava na idéia de um “contínuo desenvolvimento” do lugar. Durante a graduação em História, na UNIOESTE de Marechal Cândido Rondon, preocupava-me muito com a “denúncia” dos processos de exploração e de dominação, apontando que eles existiam também na região.

Como parte desse processo, inquietavam-me certos trabalhos acadêmicos que pareciam reafirmar elementos daquela memória, interessando-me pelas vertentes que, julgava, observavam a sociedade de uma maneira mais crítica. Foi assim que acabei por tomar contato e aproximar-me daquelas obras que estavam pensando a região a partir da crítica de sua memória pública.

Envolvido nessas questões, durante o curso de graduação, ainda, desenvolvi uma pesquisa de história oral,¹² em que discutia trajetórias de alunos que freqüentavam

¹² Uma síntese das questões trabalhadas naquela pesquisa pode ser encontrada em: LANGARO, Jiani Fernando. *Peregrinos e Calejados: Experiências de escolarização entre as classes trabalhadoras em Marechal Cândido Rondon (PR)*. Marechal Cândido Rondon/PR: UNIOESTE, 2003. (Trabalho de Conclusão de Curso em História).

escolas voltadas a “adultos” no Município de Marechal Cândido Rondon. A partir desse momento comecei a não mais me preocupar em apenas “denunciar” os processos de exploração e dominação sofridos por aqueles trabalhadores, mas, principalmente, em compreender as formas como iam constituindo suas vidas e significando as diferentes situações que vivenciavam.

Como problemática, procurava discutir a importância do letramento para suas vidas, bem como sua articulação com o trabalho. Compreendendo que aqueles alunos eram sujeitos da história, procurava trabalhar as formas como eles significavam a educação em suas vidas, assim como reformulavam o espaço escolar, a partir de demandas que lhes eram próprias.

Ao ingressar no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Uberlândia, pretendia dar continuidade àquela pesquisa. Entendia que ela havia ficado mais restrita a trabalhadores urbanos e à sua relação com a educação, na década de 1990, principalmente. Pretendia, no mestrado, ouvir mais trabalhadores rurais e ampliar o recorte espacial para toda a região, além de trabalhar outros aspectos da cultura desses trabalhadores. Pretendia abordar tais questões a partir da década de 1970, por compreender que nesse período havia ocorrido uma série de transformações econômicas regionais, incorporando a “mecanização da agricultura”, que teria “expulsado do campo”, como um marco, estabelecido anteriormente ao diálogo com os sujeitos da pesquisa.

Com as leituras e demais discussões realizadas em sala-de-aula durante o curso, tive a oportunidade de repensar minha proposta inicial. Tal fator auxiliou-me no enfrentar os questionamentos iniciais, que trazia para minha pesquisa.

O problema, primeiramente, era iniciar a discussão sobre a vida daqueles trabalhadores para além de sua relação com a escolaridade. Entendia como o principal que minha pesquisa a busca pelos modos-de-vida desses trabalhadores e seu *fazer-se* como classe, em um estudo que dialogaria com essa memória pública do lugar.

Da forma como atuava perante minha pesquisa, não estava conseguindo alcançar esse objetivo. Estava preso às minhas propostas iniciais, procurando, por meio das fontes orais, principalmente, relacionar e confrontar as leituras que havia feito. Foi necessário mudar essa maneira de trabalhar, estando mais aberto às questões que me eram apresentadas pelo próprio processo histórico estudado.

Operei mudanças na forma como realizava os depoimentos orais, não tomando mais a frequência à escola na vida adulta como requisito para a realização da entrevista.

Passei a desenvolvê-las de maneira mais aberta, o que se traduziu em uma inversão, pois, ao invés de buscar a vida daqueles sujeitos a partir da educação, passei a procurar, em seus mais diversos aspectos, sua cultura e sua própria vida.

Nessa linha de atuação, foi necessário realizar uma série de mudanças na postura que adotava, perante a pesquisa. Havia congelado, em minhas reflexões, uma série de conceitos, o que colaborava para esse olhar, um tanto restritivo, que lançava sobre as fontes. Algumas obras, muitas realizadas durante o curso e debatidas em sala-de-aula, auxiliaram-me nesse trabalho.

A leitura e discussão do “Prefácio” da obra *A formação da classe operária inglesa*¹³, de E. P. Thompson, foi de grande valia, no sentido de repensar a noção de classe social. O autor concebe “classe” como resultado da ação humana e refuta as teses que a colocam como uma criação ou um mero reflexo da estrutura econômica capitalista:

*Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados, tanto na matéria-prima da experiência como na consciência. Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma “estrutura”, nem mesmo como uma “categoria”, mas como algo que ocorre efetivamente (e cuja ocorrência pode ser demonstrada) nas relações humanas.*¹⁴

De acordo com Thompson, classe é algo produzido pelos trabalhadores em sua vida social e não existe como mera abstração, como uma categoria de análise acadêmica. Ocorre, efetivamente, nas relações que as pessoas estabelecem, sendo algo histórico. Construída pelos sujeitos, está em constante movimento de formulação e reformulação, não podendo, tal noção, ser transplantada, simplesmente, para qualquer realidade.

Subjacente a essa noção de classe social, o autor também apresenta sua concepção de *sujeito*. Conforme aponta, as pessoas, a partir das relações que vivem, constituem-se como sujeitos, atuando de maneira criativa na sociedade. Explica que o movimento na história é produzido pelas pessoas, por meio da *experiência humana*. No texto “O termo ausente: experiência”,¹⁵ o autor destaca que Karl Marx, em seus estudos, apontou para a existência dos “modos de produção”. Não conseguiu, todavia, explicar como eles vão sendo transformados no tempo. A partir disso propõe:

¹³ THOMPSON, E. P. “Prefácio”. In: *A formação da classe operária inglesa*. V. I, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 9-14.

¹⁴ Idem. p. 9.

¹⁵ THOMPSON, E. P. “O termo ausente: experiência”. In: *A miséria da teoria...* op. cit. pp. 180-201.

O que descobrimos (em minha opinião) está num termo que falta: “experiência humana”. É esse, exatamente, o termo que Althusser e seus seguidores desejam expulsar, sob injúrias, do clube do pensamento, com o nome de “empirismo”. Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro deste termo – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos, e em seguida “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura (as duas outras expressões excluídas pela prática teórica) das mais complexas maneiras (sim, “relativamente autônomas”) e em seguida (muitas vezes, mas nem sempre, através das estruturas de classe resultantes) agem, por sua vez, sobre sua situação determinada.¹⁶

Thompson nega que as estruturas econômicas determinem a totalidade da vida humana. As pessoas têm suas escolhas limitadas dentro da realidade em que vivem, mas suas vidas não são totalmente determinadas. O autor refuta as teses do filósofo francês Louis Althusser e sua concepção de “ideologia”, pois esse tomaria os valores dominantes em uma sociedade como determinantes da vida de todas as pessoas.

Apesar do contato que já havia estabelecido com as obras de Thompson, encontrava-me preso, ainda, a uma idéia de classe como estrutura. Acabava deixando de perceber muitos aspectos das experiências dos trabalhadores e do movimento constante de seu *fazer-se e refazer-se*. Ao mesmo tempo, havia formulado um tipo ideal de trabalhador, geralmente pobre e assalariado, ou atuando na informalidade.

Formulei, decorrente dessa concepção de classe, uma noção um tanto estática de cultura, mais precisamente de cultura popular. Acreditava que ela era própria dos trabalhadores, se não “original”, fruto de uma reelaboração quase que automática dos elementos produzidos pela cultura da classe dominante.

Outras leituras colaboraram para repensar tais noções, em especial, das obras de autores vinculados aos “estudos culturais” britânicos, círculo que reunia intelectuais de diferentes áreas do conhecimento, como o já mencionado E. P. Thompson.¹⁷ Tal discussão gira em torno da compreensão de que a cultura compreende maneiras de viver, não se restringindo às manifestações artísticas ou imateriais de uma sociedade. Não estando separada das relações sociais, tal noção implica, para os autores, em relações de dominação e subordinação.

¹⁶ Idem. p. 182.

¹⁷ Foi de grande valia, entre outras, a leitura dos textos: HALL, Stuart. “Notas sobre a desconstrução do popular”. *Da Diáspora*. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: UNESCO, 2003. pp. 248-64. p. 252; THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia das Letras, 1998; e, WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro: Zahar ed. 1979.

Com relação à cultura popular, ela é compreendida não como algo puramente “autêntico”, isolado do restante da sociedade e automaticamente em oposição a uma cultura de elite, mas, conforme apontam, ela possui, também, uma historicidade, sendo constituída pelos sujeitos envolvidos, em uma relação com a cultura dos demais estratos sociais.

A cultura aparece, nas obras dos integrantes dos “estudos culturais”, como algo fundamental para compreender a sociedade em sua dinâmica de transformação. Negam, a dicotomia base/superestrutura, como forma de compreender as mudanças históricas. Segundo esse modelo, a base se constituiria na estrutura econômica, em que as transformações efetivamente ocorreriam na sociedade, e a superestrutura seria composta pelas idéias e demais elementos do vivido, compreendidos como meros reflexos da base.

Sobre essa questão, o crítico literário britânico Raymond Williams é enfático, ao observar as concepções de alguns intelectuais da corrente marxista, com a qual ele dialoga: “Analistas ortodoxos começaram a pensar na ‘infra-estrutura’ e na ‘superestrutura’ como se fossem entidades concretas e separáveis. Com isso, perderam de vista os próprios processos – não relações abstratas, mas processos constitutivos – que o materialismo histórico deveria ter, como sua função especial, ressaltado”.¹⁸ Conforme aponta, tal separação é artificial, decorrente de um processo de abstração da realidade em categorias meramente acadêmicas.

Tanto “base”, ou “infra-estrutura” e “superestrutura” comporiam uma mesma realidade. Críticas semelhantes são apontadas por Thompson, no texto “Folclore, Antropologia e História Social”:

Dois erros arraigados na tradição marxista foram confundir o tão importante conceito de modo de produção (no qual as relações de produção e seus correspondentes conceitos, normas e formas de poder devem ser tomados como um todo) com uma acepção estreita de “econômico” e o de, identicamente, confundir as instituições, a ideologia e a cultura faccionária de uma classe dominante com toda cultura e “moralidade”.¹⁹

De acordo com o autor, o “modo de produção” refere-se a toda forma como a sociedade é estruturada. Elementos não diretamente ligados à vida material têm uma importância fundamental, tanto na manutenção, como na transformação de uma

¹⁸ WILLIAMS, Raymond. “Infra-estrutura e superestrutura”. In: *Marxismo e literatura*. Op. cit. p. 85.

¹⁹ THOMPSON, E. P. “Folclore, antropologia e história social”. In: *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2001. pp. 227-67. p. 259.

sociedade. Aponta a necessidade de pensar-se não apenas em “ideologia”, mas nos valores e na dinâmica que envolve a cultura, nas disputas e divisões nela existentes. Chama a atenção, ainda, para que os valores dominantes em um período não sejam necessariamente, compartilhados por toda aquela sociedade.

Tais reflexões foram importantes para minha pesquisa. Ao iniciá-la, conferia uma atenção muito grande aos processos de transformação estruturais ocorridos na região, situando a “mecanização da agricultura” como um marco histórico local. Em detrimento, negligenciava todo um campo de investigação representado pela importância das ações dos sujeitos e os demais aspectos de suas vidas e cultura, para as mudanças históricas, que, demonstravam ocorrer de maneira bem mais complexa do que inicialmente pareciam.

Foi de grande importância, também, a leitura e discussão do livro *Muitas memórias, outras histórias*²⁰, a fim de repensar o trabalho em história social, a cultura e a memória. Trata-se de uma obra coletiva que sintetiza as discussões realizadas por diversos historiadores que estão vinculados a várias instituições de ensino superior brasileiras e estiveram reunidos entre os anos 2001 e 2004, por meio do PROCAD (Programa de Cooperação Acadêmica).

O livro tornou-se um instrumento fundamental para o desenvolvimento da pesquisa, sendo que os autores tratam de questões relacionadas com experiências e práticas de pesquisa em história social no Brasil, conferindo atenção, principalmente, para o estudo da memória social. Logo na “Introdução”, os autores desse texto expõem um pouco de sua trajetória profissional. Conferem destaque para a história social muito pautada no movimento operário, que precisou ser transformada em virtude das próprias questões que iam surgindo no Brasil, em função, principalmente, da emergência dos “movimentos sociais”, a partir do final a década de 1970. Apontam que as próprias transformações que foram produzidas na realidade os forçaram a mudar suas concepções – entre elas, a de mudança social – que estavam cristalizadas no discurso acadêmico. Conforme avaliam:

Deixando para trás aquele tempo em que o sujeito era dado a priori, como categoria meramente teórica, efetuamos a crítica ao discurso da negatividade, na qual o projeto político, baseado na teoria teleológica da transformação nos havia colocado. E mais: operamos, de fato, no exercício da pesquisa, e de nossa prática social, o deslocamento para um outro tempo, no qual se propõe o

²⁰ FENELON, Déa Ribeiro; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun. (orgs.). *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho d’Água, 2004.

*espaço da memória social como o da visibilidade de sujeitos reais que têm potência. Nessa direção, destacam-se os estudos dos modos de viver e das culturas que nos falam as memórias.*²¹

Os autores estudam sujeitos reais, que tratam, em suas consciências, os elementos do vivido e produzem seus modos-de-vida. Tratam, a partir de diferentes linguagens, a memória como prática social e forma de expressão de pessoas e grupos sociais. Apontam que ela constitui-se em “fato”, em dado social e intervenção operada na realidade vivida. Consideram, ainda, que existem “muitas memórias” e que, a partir delas, reside à necessidade de produzir-se “outras histórias”, não estando o conhecimento historiográfico resignado em sua academicidade, fora dessa disputa.

Tal questão é trabalhada mais diretamente por Yara Aun Khoury,²² em um dos artigos do livro, embora expresse muitas das concepções compartilhadas pelos demais autores. Conforme aponta:

*No trabalho com essas problemáticas e na reflexão sobre os procedimentos que adotamos, tornamo-nos mais atentos à bagagem intelectual e cultural que molda nossa própria formação. Ao lidarmos com a memória como campo de disputas e instrumento de poder, ao explorarmos modos como memória e história se cruzam e interagem nas problemáticas sociais sobre as quais nos debruçamos, vamos observando como memórias se instituem e circulam, como são apropriadas e se transformam na experiência social vivida. No exercício da investigação histórica por meio do diálogo com pessoas, observamos, de maneira especial, modos como lidam com o passado e como este continua a interpelar o presente enquanto valores e referências.*²³

As memórias são tratadas como algo ativo na sociedade e produzidas pelos sujeitos. São transformadas e reelaboradas, estando em constante movimento, em meio às disputas e tensões, nas quais os sujeitos se formam e formulam seu aprendizado.

A autora aponta para as dificuldades e os avanços obtidos ao procurar trabalhar com a sociedade, em movimento, sem enquadrar os sujeitos estudados em grupos cujos contornos estejam estabelecidos previamente. Discute a necessidade de se observar como as pessoas vão constituindo os limites da vida social, em um constante movimento de fazer e refazer.

Nesse caminho, de acordo com Khoury, os autores também se deparam com a necessidade de pensar a “cultura popular”. Conforme destaca: “...enquanto

²¹ FENELON, Déa Ribeiro; CRUZ, Heloisa Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário Cunha. “Introdução: muitas memórias, outras histórias. In: Idem. pp. 5-13. p. 7.

²² KHOURY, Yara Aun. “Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (orgs.). op. cit. pp. 116-138.

²³ Idem. p. 118.

*aprimoramos a consciência da historicidade do conhecimento, pensando-o como constitutivo da dinâmica social por onde ele se engendra, vamos ampliando a noção de cultura e modificando a noção de cultura popular, considerando-a não algo à parte, em oposição a uma cultura dominante, mas o espaço da diferença e ambas constitutivas da mesma cultura, que é de todos”.*²⁴

É importante notar que a cultura é considerada, pelos autores, como o lugar do político e da vida das pessoas. Afastam-se da noção de cultura popular como “exótico” ou, de acordo com as discussões promovidas durante o curso, como “patrimônio histórico imaterial”, considerando, de maneira isolada, apenas alguns de seus aspectos, como as festas e outras manifestações. Ela é buscada como lugar do vivido, em que as pessoas constituem-se e manifestam seus posicionamentos em meio à tensão social.

De maneira geral, o livro apresenta a necessidade do historiador saber trabalhar com realidades cujos limites excedem aquilo que compreende sobre a sociedade. Os autores chamam a atenção para a incapacidade dos modelos teóricos responderem a todas as questões de uma pesquisa. Para tanto, apontam para a necessidade de estabelecer um diálogo com as fontes, afim de compreendê-las em sua dinâmica própria, nos sentidos e relações sociais que expressam.

A importância da obra para o desenvolvimento deste estudo reside na discussão realizada acerca de concepções que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa. A postura que os autores defendem sobre o trabalho do historiador, em especial, foi muito importante nessa valorização do diálogo entre o conhecimento acadêmico e as evidências.

Outras leituras foram importantes, também, para refletir não apenas sobre conceitos, mas também sobre o trabalho com as fontes utilizadas na pesquisa.²⁵ A partir delas, pude refletir melhor sobre a utilização de jornais, revistas, fotografias,

²⁴ Idem. p. 118-9.

²⁵ A esse respeito, colaboraram principalmente: CRUZ, Heloisa de Faria. “A cidade do reclame: propaganda e periodismo em São Paulo – 1890/1915”. In: *Projeto História*. São Paulo, n.º 13, pp. 81-92, junho/96; FENELON, Déa Ribeiro et al. (orgs.). op. cit.; GRANET-ABISSET, Anne Marie, “O historiador e a fotografia”. In: *Projeto História*. São Paulo, n.º 24, pp. 9-26, junho de 2002; GRANGEIRO, Cândido Domingues. “Introdução”. *As artes de um negócio: a febre fotográfica. São Paulo: 1862-1886*. São Paulo: Mercado de Letras, 2000; KNAUSS, Paulo. “O descobrimento do Brasil em escultura: imagens do civismo”. In: *Projeto História*. São Paulo, n.º 20, pp. 175-192, abril de 2000; KOSSOY, Boris. *Fotografia e História*. São Paulo: Ática, 1989; KOSSOY, Boris. “Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia”. In: SAMAIN, Etienne. (org.). *O fotográfico*. São Paulo: Hucitec, 1998. pp. 41-7; e, MAUAD, Ana Maria. “Fragmentos de memória: oralidade e visualidade na construção das trajetórias familiares”. In: *Projeto História*. São Paulo, n.º 22, pp. 157-169, junho de 2001.

monumentos e obras memorialísticas como fontes históricas. Posso apontar, em especial, a contribuição da já mencionada obra *Muitas memórias, outras histórias*,²⁶ para a compreensão de diferentes linguagens como meios instituintes de memórias, expressão de relações sociais e parte constituinte da dinâmica de transformação histórica.

Com relação às fontes orais, muitos foram os trabalhos que me auxiliaram a pensá-las como material a ser utilizado na pesquisa histórica.²⁷ A obra de Alessandro Portelli, crítico literário italiano que se dedica à história oral, foi de vital importância, em especial sua noção de *subjetividade*:

O principal paradoxo da história oral e das memórias é, de fato, que as fontes são pessoas, não documentos, e que nenhuma pessoa, quer decida escrever sua própria autobiografia (como é o caso de Frederick Douglass), quer concorde em responder a uma entrevista, aceita reduzir sua própria vida a um conjunto de fatos que possam estar à disposição da filosofia de outros (nem seria capaz de fazê-lo, mesmo que o quisesse). Pois, não só a filosofia vai implícita nos fatos, mas a motivação para narrar consiste precisamente em expressar o significado da experiência através dos fatos: recordar e contar já é interpretar. A subjetividade, o trabalho através do qual as pessoas constroem e atribuem o

²⁶ FENELON, Déa Ribeiro et al. (orgs.). op. cit.

²⁷ Foi importante para a realização dessas reflexões, principalmente: ALMEIDA, Paulo Roberto de. & KOURY, Yara Aun. "História oral e memórias: entrevista com Alessandro Portelli." In: *História e Perspectivas*, Uberlândia/MG, n.º 25 e 26, pp. 27-54, jul./dez. 2001/jan./jun. 2002; FENELON, Déa Ribeiro et al. (orgs.). op. cit; FERREIRA, Marieta de Moraes, e AMADO, Janaína (org.). *Usos & Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996; KHOURY, Yara Aun. "Narrativas orais na investigação da história social." In: *Projeto História*. São Paulo, n.º 22, pp. 79-103, junho de 2001.; PORTELLI, Alessandro. "A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais." In: *Tempo*. Rio de Janeiro, v.1, n.º 2, pp. 59-72, 1996; PORTELLI, Alessandro. "As fronteiras da memória: o massacre das fossas ardeatinas. História, mitos, rituais e símbolos." In: *História e Perspectivas*, Uberlândia/MG, n.º 25 e 26, pp. 9-26, jul./dez. 2001/jan./jun. 2002; PORTELLI, Alessandro. "Dividindo o mundo: o som e o espaço na transição cultural." In: *Projeto História*. São Paulo, n.º 26, pp. 47-64, junho de 2003; PORTELLI, Alessandro. "Forma e significado na história oral: a pesquisa como um experimento em igualdade." In: *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, n.º 14, pp. 7-24, fevereiro de 1997; PORTELLI, Alessandro. "História oral como gênero." In: *Projeto História*. São Paulo, n.º 22, pp. 9-58, junho de 2001; PORTELLI, Alessandro. "Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI". In: *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000. pp. 67-71; PORTELLI, Alessandro. "O que faz a história oral diferente" In: *Projeto História*. São Paulo, PUC/SP, n.º 14, pp. 25-39, fevereiro de 1997; PORTELLI, Alessandro. (coord.). *República dos sciucià: a Roma do pós-guerra na memória dos meninos de Dom Bosco*. São Paulo: Editora Salesiana, 2004; PORTELLI, Alessandro. "Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores." In: *Projeto História*. São Paulo, n.º 10, pp. 41-58, 1993; PORTELLI, Alessandro. "Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral." In: *Projeto História*. São Paulo, n.º 15, pp. 13-33, abril de 1997; SAMUEL, Raphael. "História local e história oral." *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n.º 19, pp. 219-243, set. 89/fev. 90; SAMUEL, Raphael. "Teatros da memória." In: *Projeto História*. São Paulo, n.º 14, pp. 41-88, fevereiro de 1997; THOMSON, Alistair. "Quando a memória é um campo de batalha: envolvimento pessoais e políticos com o passado do exército nacional." In: *Projeto História* n.º. 16. São Paulo, pp. 277-96, fev. 1998; e, THOMSON, Alistair. "Recompondo a memória: questões sobre a relação entre a história oral e as memórias." In: *Projeto História*. São Paulo, n.º 15, pp. 51-71, abril de 1997.

*significado à própria experiência e à própria identidade, constitui por si mesmo o argumento, o fim mesmo do discurso. Excluir ou exorcizar a subjetividade como se fosse somente uma fastidiosa interferência na objetividade factual do testemunho quer dizer, em última instância, torcer o significado próprio dos fatos narrados.*²⁸

Segundo o autor, existe um terreno comum, formado por idéias, práticas sociais e demais elementos vividos pelas pessoas. A partir dele, muitas memórias são produzidas. A percepção individual de certos eventos e elementos constituintes do social, elaboradas por sujeitos a partir de uma cultura, constantemente refeita, constitui-se na subjetividade dos depoimentos orais.

A memória, segundo Portelli, é social e compartilhada, não sendo igual para todas as pessoas. A subjetividade de uma narrativa não se constitui em uma “imprecisão”, que deve ser eliminada durante o processo de análise dos depoimentos orais. Trata-se de algo fundamental para sua compreensão, pois revela os sentidos atribuídos pelas pessoas aos eventos narrados e a relação que estabelecem com eles.

Seu estudo torna-se imprescindível para o presente trabalho, uma vez que elege as pessoas e suas vidas como principal foco de preocupação. As narrativas dos trabalhadores entrevistados, neste estudo, são compreendidas, também, como *possibilidades*, existentes nessa sociedade. De acordo com Portelli, a representatividade dos depoimentos orais não se dá a partir de critérios quantitativos:

*...a palavra-chave aqui é possibilidade. No plano textual a representatividade das fontes orais e das memórias se mede pela capacidade de abrir e delinear o campo das possibilidades expressivas. No plano dos conteúdos, mede-se não tanto pela reconstrução da experiência concreta, mas pelo delinear da esfera subjetiva da experiência imaginável: não tanto o que acontece materialmente com as pessoas, mas o que as pessoas sabem ou imaginam que possa suceder. É o complexo horizonte das possibilidades o que constrói o âmbito de uma subjetividade socialmente compartilhada.*²⁹

Embora cada entrevista seja única e apresente um certo posicionamento do narrador, de tais relatos emergem as possibilidades existentes no terreno comum, de onde a pessoa fala. Esses horizontes do possível constituem-se não apenas naquilo que realmente foi vivido, mas no que pode vir a acontecer. É nesse ponto que reside à importância das fontes orais, por expressar, em uma sociedade, esse conjunto de valores e elementos compartilhados. O número de pessoas entrevistadas, bem como o de

²⁸ PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia...”. op. cit. pp. 60-1.

²⁹ Idem. p. 70.

narrativas utilizadas para a produção do trabalho final, torna-se relativo às necessidades colocadas pelas questões levantadas na pesquisa.

Dentre os estudos consultados, que tratam das fontes orais, muitas outras questões foram importantes e colaboraram para a realização deste trabalho. Entre elas, é possível apontar a relação estabelecida entre pesquisador e narrador, as diferentes temporalidades que se inter cruzam nas narrativas e demais elementos constituintes dos processos de formação de memórias e depoimentos orais. Em especial, foi muito produtivo o contato com as experiências de pesquisa que tratavam do movimento dinâmico de reformulação das memórias, destacando que elas também estão em um processo contínuo de transformação, possuindo, dessa maneira, historicidade.

Não é possível sintetizar aqui todos os estudos que foram úteis para a realização do presente estudo. Suas colaborações foram muitas e encontram-se presentes nas reflexões que desenvolvo ao longo do trabalho. Apesar disso, um dos maiores aprendizados obtidos no decorrer dessas leituras foi o de não simplesmente buscar conceitos prontos a fim de aplicá-los à pesquisa. Como é possível observar, nesses textos e, principalmente, na obra de Thompson, cada situação e período estudado apresenta suas particularidades. As ações dos sujeitos são únicas e para estudá-las torna-se necessário tomar o cuidado para não sobrepor o conhecimento acadêmico sobre suas atuações.

Compreendi que tais trabalhos não se constituíam em “modelos” a serem seguidos. Consistiam na experiência daqueles autores e, enquanto tal, poderiam oferecer reflexões importantes, colaborando em minha pesquisa. Não dariam conta, entretanto, de responder às questões de meu estudo que, a bem da verdade, somente seriam equacionadas por meio do trabalho de pesquisa.

Esses aspectos ficam muito patentes no texto “Intervalo: a lógica Histórica”,³⁰ de Edward Palmer Thompson, no qual o autor reflete sobre o trabalho do historiador:

*Por “lógica histórica” entendo um método de investigação adequado a materiais históricos, destinado, na medida do possível, a testar hipóteses quanto à estrutura, causação, etc., e a eliminar procedimentos autoconfirmadores (“instâncias”, “ilustrações”). O discurso histórico disciplinado da prova consiste num diálogo entre conceito e evidência, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, de outro.*³¹

³⁰ THOMPSON, E. P. “Intervalo: a lógica Histórica”. In: *A miséria da teoria ou um planetário de erros*. Zahar Editores: Rio de Janeiro, 1981. pp. 47-62.

³¹ Idem. p. 49.

Ao pesquisador em história, conforme aponta, não cabe a tarefa de buscar um sistema “pronto” de idéias, um modelo teórico para aplicar em sua pesquisa, pois dessa maneira se estaria sobrepondo o conhecimento acadêmico sobre a realidade estudada e às outras questões para as quais as evidências apontam. O autor destaca a necessidade de se realizar um trabalho dialético, de constante trânsito entre o conhecimento produzido e aquilo que o estudo dos processos históricos, que são únicos, e as fontes vão descortinando.

Tal concepção me despertou a atenção para estar aberto às questões que iam se apresentando no decorrer da pesquisa. Novas problemáticas foram surgindo, colocando em cheque muitas questões que considerava como “resolvidas” e lançando luz sobre problemas que precisavam ser enfrentados, diante daquilo que estava estudando.

As modificações que empreendi na pesquisa foram, também, decorrentes de uma nova postura que assumi perante esse trabalho. Antes, refugiava-me no conhecimento acadêmico, tratando minha proposta como algo *científico*, elaborada a partir de interesses técnicos. Disso decorria uma sobrevalorização do teórico, em detrimento daquilo que as fontes apontavam para mim em relação à sociedade estudada. Precisei assumir-me como *sujeito* da pesquisa, demonstrando o lugar social de onde partia, com minhas reflexões, assim como expressar os caminhos que estava percorrendo nessa tarefa. Foi Preciso adotar, para meu trabalho, o *olhar político* que Sarlo aponta como necessário, referindo-se ao estudo das obras de arte.³²

Entendendo a pesquisa histórica como uma relação estabelecida entre o historiador, suas fontes e a sociedade, aponto parte de minhas intervenções no desenvolvimento do presente trabalho. A escolha por limitar a pesquisa ao Município de Santa Helena, deu-se pela impossibilidade de desenvolver um estudo que abrangesse toda a região, em virtude do tempo disponível para seu desenvolvimento. Mas, tal opção deu-se, principalmente, em virtude do conhecimento que possuía de sua dinâmica social e pela série de inquietações que trazia dele.

Apesar de não buscar nas evidências uma mera ilustração de idéias pré-concebidas, é preciso frisar que minha intervenção se fez presente na organização do conjunto documental e na elaboração da proposta de pesquisa. As diferentes temporalidades, elaboradas pelos entrevistados, foram possíveis não apenas em virtude

³² SARLO, Beatriz. “Um olhar político: em defesa do partidarismo na arte”. In: *Paisagens Imaginárias: intelectuais, arte e meios de comunicação*. São Paulo: Edusp, 1997. pp. 55-63.

da postura deles perante suas narrativas, mas, também, por minha proposta ter como objetivo estar aberta a elas e, a partir disso, realizar um diálogo, confrontando-as com os marcos daquela memória pública triunfante do lugar.

Aponta para tal aspecto, o fato de uma das pessoas entrevistadas por mim, tê-lo sido, também, em outro projeto, voltado ao desenvolvimento da memória pública do lugar. As diferentes posturas, com relação ao passado, também decorrem de escolhas e de posturas políticas adotadas por mim no decorrer da pesquisa.

Quanto ao trabalho de pesquisa, iniciei com o levantamento de fontes orais. Procurei abordar trabalhadores de diferentes ofícios, que naquele momento estivessem morando em Santa Helena. Não estabeleci uma categoria profissional para estudar, em específico, uma vez que percebia um constante trânsito realizado por esses sujeitos no local, por entre diferentes atividades. Não restringi o estudo somente a um local do município, embora todas as pessoas entrevistadas estivessem residindo na sede municipal de Santa Helena ou em localidades adjacentes, como Linha Guarani e Linha Santo Antônio, pertencentes ao Distrito de Sub-Sede São Francisco e Linha Buricá, integrante do distrito-sede.³³

Como boa parte dos trabalhadores residentes no local não nasceu ali, privilegiei as narrativas daqueles vindos no período posterior à década de 1970, embora, no decorrer da pesquisa, tal critério não permaneceu fixo. Isso porque, em todo o trabalho, tomei o cuidado de estar atento às diferentes temporalidades, assim como às diversas noções de espaço que os entrevistados e demais fontes iam apresentando, não me prendendo muito a recortes pré-estabelecidos.

Procurei não definir, *a priori*, as pessoas que entrevistaria, uma vez que compreendia ser a classe algo formado pelos trabalhadores e não o resultado de processos desenvolvidos apenas no âmbito de estruturas econômicas. Procurei, porém, não produzir depoimentos orais com pessoas que compreendia fazer parte dessa espécie de “elite” local, acreditando que outras fontes já expressavam de seus posicionamentos, como os jornais. Optei por privilegiar as narrativas que acreditava serem mais populares, por compreender que estava buscando nessas fontes captar dimensões da

³³ Localmente, “Linha” refere-se à comunidade rural onde não existe aglomeração urbana. Como sua sede, geralmente é considerado o local onde fica edificado uma igreja (geralmente católica) e o centro social (pavilhão de festas). Os demais núcleos urbanos, além da sede municipal, são popularmente chamados de “vilas”. Algumas regiões do município são reconhecidas pela prefeitura municipal como distritos, levando o nome das vilas onde ficam localizadas as sub-prefeituras municipais. O distrito-sede é compreendido pela área rural que está submetida diretamente à sede municipal, não possuindo sub-prefeitura.

disputa pelas muitas memórias do lugar e não opor uma “memória popular” a uma outra, “de elite”. Evitei, também, a recorrência a certas “falas autorizadas”, ou seja, pessoas reconhecidas localmente como “aptas” a falar do passado, ou que fizessem parte do conjunto de sujeitos lembrados, geralmente, naquela memória pública, construída sobre Santa Helena.

Reitero, que tais critérios, não eram muito fixos, mesmo porque os contornos que marcam a *diferença* e a *desigualdade* não estão claramente estabelecidos no social. Como resultado, compus um conjunto de 18 depoimentos orais,³⁴ produzidos com pessoas de diferentes idades, nascidas no município ou vindas em diversos períodos, com condições financeiras das mais variadas e atuando em diversos ofícios, sendo, em sua maioria, trabalhadores assalariados, autônomos, informais, alguns pequenos agricultores e microempresários.

Para realizar essa tarefa, parti de um conjunto inicial de pessoas já conhecidas por mim. Elas foram indicando outras, amigos e vizinhos, comumente, que poderiam se dispor a conceder seus depoimentos orais. A escolha foi aleatória em alguns casos, uma vez que cheguei a abordar na rua ou em suas casas certas pessoas que costumava ver por Santa Helena.

Optei, todavia, por realizar as entrevistas em suas residências, por compreender que seus locais de trabalho poderiam não ser adequados para realizar tal tarefa. Acreditava que o ambiente doméstico seria o local onde eles mais se sentiriam à vontade para realizar a entrevista. Procurava deixá-los livres para marcar o dia e horário para realizar essa atividade, respeitando, sempre, sua disponibilidade de tempo.

De maneira geral fui bem recebido pelas pessoas, embora seus envolvimento com a proposta tivessem sido diferenciados. Não ocorreram casos de pessoas que requisitassem alguma espécie de pagamento pela concessão da entrevista. Algumas, no entanto, ficaram um pouco receosas em participar da pesquisa, temendo que tais narrativas pudessem lhes causar algum prejuízo.

Os depoimentos foram realizados no mês de julho de 2004 e, de acordo com o avanço da campanha pelas eleições municipais, alguns trabalhadores sentiram-se inseguros em prestar seus depoimentos. Cheguei a deparar-me com um caso em que

³⁴ Ao final do presente trabalho, junto à relação de fontes, apresento cada um dos trabalhadores entrevistados. Aponto, também, algumas informações sobre suas trajetórias de vida que considero importantes para a pesquisa. Além disso, destaco alguns aspectos constantes da experiência de entrevista, desde a forma como cheguei até a pessoa, até quando e onde foi realizada.

uma pessoa pediu desculpas, mas não quis gravar entrevista. Para contornar tal situação, comecei a abordar os possíveis entrevistados não mais afirmando que faria uma “pesquisa em história”, o que poderia lembrar “pesquisas eleitorais”, mas um “estudo de história”.

Mesmo assim, durante todo esse processo de produção de depoimentos orais, alguns aceitavam conceder entrevistas desde que não abordassem questões de cunho político-eleitoral que, localmente, costumam apresentar-se de maneira tensa. Houve, entretanto, pessoas que se sentiram mais à vontade, inclusive para expressar seus posicionamentos e simpatias eleitorais.

De qualquer forma, isso colocou-me em um dilema ético. A fim de equacioná-lo, procurei trabalhar de maneira crítica as narrativas dessas pessoas, mas, tentando preservá-las, não as expondo diretamente a certas situações constrangedoras ou que, posteriormente, lhes pudessem causar certos danos. Abordei algumas questões sem fazer menção direta a pessoas em específico, sendo isso possível porque o objetivo do presente trabalho não consiste em realizar uma série de estudos de caso, mas apresentar horizontes possíveis da vida desses trabalhadores.

Para a produção dos depoimentos, não lancei mão de um questionário previamente elaborado. Pedia para as pessoas entrevistadas, ao início do depoimento, que sintetizassem suas trajetórias de vida e, a partir dos temas e enredos que iam sendo apresentadas por elas, realizava os questionamentos. Possuía, entretanto, alguns temas de interesse que me orientavam nessa tarefa, tais como: o lugar onde haviam nascido; outros locais em que haviam morado; como e quando haviam rumado para o Oeste do Paraná e, especialmente, para Santa Helena; atividades em que haviam trabalhado; expectativas para o futuro; e, certos hábitos e práticas, como alimentação, lazer e religiosidade. Procurava perceber diferentes aspectos da vida que essas pessoas iam constituindo no lugar e os sentidos atribuídos por elas para suas trajetórias.

No momento da redação do presente trabalho, não foi necessário utilizar todas essas narrativas. Apesar disso, não estabeleci de antemão quais depoimentos seriam ocupados, optando por trabalhar as narrativas que acreditava serem as mais adequadas para responder à problemática geral do trabalho.

Além dessas, outras fontes foram levantadas junto a alguns entrevistados que se mostraram em sua maioria, mais acolhedores à pesquisa e se dispuseram a ceder fotografias de seus álbuns de família. Elas retratam, comumente, momentos de festas e a

vida em família. Por conta dos recortes necessários ao desenvolvimento da pesquisa, infelizmente, sua utilização ficou limitada.

A partir das narrativas dos entrevistados, senti a necessidade de recorrer a outras fontes, a fim de realizar um estudo “relacional”. Notava que muitos elementos daquela memória pública eram tratados por essas pessoas em seus depoimentos. Tal fator apontou para a necessidade de se pensar como tal memória constituía-se e, inclusive, as transformações que nela haviam sido operadas. Notei que seria, a partir do intercruzamento de diferentes linguagens, entre elas, as fontes orais, que conseguiria trabalhar, de maneira mais clara, a disputa entre as “muitas memórias” do lugar.

Foi assim que passei a utilizar, como fontes, monumentos e aquilo que denomino, ao longo do trabalho, de “lugares de memória” de Santa Helena, ou seja, locais públicos que fazem apelo ao passado do lugar. Fotografei esses locais, em sua maioria, para poder apresentá-los no texto, enquanto que outros reproduzi de materiais promocionais da prefeitura municipal, como o *Calendário de Eventos*, os quais compõem, também, o conjunto de evidências consultadas.

Levantei, ainda, alguns jornais, em sua maioria editados no próprio município e um conjunto de exemplares da *Revista Região*, de Marechal Cândido Rondon. Esses jornais, assim como materiais promocionais da administração municipal, faziam parte de um pequeno acervo pessoal que havia formado durante o processo de pesquisa. Além desses, recebi alguns recortes de jornal de Castro, militante do PT (Partido dos Trabalhadores) de Santa Helena. Conforme aponta, ele fazia parte da ACULT (Academia Cultural), entidade não-governamental do município, voltada à promoção da cultura e como parte das atividades que realizava, reunia recortes de matérias jornalísticas que se referiam a temas de interesse aos projetos dessa entidade, como matérias que tratassem do município, de educação e ensino superior (em especial os referidos a UNIOESTE).

Os recortes de jornais, a mim doados, já estavam selecionados para o descarte, não lhe interessando mais. Conforme aponta, o objetivo daquela entidade era, a partir da organização desse material, formular subsídios para um processo de educação, a fim de formar uma nova sociedade, voltada à democracia. Faziam parte, portanto, de um projeto de constituição de um outro lugar de memória no município.

Quanto às revistas, elas foram recebidas, como cortesia, por meu pai, o senhor Natálio Langaro. Ele tomou o cuidado de guardá-las, formando uma coleção, que durante o processo de pesquisa foi cedida para mim.

Serviram como fonte para a discussão, as obras do historiador José Augusto Colodel, composta de dois livros publicados e uma série de artigos veiculados em jornais locais, que serão apresentados e discutidos no decorrer do trabalho. Esse autor esteve voltado ao trabalho com a memória, vinculado a projetos da Prefeitura Municipal de Santa Helena.

Levantei, ainda, um conjunto de fontes auxiliares. Entre elas estão estatísticas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e do IPARDES (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), material esse que serviu mais para minha orientação no trabalho com certas questões. Possibilitaram-me perceber como tais órgãos estão tratando certos elementos daquela realidade, como a variação populacional e a relação entre campo e cidade. A partir de uma perspectiva quantitativa, é possível notar que as estatísticas também são formas de instituírem-se memórias.

Reuni uma série de mapas e a planta urbana da sede municipal de Santa Helena, os quais foram úteis no sentido de procurar orientar os possíveis leitores, ao longo do texto, na localização e visualização de muitos dos lugares mencionados. Em certos momentos, foi possível perceber e trabalhar sua inserção nessa disputa pelo passado.

Como resultado desse trabalho de pesquisa, apresento esta dissertação de mestrado dividida em três capítulos. No **primeiro capítulo**, intitulado: “*Construindo um olhar sobre o passado: usos e lugares de memória*”, abordo um pouco do processo de constituição dessa memória pública de Santa Helena.

Analiso a obra memorialística de José Augusto Colodel, monumentos e locais públicos, chamados, por mim, de “lugares de memória”, como prédios e praças, que apresentam um apelo ao passado, além de materiais publicitários e informativos produzidos pela prefeitura municipal. Faço um estudo, a partir de exemplares de imprensa e fotojornalismo local e regional, sobre as formas como os elementos dessa memória são veiculados em tais linguagens e circulam nessa sociedade, procurando perceber as formas como os trabalhadores locais são tratados por eles. Busco trabalhar as formas como tais memórias expressam projetos elaborados para o município, por determinados grupos sociais, principalmente, aqueles vinculados às “elites” locais.

No **segundo capítulo**, intitulado: “*Entre trajetórias e expectativas: muitas memórias de um lugar*”, discuto o olhar que trabalhadores de Santa Helena projetam sobre suas trajetórias de vida, procurando perceber as formas como eles vão recompondo as memórias de suas vidas e os sentidos que vão atribuindo aos diversos momentos narrados.

Observo a constituição não de uma memória popular “pura” ou em oposição àquela constituída na esfera pública, mas as formas como essas pessoas transitam por aquelas versões, expressando as muitas memórias, existentes no lugar e inserindo suas narrativas nessa disputa pelo passado. Percebo um caráter político nas narrativas dos trabalhadores entrevistados, relacionado, geralmente, com a afirmação desses sujeitos, na sociedade local. Procuro compreender as intencionalidades contidas na subjetividade desses depoimentos, entendendo-os como fato e posicionamento dos trabalhadores entrevistados perante essa sociedade. Tomo como fonte, nesse capítulo, basicamente, os depoimentos orais produzidos com trabalhadores locais, realizando, ainda, um diálogo deles entre si, bem como com a obra de Colodel e com a bibliografia de pesquisa, nos momentos em que compreendi ser necessária a realização dessa tarefa.

No **terceiro capítulo**, intitulado: “*Reinventando a vida: cultura, trabalho e afirmação política em Santa Helena*”, trabalho com as *outras histórias* que emergem daquela disputa pelas muitas memórias. Trata-se de uma discussão acerca das maneiras de viver e trabalhar constituídas por esses sujeitos em Santa Helena, bem como sua afirmação política no lugar.

Procuro compreender como eles vão estabelecendo uma relação complexa com o campo e a cidade, constituindo viveres e formas de trabalhar que associam tanto elementos rurais quanto urbanos, ao mesmo tempo em que vão constituindo uma fronteira que vai separando e definindo, de maneira não estática, campo e cidade. Esse movimento, como percebi, é contraditório, constituído não da mesma maneira por todas as pessoas e resultante da relação que elas estabelecem com o lugar, o trabalho e as memórias em disputa, não sendo mero produto de transformações de estruturas econômicas.

Procuro observar como esses trabalhadores constituem sua afirmação política, estudando como eles foram produzindo noções de direitos e as diferentes maneiras que encontraram para reivindicá-los. Procuro notar de que maneira elas resultam de um aprendizado político, produzido em suas trajetórias de vida e em seu fazer-se e refazer-se, como trabalhadores, no sentido de classe, e cidadãos em Santa Helena.

Trabalho um pouco os sentidos políticos que emergem de suas narrativas orais e as intencionalidades a elas subjacentes. Observo as formas pelas quais muitos trabalhadores, de maneira semelhante a outros grupos sociais locais, utilizam-se de suas memórias como instrumento de luta social e política. Busco compreender como, mesmo quando esses sujeitos reafirmam elementos daquela memória pública constituída sobre o

lugar, o fazem a partir de seu próprio lugar social, “subvertendo” as intencionalidades de tais versões, as utilizando no intuito de referenciar suas reivindicações e de constituir suas noções de direito.

CAPÍTULO I
CONSTRUINDO UM OLHAR SOBRE O PASSADO:
USOS E LUGARES DE MEMÓRIA.

Especificamente, a noção de ‘comunidade’, apesar de usada livremente, é, ou deveria ser, problemática. Na história urbana, é pouco mais do que uma ficção conveniente, que só pode ser preservada ao concentrar-se nos eventos cívicos e municipais. Na zona rural, ela freqüentemente leva uma suposição não justificada de equilíbrio que talvez o historiador deva questionar, ao invés de afirmar: é possível morar no mesmo lugar enquanto se habita mundos diferentes, seja como marido e mulher, pai e filho, empresário e empregado. (...) Ao invés de pressupor a existência do equilíbrio, seria melhor se os historiadores explorassem alguns de seus determinantes e distinguíssem interesses que eram conflitantes daqueles que, de alguma forma, foram compartilhados.

*Raphael Samuel, História Local
e História Oral, 1989-1990.*

O voltar-se sobre o passado é algo corrente em Santa Helena, assim como em tantos outros lugares. O desafio encontrado durante a realização do presente trabalho foi de investigar a constituição de diferentes memórias, em disputa no local, procurando observar tal processo em seu movimento dinâmico de constituição.

Sendo assim, pretendo, neste capítulo, problematizar a memória produzida na *esfera pública* do município, em seu processo histórico de constituição e transformação. Tais versões do passado, por sua vez, recebem ampla divulgação, sendo que sua difusão ocorre nos espaços da sede municipal – a partir da renomeação de locais públicos, com a intenção de fazê-los render homenagem a determinados sujeitos e eventos, e da transformação de certos locais em pontos de visitação turística – e dos círculos de debate público – como a imprensa e os projetos culturais desenvolvidos pelo poder público local.

Essa *memória pública* possui, portanto, o caráter de conferir visibilidade a determinados personagens e processos sociais, relegando outros ao esquecimento, buscando tornar-se hegemônica. É preciso ressaltar, além disso, que ela está intimamente relacionada com aquela produzida sobre o Oeste do Paraná, de uma maneira geral. Chega em certos momentos a confundir-se com ela, embora resguardando certas especificidades,

no que diz respeito, principalmente, aos projetos políticos e relações sociais com os quais está conectada no município.

Seu estudo torna-se importante a partir da compreensão de que não existe uma cultura e memória popular “pura”. Concebendo-as como “espaço da diferença”,³⁵ requer o estudo do “relacional”, entendendo as “memórias dominantes” ou pretensamente dominantes, como parte das muitas memórias em disputa na sociedade local.

Sobre essa questão, a reflexão sobre os processos de constituição de memórias na esfera pública, foi muito importante o trabalho do Grupo Memória Popular, principalmente quando chama a atenção para a realização de “estudos relacionais”:

*...gostaríamos de enfatizar que o estudo da memória popular não pode se restringir somente a este nível. Este é necessariamente um estudo relacional. Deve-se incluir tanto a representação histórica dominante no âmbito público quanto procurar ampliar ou generalizar experiências subordinadas ou privadas. Como todas as disputas, deve ter dois lados. Nos estudos concretos, memórias privadas não podem ser facilmente desvinculadas dos efeitos dos discursos históricos dominantes. Muitas vezes são estes que suprem os próprios termos por meio dos quais uma história privada é pensada.*³⁶

Não tenho a pretensão de estabelecer aqui uma dicotomia entre memórias “públicas” e “populares”, mesmo porque a mesma pessoa circula por entre diferentes espaços e não é essa reflexão que os autores desenvolvem. Trata-se de observar os sentidos do passado dominantes nos locais de acesso público, como testemunhas da vontade “imortalizar” determinadas versões do passado, intenção essa constituída por sujeitos históricos concretos. Trata-se de uma forma de exercer o poder, pois, como afirma o Grupo Memória Popular, “...todos os programas políticos envolvem tanto uma construção do passado quanto do futuro...”.³⁷

Para estudar a consituição dessa espécie de “memória pública” de Santa Helena, recorro a diferentes linguagens, como livros de história, materiais jornalísticos, monumentos e espaços públicos locais, que serão problematizados ao longo do texto. Para a realização desse trabalho, também é importante pontuar as contribuições fornecidas pela concepção de fonte histórica esboçada por Jacques Le Goff em “Documento/Monumento”:

A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto dos dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de

³⁵ KHOURY, Yara. “Muitas memórias, outras histórias: cultura e o sujeito na história”. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (orgs.) op. cit.

³⁶ GRUPO MEMÓRIA POPULAR. “Memória popular: teoria, política, método”. FENELON, Déa Ribeiro et al. (orgs.). op. cit. p. 286.

³⁷ Idem. p. 287.

*testemunho que, pelo menos em parte, depende da sua própria posição na sociedade da sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos “neutra” do que a sua intervenção. O documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (...) É preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.*³⁸

Conforme afirma o autor, todo “documento”, ou as fontes históricas de maneira geral, não são meros reflexos “do que aconteceu”. Trata-se de produtos de relações de poder, que permeiam tanto a sociedade que os produziu e quanto a que os conservou. Cabe ao historiador, por seu turno, questionar as evidências, tratando-as como *monumentos* a serem desconstruídos, buscando perceber as formas pelas quais foram construídos e as intenções contidas em preservá-los ao longo do tempo. Aponta, ainda, para a necessidade do próprio historiador perceber-se como parte dessa “monumentalização” dos documentos históricos, realizando escolhas e constituindo séries de fontes para o trabalho de análise.

Lanço mão, no presente trabalho, do uso dessas diferentes fontes, inclusive de obras historiográficas, não no intuito de produzir meras ilustrações ou de incorporá-las ao trabalho, mas de perceber os processos de construção de uma memória do espaço público em Santa Helena. Acredito que tal processo de constituição de *monumentos*, na acepção de Le Goff, e conseqüentemente da própria memória social, também tenha sua base em relações de classe.

Com relação a tal assunto, foi importante o contato com a noção de cultura de Walter Benjamin. De acordo com o autor, a cultura também é produto daqueles que dominam um certo momento histórico e de seus “herdeiros”. A produção cultural, assim como sua transmissão, não ocorre de maneira tranqüila:

Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens

³⁸ LE GOFF, Jacques. “Documento/Monumento”. In: *História e Memória*. São Paulo: Ed. UNICAMP, 1994. p. 547-8.

*culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corvêia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.*³⁹

Todo esse processo de constituição de uma certa memória local, que considero cultural, desenvolve-se em meio à tensão das relações sociais. São essas relações que estão jogo na disputa pelas muitas memórias locais, e que procurarei interpretar ao longo do trabalho. Por outro lado, como Bejamim frisa, a cultura é instrumento de posse, e não apenas realização do “gênio humano”. Pode-se afirmar, portanto, que implica também em dominação e subordinação.

A memória pública de Santa Helena não é apenas uma manifestação da “ideologia” da classe dominante. Trata-se da eleição de certos marcos históricos e de determinadas recordações, que são escolhidas para ganhar visibilidade, relegando outras tantas ao silêncio. Também possui como objetivo, demarcar lugares, físicos e sociais, para determinados sujeitos, conferindo destaque público a determinados atos e personalidades, em detrimento de outros. Além disso, expressam projetos elaborados para o município, por diferentes grupos sociais, em uma relação dinâmica, que envolve presente, passado e futuro.

Organizar tal memória nos espaços do município é uma maneira de difundir uma dada versão da história, diminuindo outras formas de significar as transformações ocorridas no local. Aponta-se, nesses locais, para quem deve ser lembrado, onde e porque.

Considero ainda que, praças, estátuas e demais monumentos públicos, juntamente com as obras historiográficas e/ou memorialísticas, publicadas ou arquivadas em bibliotecas, além de documentos/monumentos, também são *lugares de memória*. Esse termo é definido por Pierre Nora em seus estudos sobre a memória na França, em fins do século XX:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há mais memória espontânea, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância

³⁹ BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 225.

*comemorativa, a história depressa os varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva.*⁴⁰

É possível afirmar dessa forma, que os “lugares de memória”, muitas vezes procuram cristalizar uma determinada maneira de se conceber o passado, que pode não ser compartilhada por todos os membros da sociedade. Expressam intenções elaboradas por certos sujeitos, em apresentar determinados eventos a serem lembrados, indicando, também, maneiras de como rememorá-los. Tais “lugares de memória” estão presentes em toda a sociedade e, no caso em estudo, constituem a esfera pública de Santa Helena.

Para iniciar essa discussão, gostaria de apontar a obra de José Augusto Colodel, pois, durante a realização deste trabalho, ficou patente a importância do trabalho desse historiador para a memória pública do lugar em estudo. Graduado em história pela Universidade Federal do Paraná – UFPR, pelo que me consta, ele é autor dos únicos livros de história publicados sobre Santa Helena. Após a realização de seu trabalho, passou a viver no município e atualmente trabalha na Divisão de Patrimônio Histórico da prefeitura municipal.

De acordo com Welter,⁴¹ esse historiador esteve à frente do “Projeto História de Santa Helena”, uma iniciativa da prefeitura municipal que contou com duas fases. Na primeira, entre 1987 e 1988, teriam sido produzidos: “...mais de uma centena de entrevistas com pioneiros”.⁴² do município. Em 1988, Colodel publicou o livro *Obrages e Companhias Colonizadoras: Santa Helena na história do Oeste do Paraná até 1960*⁴³, como resultado desse trabalho.

Na segunda fase, iniciada em 1997, de acordo com Welter, foram coletados outras: “...dezenas de depoimentos orais”.⁴⁴ Em 1998 foi concluído o livro *Semeadores de Sonhos: história de Santa Helena a partir de 1960*, porém, ainda não publicado e também não

⁴⁰ NORA, Pierre. “Entre a memória e história: a problemática dos lugares”. In: *Projeto História*. São Paulo, n.º 10, pp. 59-72, dez. 1993. p. 13.

⁴¹ WELTER. op. cit. p. 30 (nota de rodapé).

⁴² Idem. Ibidem.

⁴³ COLODEL, José Augusto. *Obrages e Companhias Colonizadoras...* op. cit.

⁴⁴ WELTER. op. cit. p. 30 (nota de rodapé).

disponível ao público. Além desses materiais, é de meu conhecimento o levantamento de outros documentos, como fotografias, realizado nesse projeto.

A iniciativa para a realização de tal projeto cultural partiu da própria Prefeitura Municipal de Santa Helena, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Contou, também, com a participação efetiva de vários servidores daquele setor, sendo que muitos depoimentos orais foram produzidos por eles. Alguns desses funcionários, lotados naquela secretaria, possuíam formação acadêmica em história ou, ao menos, na área do magistério. É importante ressaltar que uma grande atenção foi prestada ao projeto, principalmente em sua primeira fase, pois nem todos os depoimentos foram realizados com moradores de Santa Helena. Chegou-se a contatar e entrevistar algumas pessoas que vivam nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, mas que haviam vivido no município ou se relacionavam com o processo de “colonização” e foram consideradas importantes para o projeto.

Dessa forma, apesar da obra final ter sido escrita e organizada por Colodel, é preciso ressaltar que o trabalho de pesquisa contou com ampla participação de pessoas que já viviam no município, como os servidores que trabalharam no levantamento documental e os próprios moradores que prestaram seus depoimentos.

Constituiu-se em uma iniciativa oficial do município, desenvolvida em dois momentos. O primeiro, em fins da década de 1980, quando o município encontrava-se em franca crise econômica, advinda do quadro nacional recessivo e do agravante local da agricultura ter sido prejudicada pela construção do reservatório de Itaipu. O segundo, na década de 1990, quando o município já estava desenvolvendo outras iniciativas e projetando-se como “local de progresso”, em virtude da riqueza proporcionada pelos *royalties* pagos por Itaipu.

Toda a obra desse autor, de maneira geral, parece partir da necessidade de ressignificar-se os marcos de memória local, nesses dois momentos de transformação histórica decisivas do município. Tanto na década de 1980, quando era preciso repensar o que era Santa Helena e para onde o município caminharia, como na década de 1990, quando uma nova imagem, positiva, precisava ser construída sobre o lugar. A partir desses marcos ressignificados, principalmente da “colonização”, a obra parece conectar-se com o processo local geral de constituição de versões do passado. Insere-se, assim, em uma relação dinâmica com as memórias já existentes no município, e também na região, e aquelas que institui com sua obra, parecendo constituir-se em uma tentativa de por fim à

disputa pelo passado do lugar, a partir do poder depositado, pela sociedade, na história produzida por profissionais da área.

O primeiro livro, publicado em 1988, foi viabilizado pela prefeitura municipal e editado com recursos da Itaipu Binacional. Existia, portanto, interesse dessas instituições em tornar esse material público. O prefeito municipal da época, Julio Morandi, do PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), concebe o texto como sendo: “*Mais do que um simples livro esta pesquisa é também uma homenagem a todos os pioneiros que, com o suor do seu trabalho, desbravaram e deram forma ao lugar em que hoje vivemos*”.⁴⁵ Ainda, de acordo com o então prefeito, trabalhar tal memória e divulgá-la era uma necessidade:

*Não podíamos conceber que todo este passado tão rico em manifestações fosse simplesmente colocado no esquecimento. Alguma coisa precisava ser urgentemente feita para que nós, os nossos filhos e as futuras gerações tivessem acesso a toda essa riqueza. Para nós é inconcebível que esta comunidade continue vivendo sem ter o menor conhecimento de todas as realizações das gerações que a antecederam. Somente tendo acesso a este passado é que poderemos melhor compreender a realidade a que estamos submetidos.*⁴⁶

Declara também que a necessidade de publicar o livro tinha por finalidade colocá-lo ao alcance de um público amplo, para que fosse discutido e questionado, servindo também de subsídio aos professores no trabalho de sala-de-aula.

Nota-se, portanto, a necessidade de se afirmar publicamente essa memória da “colonização”. O documento ainda sugere que os responsáveis pelo projeto percebiam um “esquecimento”, portanto, que tal memória não fazia mais sentido para a maior parte da população de Santa Helena. Contra esse movimento, reelaboram-se tais lembranças na forma do livro, que é colocado à disposição pública, valorizando a linguagem escrita em detrimento dos testemunhos vivos de memórias produzidas, reelaboradas e divulgadas oralmente pelas pessoas.

Ney Braga, ex-governador do Estado do Paraná⁴⁷ e então Diretor-Geral Brasileiro da Itaipu Binacional, representou o engajamento dessa empresa na publicação. De acordo com

⁴⁵ MORANDI, Julio. “Apresentação”. In: COLODEL, José Augusto. *Obrages e Companhias Colonizadoras...* op. cit. p. 15.

⁴⁶ Idem. Ibidem.

⁴⁷ De acordo com Myskiw, Ney Braga foi eleito governador pelo PDC em 1960 (Partido Democrata Cristão). Cumpriu seu mandato entre 1961 e 1965, quando deixou o cargo para assumir o Ministério da Agricultura, no governo do General Humberto de Alencar Castelo Branco, que passou a ocupar o cargo de Presidente da República após o “Golpe de 1964”. As bandeiras defendidas em seu governo estadual foram a “modernização” e “industrialização” do estado, a assistência social a partir dos “princípios cristãos”. Distanciadas, portanto, dos movimentos sociais que então estavam presentes no cenário político brasileiro

ele: “Agora, com um cenário regional já estabilizado, é o momento de recuperar a memória das origens histórico culturais dessa colonização, trazendo à tona um passado rico em exemplos e realizações”.⁴⁸ Afirma, ainda, que Itaipu mudou: “...as condições sócio-econômicas locais e também passou a ser fator de desenvolvimento para a região”.⁴⁹ e a partir disso se associa, apoiando o projeto.

Tratando a região como um contínuo de progresso, procura também afirmar uma memória positiva da construção de Itaipu. Essa ênfase, porém, no rememorar a “colonização”, por meio do livro, parece compor a necessidade de se cristalizar uma dada memória que vai perdendo seu significado em termos locais. Isso poderia estar ocorrendo até em função das transformações que estavam (e ainda estão) ocorrendo na região, principalmente no processo dinâmico que envolve a mobilidade de seus moradores, não sendo todos descendentes daqueles migrantes vindos durante o período “colonizatório”.

Refletindo-se sobre o conteúdo do livro publicado, percebo que o autor realiza um trabalho amplo e rico em informações – assim como todo o conjunto de sua obra – tomando como recorte inicial às disputas ocorridas entre espanhóis e portugueses pelo território do atual Oeste do Paraná, ainda no século XVI. Apesar de não eleger a “colonização” como ponto inicial de sua obra, Colodel orienta o texto em torno de alguns marcos históricos.

Além daquele inicial conferido às disputas de território, realizadas pelos impérios ibéricos, o autor também destaca a fundação da Colônia Militar de Foz do Iguaçu, como marco de ocupação brasileira na região; a atuação das *Obrages* argentinas, que exploravam madeira e erva-mate na região, dando atenção especial à de Domingos Barthe, que havia construído o “Porto de Santa Helena”; a navegação a vapor no Rio Paraná; a passagem do movimento tenentista pela região em 1924 e a “colonização” do que viria a ser o Município de Santa Helena, iniciada ainda na década de 20, mas realizada de uma maneira mais efetiva somente a partir da década de 50.

O autor explica, por meio desses marcos, o que seria a inserção de Santa Helena no Oeste do Paraná. Sua história privilegia a abordagem de eventos políticos e atividades

e a “resolução” dos conflitos agrários, muito intensos nesse período, via legalização e titulação de terras. In: MYSKIW, op. cit. pp. 59-86 e 114-32.

⁴⁸ BRAGA, Ney. “Prefácio”. In: COLODEL, José Augusto. *Obrages e Companhias Colonizadoras...* op. cit. p. 17.

⁴⁹ Idem. *Ibidem*.

econômicas.⁵⁰ Uma das preocupações que permeia o trabalho do autor é com o suposto “abandono” da região pelo governo brasileiro. Aponta, nesse sentido, a ineficácia da instalação da Base Militar de Foz do Iguaçu para a nacionalização da fronteira e o quadro em que se encontraria a região, que, desde fins do século XIX estaria dominada pelos *obrageros*, proprietários de empresas que possuíam sede oficial na Argentina, mas que nem sempre eram compostas exclusivamente de capitais desse país.

De acordo com Colodel, essas empresas adotavam o trabalho de “paraguaios” ou “guaranis modernos”, em regime de semi-servidão. Sobre esses trabalhadores, mesmo admitindo que eles resistiam à situação de exploração de seu trabalho, em muitos momentos o autor acaba por vitimizá-los, reduzindo suas vidas à violência existente dentro das *Obrages*. É preciso pontuar, também, as críticas realizadas por Ribeiro,⁵¹ que, em um balanço da historiografia do Oeste do Paraná, afirma que indígenas da própria região foram rotulados como “paraguaios” em certas obras de história. Segundo a autora, isso homogeneiza as diferenças étnicas existentes entre esses trabalhadores não-brancos.

Diante desse quadro apresentado por Colodel, a passagem das tropas revoltosas de Luís Carlos Prestes é tratada como um marco humanizador. Elas teriam chamado a atenção, em nível nacional, para o “descaso” existente para com essa fronteira brasileira, além de ter libertado muitos dos “trabalhadores das matas” ou “paraguaios”, que se encontravam presos às *Obrages*.

Outro marco seria a “colonização” da área próxima ao antigo Porto de Santa Helena.⁵² Nesse sentido, o autor trabalha com as especificidades do processo “colonizatório” local, que se iniciou ainda na década de 1920. Ao tratar desse movimento, parte da presença de diversas companhias privadas que acabaram por fracassar nesse intento. Em alguns casos, aponta que isso ocorreu em virtude dos interesses das

⁵⁰ Tal caráter também foi observado por Maffissoni na crítica de que desenvolve à obra *Obrages e Companhias Colonizadoras...* op. cit., de Colodel. In: MAFFISSONI, Joice. *Sonhos e perspectivas...* op. cit. p. 1.

⁵¹ RIBEIRO. op. cit. pp. 60-3.

⁵² Esse porto foi alagado com a construção de Itaipu. Atualmente essa localidade denomina-se de “Santa Helena Velha”. A atual sede do município de Santa Helena foi construída em outro lugar, onde, após a construção do reservatório de Itaipu também foi edificado o novo Porto de Santa Helena. De acordo com Colodel, a sede municipal teria sido planejada pela “Industrial Agrícola Madalozzo Ltda.”, na década de 50 (mais precisamente em 1955 e 1956) tendo sua planta aprovada em 1958. In: COLODEL, José Augusto, *Obrages e Companhias Colonizadoras...* op. cit. pp. 223-5 e COLODEL, José Augusto. “Pelas ruas... ..e praças de Santa Helena”. In: *Jornal Costa Oeste*, Santa Helena/PR, ano 3, n.º 63, pp. 6-7, maio de 1999. Santa Helena. A localização geográfica de “Santa Helena Velha”, construída em 1920 e da Sede Municipal de Santa Helena, edificada na década de 1950, pode ser observada no “Anexo III – Mapa do Município de Santa Helena em 1980 (antes do alagamento para a formação do reservatório de Itaipu e da emancipação do Distrito de São José)”, na página 235 do presente trabalho. Mesmo com o alagamento do porto, a localidade de Santa Helena Velha continua existindo, compondo o Município de Santa Helena.

companhias estarem mais voltados à exploração madeireira, sendo a “colonização” uma exigência do governo do Estado do Paraná, quando da concessão de terras para exploração. De acordo com Colodel, a área seria efetivamente “colonizada” pela sociedade nacional somente a partir da década de 1950, com a atuação da “Imobiliária Agrícola Madalozzo Ltda.”.⁵³

Dessa forma, acaba-se por compreender que as migrações para onde futuramente seria o Município de Santa Helena, não se davam pela ação dos sujeitos, das pessoas que migram, mas das companhias colonizadoras.⁵⁴ Ao tratar da “colonização”, Colodel privilegia o estudo do primeiro núcleo de migrantes instalado em torno do Porto de Santa Helena na década de 20. Aponta que aquela era uma colônia instalada nos moldes das implantadas no sul do Brasil por imigrantes italianos, nas quais todos seriam pequenos proprietários rurais. Afirma, assim, que ela era composta por gaúchos de ascendência italiana, embora relate que o noivo do primeiro casamento realizado no Porto de Santa Helena era natural de Guarapuava (PR). Isso demonstra que tal área não era ocupada

⁵³ As companhias colonizadoras que atuaram no território onde se localiza atualmente o Município de Santa Helena, de acordo com Colodel foram: “Petry, Meyer & Azambuja”, fundada na década de 1910 passando a denominar-se em 1920 “Meyer, Annes & Cia.”, que não teria conseguido a viabilizar a migração de agricultores paulistas de ascendência italiana para o local, como estavam em seus projetos; Após a falência dessa primeira companhia, sua área foi adquirida por “Alegretti & Cia. Ltda.”, em 1922. Essa empresa chegou a negociar terras com proprietários rurais da região Sul do país, que ocuparam a área em torno do Porto de Santa Helena, hoje conhecida por “Santa Helena Velha”; O restante da área então pertencente a “Meyer, Annes & Cia.” foi adquirida por “Industrial, Agrícola e Pastoril do Oeste de São Paulo”, que ficou na região até 1926; Sua área foi adquirida pela empresa “Companhia Paranaense de Colonização Espéria Ltda.”, mantida com capitais italianos (fato casou uma série de tensões com o governo federal, durante a II Guerra Mundial) e voltada à imigração de italianos para a região; Em 1956, a “Imobiliária Agrícola Madalozzo Ltda.” adquiriu as áreas que outrora haviam sido concedidas pelo estado a “Alegretti & Cia. Ltda.” e “Companhia Paranaense de Colonização Espéria Ltda.”, que tiveram suas atividades interrompidas pelo governo estadual, em parte por não terem efetuado satisfatoriamente a venda de lotes agrícolas. Em 1956 a “Imobiliária Agrícola Madalozzo Ltda.” começou a venda de lotes agrícolas em Santa Helena. Essa companhia também loteou a área onde atualmente localiza-se a sede municipal, na época distante 11 quilômetros ao norte do Porto de Santa Helena. In: COLODEL, José Augusto. *Obrages e Companhias Colonizadoras...* op. cit. De acordo com Myskiw, essa sucessão de empresas não ocorreu tranquilamente existindo disputas judiciais sobre quem teria direito aos títulos de terras do imóvel “Santa Helena e Sol de Maio”, área onde atualmente localiza-se o Município de Santa Helena. Entre as décadas de 1940 e 1970 as terras da região Oeste do Paraná, de uma maneira geral, estavam sendo reivindicadas tanto pela União, sob o argumento de encontrarem-se em “faixa de fronteira” e o Estado do Paraná, que reclamou seu domínio ainda na década de 40 e a partir de então começou a expedir títulos de propriedade para companhias colonizadoras. Em Santa Helena a situação legal das terras agravava-se ainda mais, pois na década de 1950, a companhia “Espéria” e a FPCI – Fundação Paranaense de Colonização e Imigração também requisitavam esse imóvel. A primeira contestava a medida legal que havia transferido, em 1942, seus bens ao governo federal, declarando que sua propriedade pertencia ao *Instituto Nazionale Di Crédito Per Il Lavoro Italiano all Estero*, da Itália, enquanto que a segunda declarava que a área havia sido doada em 1951 pelo Estado do Paraná para que fosse realizada a “colonização” desse imóvel. In: MYSKIW. op. cit. pp. 146-172.

⁵⁴ Em seu trabalho, Laverdi discute um pouco do caráter de sujeito que migrantes vindos para o Oeste do Paraná apresentavam, inclusive, durante o processo colonizatório, realizando escolhas, não estando meramente sob o controle das companhias. In: LAVERDI. op. cit. p.100-3.

somente em função dos interesses da companhia colonizadora, mas que as pessoas se movimentavam dentro desse território.

Aborda, ainda, a aparente harmonia existente entre os membros dessa “comunidade”, conforme aponta ao tratar da realização de festas: “*A festa contava com a colaboração de toda a comunidade. Os colonos se reuniam e contribuíam com o que podiam. Alguns mais abastados, doavam uma vaca; outros, doavam porcos, galinhas e prendas diversas*”.⁵⁵

Esse clima de harmonia teria ocorrido mesmo existindo diferenças em termos de propriedade entre os agricultores, dentre outras tantas possíveis, o que poderia indicar possíveis conflitos. As tensões, em toda sua obra, são topicamente mencionadas, como no momento em que destaca a prática de recolher as armas, já na década de 40, à porta dos locais onde eram realizados os bailes, no intuito de se “*evitar desentendimentos*”.⁵⁶

Outro ponto de tensão apresentado pelo autor é a relação entre “colonos” e os “trabalhadores paraguaios”. Aponta que existia uma espécie de segregação entre ambos, embora os agricultores “colonos” utilizassem os serviços dos “paraguaios” em algumas atividades do campo. Conforme aponta Colodel, ao tratar das festas:

*Para essas ocasiões, os colonos não tinham o costume de convidar os mensus⁵⁷, mesmo que alguns desses peões estivessem fazendo empreitadas em suas propriedades. Isto se devia ao fato de os colonos considerarem os paraguaios muito beberrões e brigões e temessem que a sua presença atrapalhasse a festa. Os próprios paraguaios procuravam não se misturar demais com as famílias de colonos que aqui estava morando. Eles tinham seus festejos e neles se divertiam com toda a intensidade.*⁵⁸

Em outro momento, Colodel já havia destacado que devido à decadência das *Obrages*, na década de 1940, o Porto de Santa Helena era um local onde ficavam muitas famílias de “paraguaios”. De acordo com o autor, tal presença era incômoda aos pequenos proprietários rurais, pois: “*Para alguns colonos, a sua presença algumas vezes era tida como incomodativa pelo receio que a falta de serviço os levasse ao roubo e a outros tipos de infrações*”.⁵⁹

Como é possível perceber, o autor toma “colonos” e “paraguaios” como dois grupos homogêneos, não analisando a dinâmica de sua formação e divisões internas. Também não

⁵⁵ COLODEL, José Augusto. *Obrages e Companhias Colonizadoras...* op. cit. p. 250.

⁵⁶ Idem. p. 268.

⁵⁷ Segundo o autor, o termo “*mensu*” provém do espanhol e significa “mensual”. Em português o termo mais próximo seria “peão”. Assim eram chamados os “trabalhadores paraguaios” ou “trabalhadores das matas”, como Colodel os trata. In: Idem. p. 53.

⁵⁸ Idem. p. 269.

⁵⁹ Idem. p. 257.

estuda a fundo o preconceito existente por parte dos colonos para com esses trabalhadores que já viviam na região antes de sua chegada. Mesmo as tensões apontadas, referem-se a questões étnicas, ignorando-se os demais conflitos que poderiam existir. Quando os “colonos” tomavam o trabalho dos “paraguaios” para realizar certos serviços, principalmente no desmate das áreas a ser cultivadas – o serviço mais árduo existente nesse processo – estabelecia-se uma relação em que um era o proprietário das terras, o patrão, enquanto que o outro era o trabalhador por empreitada. Essa forma de trabalho poderia ser um foco de tensão na ordem das relações sociais, que passa ao largo das preocupações de Colodel.

Perpassa todo o trabalho do autor a preocupação com a falta de infra-estrutura para receber os migrantes que teriam sido trazidos pelas empresas colonizadoras. Aponta que tal fator é alvo de críticas de muitos migrantes, inclusive aqueles vindos após a década de 40, período já de atuação da “Industrial Agrícola Madalozzo”.

Tal questão faz parte da forma como o autor trata as tensões locais, conferindo ênfase aos fatores que seriam externos ao núcleo de “colonos”. Isso se manifesta nos conflitos com os “trabalhadores paraguaios” e com as empresas colonizadoras. A idéia de “comunidade harmoniosa” parece estar, aqui, orientando a percepção da sociedade criada a partir da “colonização”. Perde-se, dessa maneira, muito da complexidade do movimento constante de fazer-se e refazer-se dos sujeitos como grupo.

Além dessa obra, Colodel publicou um livro didático intitulado *História de Santa Helena: descobrindo e aprendendo: ensino fundamental*.⁶⁰ Como o próprio título indica, é uma obra direcionada a alunos do ensino fundamental e parece reunir conteúdos das outras duas obras anteriormente escritas pelo autor. Conta, também, em sua elaboração, com materiais levantados no “Projeto História de Santa Helena”.

Também foi produzida com recursos da Prefeitura Municipal de Santa Helena, tendo sido viabilizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e a Divisão de Patrimônio Histórico. Colodel é apontado como responsável pela pesquisa histórica e pelo texto do livro. Servidores da prefeitura municipal, e, portanto, membros da sociedade local, também participaram como coordenadores e colaboradores do projeto.

De maneira semelhante à obra anterior, esse livro também esteve relacionado com os circuitos de memória local e regional. É composto de textos curtos e sugestões de

⁶⁰ COLODEL, José Augusto. *História de Santa Helena: descobrindo e aprendendo...* op. cit.

atividades, distribuídos em quadros coloridos. Esse recurso provavelmente tem a finalidade de tornar a leitura mais agradável às crianças, público-alvo da obra.

No início de cada capítulo existe a reprodução de uma fotografia levantada no “Projeto História de Santa Helena”. As imagens em preto-e-branco parecem ter sido colorizadas por computador, mas, em apenas uma cor. Provavelmente tal método também tenha sido empregado no intuito de tornar as imagens mais aprazíveis aos leitores. Ao final do texto, antes da sugestão de atividade, o autor apresenta um fragmento de depoimento oral, também levantado naquele projeto.

Em termos de conteúdo, inicia tratando das *Obrages* e conclui com a construção de Itaipu. Os diferentes temas são trabalhados mais no sentido de “curiosidades”, sem uma postura crítica por parte do autor. Isso fica muito visível no capítulo em que discute a “mecanização da agricultura”. Sobre esse assunto, o autor o trata apenas como transformações ocorridas na ordem de instrumentos de trabalho, abordando, em detalhes, as maneiras de trabalhar em uma espécie de *antes* e *depois* da mecanização agrícola. Conforme aponta o autor:

E então chegou o trator e a colheitadeira. O que restava da floresta deu lugar às plantações de soja, milho e trigo.

.....
A mecanização aparece junto com a procura cada vez maior de soja, milho e trigo. O grão de soja era usado para se fazer o óleo de soja, o milho e o trigo eram matérias-primas para o fabrico de farinhas.

Uma das primeiras máquinas a aparecer na região foi o trator de esteira. Ele foi usado para arrancar os tocos de árvores que antes eram retirados com juntas de bois. Era o que se chamava de destoca e foi ela quem abriu os grandes espaços que seriam necessários para o plantio em larga escala de culturas como a soja, o milho e o trigo.

Os tocos, depois de arrancados, eram empilhados ou queimados no lugar onde estavam.

Depois que o trator de esteira fez o seu trabalho, entra em cena o trator de pneu, puxando arado, semando e gradeando a terra cultivada.

A colheita e a separação dos grãos também passou a ser feita com colheitadeiras cada vez mais modernas. Na própria roça a colheitadeira abastece de grãos os caminhões. Esses caminhões transportam os grãos para os silos das cooperativas ou para o Porto de Paranaguá, de onde são embarcados em navios chamados de graneleiros e seguem para serem exportados para outros países.

A mecanização da agricultura mudou definitivamente a paisagem rural de Santa Helena e região.⁶¹

Como é possível perceber, o autor trata de maneira harmônica essas transformações. O plantio de soja, milho e trigo são compreendidos como algo *necessário* e as máquinas,

⁶¹ Idem. p. 48-9.

tratadas como *modernidade*, como uma forma de acelerar o processo de cultivo de tais produtos. É como se uma forma de estruturação da sociedade, assim, “*deu lugar*” à outra, de maneira tranqüila, sendo compreendidas tais mudanças como as únicas possíveis, dentro de uma concepção de história linear.

Diferentemente de outros trabalhos que compõem a historiografia regional,⁶² Colodel não aborda os impactos sociais causadas por tais transformações, tampouco as formas como as pessoas compreenderam tais mudanças ocorridas nos processos produtivos. Limita-se, apenas, a apontar que: “*Essa mecanização teria como uma das suas principais conseqüências o desmatamento de áreas florestais até então preservadas*”.⁶³ Preocupa-se, desse modo, somente com os impactos ambientais e os danos causados ao meio-ambiente.

Em muitos momentos da obra, a visão do autor acaba sobrepondo-se às formas como as pessoas compreendem os processos históricos trabalhados. As pessoas acabam sendo colocadas em um plano secundário, em detrimento de certos eventos que, por sua vez, tornam-se os elementos principais de sua análise.

Esse livro, posso notar, torna-se um meio privilegiado de instituição de memórias. Como material didático importante, muito utilizado – se não o mais usado – no ensino de história, serve não apenas a alunos, mas também como orientador do trabalho docente. Conforme aponta Araci Rodrigues Coelho, o livro didático desempenha um papel fundamental no ensino, pois: “...*ele [o livro didático] segmenta, articula, estabelece corte e progressões nos conteúdos; cria situações de aprendizagem e de avaliação; constrói ou seleciona recursos informativos e atividades práticas de ensino-aprendizagem*”.⁶⁴

Apesar disso, é preciso lembrar que os livros didáticos, muitas vezes, estão envoltos em um caráter que os coloca acima da crítica. É como se eles fossem portadores da “história verdadeira”, sem colocar-se em questão quem é seu autor e o processo social de sua confecção.

O ensino de história na escola torna-se, dessa maneira, mais um local em que essa memória da esfera pública local pode ser difundida. Desde cedo, as crianças começam a tomar contato com tais versões do passado, que informam sobre sentidos de pertencimento, quem “construiu” Santa Helena e, portanto, quem tem direito ao município. Por outro lado, apresentam também essa história linear, resultante de uma evolução, que, em muitos

⁶² A esse respeito ver: SCHLOESSER. op. cit. e SCHEREINER. op. cit.

⁶³ COLODEL, José Augusto. *História de Santa Helena: descobrindo e aprendendo...* op. cit. p. 48.

⁶⁴ COELHO, Araci Rodrigues. “Escarização: uma perspectiva de análise dos livros didáticos da história”. In: ARIAS NETO, José Miguel. *Dez anos de pesquisas em ensino de história*. Londrina/PR: AtritoArt, 2005. p. 241. Acréscimo meu.

momentos, parece não depender da ação humana. Nessa concepção, são excluídas parcelas significativas da população local não apenas do passado (lembrando-se que muitos moradores chegaram ao município após a “colonização”), mas também da própria possibilidade de interferir no movimento da história e, conseqüentemente, nos projetos que, no presente, planejam o futuro.

Além da publicação desses materiais, o trabalho de Colodel possui uma significativa inserção na imprensa local, não sendo raro encontrar seus artigos sobre a “história de Santa Helena”. Em 1999, na edição comemorativa dos 32 anos de emancipação de Santa Helena, o *Jornal Costa Oeste* inseriu um artigo desse historiador.⁶⁵

Tal veículo de informação foi criado na década de 1990, por empresários que se fixaram no município. Mantinha uma postura situacionista perante a administração municipal de Silom Schmidt, que esteve à frente da prefeitura municipal entre os anos 1997-2004, pelo PP (Partido Progressista).⁶⁶ Organizado de maneira comercial nas edições analisadas, vendia assinaturas e espaços publicitários, atuando como uma empresa jornalística.

Naquela edição comemorativa, exaltava-se a inauguração de uma série de obras no município, como parte das festividades. Colodel, por sua vez, tratava da formação da sede municipal, que, segundo o autor, seria resultado do planejamento da “Industrial Agrícola Madalozzo” e, apesar de seu crescimento, teria sido algo que “deu certo”. Ressalta nesse artigo, imagens de locais públicos, como as praças da sede municipal, talvez imbuído do clima comemorativo das festividades, que incluíram a reinauguração da “Praça Orlando Weber” e de outras obras no município.⁶⁷

Era possível observar em 2004, artigos desse mesmo autor no jornal *Portal América*. Tal veículo de informação impresso começou a circular no Município de Santa Helena na década de 2000, tendo seu caráter comercial ampliado no decorrer dos anos de sua circulação. Inicialmente possuía publicação mensal, mas nas últimas edições analisadas, já circulava quinzenalmente. É homônimo do portal da *internet*, ambos de propriedade de um grupo de empresários locais que atuam na área de informática. Esse material de imprensa,

⁶⁵ COLODEL, José Augusto. “Pelas ruas... ..e praças...”. op. cit.

⁶⁶ Schmidt foi eleito em 1993 vice-prefeito em uma coligação liderada pelo PMDB, também ocupando naquela administração o cargo de Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo. Em 1997, em coligação com esse mesmo partido e outros, foi eleito prefeito municipal, sendo reeleito em 2000, coligando-se com sua antiga oposição, então liderada pelo PFL (Partido da Frente Liberal).

⁶⁷ Adiante trabalharei melhor essas questões, inclusive sobre a cobertura de tais eventos realizada pelo jornal.

como percebi,⁶⁸ em alguns momentos, principalmente em seu n.º 3, de fevereiro de 2003, parece apresentar uma postura mais de oposição ao governo municipal, enquanto que nas edições n.º 25, (24/06 a 08/07/2004), n.º 27 (22/07 a 05/08/2004) e n.º 31 (16/09 a 30/09/2004), já quinzenais, passa a impressão de não estar mais muito ligado à polarização político-partidária local.

Nessas três últimas edições aparecem artigos de Colodel na segunda página. Assinava uma coluna intitulada “Crônicas & Fatos da História”, sendo que seu nome também figurava como colaborador do jornal, na coluna “expediente”. Nesses artigos, trabalha temas ligados à sua pesquisa, principalmente referentes as *Obrages* e “colonização”. Segue a perspectiva adotada no restante de seu trabalho. Em um dos artigos que tive acesso,⁶⁹ presta mais atenção na religiosidade da sociedade local, chegando a abordar a década de 80, contudo, prestando atenção ao aspecto institucional, na demanda por sacerdotes e na construção de igrejas. De qualquer forma, é importante perceber que o trabalho desse autor circula na sociedade local e não está limitado à publicação dos dois livros já mencionados.

Percebo que a memória da “colonização” e dos “pioneiros” de Santa Helena, compreendida de maneira excludente e harmônica, é dominante na “esfera pública” local. Isso, no entanto, não ocorre apenas com a obra de Colodel, mas também por meio de outras formas de impressão de lembranças no espaço público local, como monumentos e demais “lugares de memória”, que tematizam tal período, direta ou indiretamente.

É possível afirmar que as memórias da “colonização”, nas últimas décadas, apresentaram uma espécie de avanço sobre as representações contidas no espaço público. A sede municipal, planejada pela “Industrial Agrícola Madalozzo”, contava desde sua criação com alguns locais destinados a praças e sediar outras entidades com finalidade pública.⁷⁰ Algumas dessas praças tiveram seus nomes modificados, tematizando outros elementos que compõem a memória local. Esse é o caso da outrora chamada “Praça Tiradentes”⁷¹ localizada na área oeste de um terreno circular, entrecortado pela Avenida Brasil, a principal da sede do município, como é possível observar no “Anexo V – Planta

⁶⁸ Refiro-me a: *Portal América*, Santa Helena/PR, ano 1, n.º 3, fevereiro de 2003; *Portal América*, Santa Helena/PR, ano 2, n.º 25, 24 de junho a 08 de julho de 2004; *Portal América*, Santa Helena/PR, ano 2, n.º 27, 22 de julho a 05 de agosto de 2004; e, *Portal América*, Santa Helena/PR, ano 2, n.º 31, 16 a 30 de setembro de 2004.

⁶⁹ COLODEL, José Augusto. “Padres, capelas e fiéis (Parte II): Em Santa Helena veio o ento e derrubou a igreja”. *Portal América*, Santa Helena/PR, ano 2, n.º 27, p. 2, 22 de julho a 05 de agosto de 2004. Crônicas e fatos da história.

⁷⁰ COLODEL, José Augusto. *História de Santa Helena: descobrindo e aprendendo...* op. cit. p. 33

⁷¹ Idem. Ibidem.

da Sede Municipal de Santa Helena (Parte 1)”, na página 274 do presente trabalho. Ela teve seu nome modificado para “Praça do Colono”, termo que localmente confunde “agricultor” com “colonizador”. Elementos que remetem mais claramente ao pioneirismo, mesmo assim, constam nesse local, onde existe uma estátua cuja placa indica:

“Ao agricultor na data que lhe é dedicada a homenagem e o reconhecimento de Santa Helena.

25 de julho de 1985.

Doação dos Pioneiros:

*Antônio Francisco Bortolini
Argemiro Kozerski”*

Tais elementos são aqui explicitados nas pessoas dos doadores da estátua. A própria data comemorativa, quando provavelmente o monumento foi inaugurado – senão a própria praça reinaugurada – 25 de julho, é feriado em muitos municípios do Oeste do Paraná, inclusive Santa Helena. Algumas municipalidades comemoram nesse dia sua emancipação.

A *Revista Região* trouxe o tema como matéria de capa, em sua edição de julho de 2004. Trata-se de periódico com sede em Marechal Cândido Rondon, município não muito distante de Santa Helena, conforme pode ser observado no “Anexo II – Mapa da Mesorregião Oeste do Paraná”, na página 271. Apresenta uma proximidade com a administração municipal daquele lugar, eleita em 2000 e reeleita em 2004, dirigida por coligação que tem à sua frente o PFL e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), dentre outros partidos, por meio dos quais se organiza parte daquela “elite”⁷² típica das pequenas municipalidades do Oeste do Paraná. De circulação mensal, começou a ser produzida em 1999, possuindo caráter comercial, vendendo assinaturas, embora também distribua exemplares como cortesia. Tem como objetivo atender as demandas por informação de vários municípios da região, em especial aqueles mais próximos e menores que Marechal Cândido Rondon.

Segundo a revista, a data foi instituída pelo então deputado estadual Werner Wanderer, no mandato cumprido entre 1974-1978. A idéia teria sido homenagear o agricultor e a data escolhida seria uma alusão ao dia 25 de julho de 1824, quando os primeiros “imigrantes alemães” teriam chegado ao estado.⁷³ Tenta estabelecer, assim, de maneira semelhante a certas obras historiográficas da região, uma continuidade entre as

⁷² Uma caracterização dessa “elite” se encontra na “Apresentação” do presente trabalho, p. 13.

⁷³ “25 DE JULHO: Data celebra dia do colono, do motorista e aniversários de municípios”. In: *Revista Região*, Marechal Cândido Rondon/PR, ano 5, n.º 51, pp. 31-2, julho de 2004. Reportagem.

trajetórias dos agricultores da região com a “colonização” promovida, nesse caso, pelos imigrantes europeus, mais precisamente alemães, chegados no país durante o século XIX.

Apesar de trazer importantes informações, essa matéria, assim como a imprensa em geral, não é neutra ou puramente objetiva, nem poderia sê-lo. Possui intencionalidades e cabe ao historiador analisá-las a partir de uma perspectiva histórica. Nessa tarefa, é importante a perspectiva de trabalho apontado por Maciel:

*Entre nós, historiadores, há algum tempo superamos a rejeição à imprensa ou sua incorporação a-crítica como um documento histórico cuja validade estaria exatamente no caráter objetivo e isento reivindicado pelo texto jornalístico, desde o início do século XX. No entanto, ainda é preciso refletir sobre procedimentos e os modos como lidamos com a imprensa em nossa prática de pesquisa para não tomá-la como um espelho ou expressão de realidades passadas e presentes, mas como uma prática social constituinte da realidade social, que modela formas de pensar e agir, define papéis sociais, generaliza posições e interpretações que se pretendem compartilhadas e universais. Como expressão de relações sociais que se opõem em uma dada sociedade e conjuntura, mas os articula segundo a ótica e a lógica dos interesses de seus proprietários, financiadores, leitores e grupos sociais que representa.*⁷⁴

É preciso, portanto, considerar a imprensa como constituinte da sociedade na análise dos materiais jornalísticos. Nesse sentido, trata-se de um meio instituinte de memórias, que está o tempo todo se produzindo e reproduzindo-se nas relações sociais e na dinâmica pela qual se envolve com diferentes agentes, entre eles, aqueles citados por Maciel.

A matéria anteriormente exposta pela *Revista Região*, apresenta uma memória comemorativa, enaltecendo as festas e demais eventos alusivos à data e às emancipações municipais. Esse tom comemorativo continua ao final da matéria de duas páginas, quando uma coluna é dedicada à origem da data. Nesse momento, confere destaque a Werner Wanderer, ex-prefeito municipal de Marechal Cândido Rondon, deputado estadual e federal pela ARENA e PFL. Ao fim, lembra do motorista, também homenageado nessa data, quando somente então a revista confere espaço aos homenageados. Contudo, seu intuito é criticar o descaso para com a rodovia BR-163, que liga Marechal Cândido Rondon a Guaíra, dentro do Estado do Paraná, sobre a qual existe o consenso de que está em péssimo estado de conservação.

O Bairro Baixada Amarela realiza em Santa Helena uma festa em homenagem ao padroeiro da capela da Igreja Católica local: São Cristóvão. Segundo comenta-se na região,

⁷⁴ MACIEL, Laura Antunes. “Produzindo notícias e histórias: algumas questões em torno da relação telégrafo e imprensa – 1880/1920. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. (orgs.) op. cit. p. 15.

a inclusão do caminhoneiro teria origem na importância desempenhada por ele na “colonização”, transportando as mudanças e realizando o trânsito de mercadorias.

De qualquer forma, tais elementos estão imbricados na imagem que se projeta sobre o agricultor, associando-o ao “colono”, ao “desbravador”. Tais sentidos materializam-se em Santa Helena na homenagem realizada a tal categoria profissional, por meio da mudança no nome da praça e da estátua:



Estátua em homenagem ao “colono”. Fotografia tirada pelo autor em 30/05/2005, na parte da manhã. O objetivo era retratar a estátua de frente, ao centro e em primeiro plano.



“Praça do Colono” vista a partir da Avenida Brasil. Fotografia tirada pelo autor em 30/05/2005, na parte da manhã. O objetivo era destacar a parte central da praça. Tal ângulo permite observar a posição de destaque da estátua, ao centro.



“Praça do Colono” vista das proximidades da esquina entre as avenidas Brasil e São Paulo. Fotografia tirada pelo autor em 30/05/2005, na parte da manhã. Tal imagem foi produzida no intuito de apresentar a praça em ângulo que permite observar outros elementos, em que a estátua aparece de maneira secundária.

A praça está localizada na área central da sede do município, sendo ladeada por um hospital, farmácias e outros estabelecimentos comerciais. Está em um local que chama a atenção, podendo ser facilmente observada por quem passa pela sede municipal. Tal caráter provavelmente foi levado em consideração na década de 1980, quando ela sofreu certas modificações, como a instalação da estátua. Apresenta, dessa maneira, sua mensagem, no espaço público local, estando à vista da população.

A estátua está localizada em uma posição de destaque no centro da praça, sobre uma base circular onde ocorre o encontro entre todos os passeios internos desse local. Observando tal monumento, pode-se notar a imagem de um agricultor de cabeça erguida, olhando em direção ao horizonte. Originalmente, impunha uma enxada, instrumento e símbolo de seu trabalho em um gesto de orgulho da profissão.

Essa mesma estátua, todavia, foi depredada. Em conversas informais, informaram-me que outrora o “colono” retratado no monumento, além da enxada, possuía também um chapéu. Atualmente eles não se encontram mais no local, sendo que a própria mão da escultura também se encontra danificada. Mais do que um simples ato de “vandalismo”, esse gesto demonstra que nem toda a sociedade local compartilha tais sentidos que são projetados sobre o passado. A depredação, nesse caso, imprime no espaço público esse sentimento.⁷⁵

A base da estátua também foi pintada, sendo que a tinta escorreu sobre a placa comemorativa e sobre parte da estátua. Tais descuidos, além da falta de restauração do monumento, revelam um pouco de descaso para com a obra, por parte do poder público. Isso significa que os sentidos existentes no ato de sua construção não permaneceram, de maneira que tal obra fosse compreendida como importante para ser preservada. Na medida em que não houve maiores intervenções, esse local passou a não ter um grande destaque no espaço público municipal, principalmente na década de 1990. Essa desatenção, no entanto, não foi estendida a outros locais que homenageiam a “colonização” e o “pioneirismo” de maneira mais direta.

Outros locais públicos, no entanto, receberam tratamento diferenciado. É o caso da “Praça Anchieta”, que em 1994 teve seu nome mudado para “Praça Antônio Thomé”⁷⁶ e em 1997 foi reinaugurada, nas festas alusivas ao 30.º aniversário de emancipação político-

⁷⁵ Lembro-me que no final da década de 80 existia esse desejo de imprimir em locais públicos sentidos de protestos. Algumas frases chegaram a ser grafitadas nas paredes de escolas. Isso não significa, no entanto, nem que sejam as mesmas pessoas a realizar as depredações dos monumentos públicos, nem com as mesmas intencionalidades.

⁷⁶ Lei Municipal 854/94. Apud: COLODEL, José Augusto. “Pelas ruas... ...e praças...”. op. cit. p. 7.

administrativa de Santa Helena.⁷⁷ Isso ocorreu após a conclusão das obras, por meio das quais a praça passou a ter uma arquitetura arrojada.⁷⁸ Nela, muitos bancos e algumas mesas são distribuídas por toda sua extensão, numa intencionalidade de torná-la um local de freqüentação pública e permanência, para fins de lazer dos moradores do município. Muitos costumam freqüentá-la como um local de passeio e descontração, principalmente nos finais de semana e no verão. Nas sextas-feiras, sábados e domingos, ao entardecer e à noite, torna-se também um ponto de encontro dos jovens locais que geralmente reúnem-se ali antes de rumar para os locais de lazer noturnos, como as boates e os bailes, muito comuns na região.



“Praça Antônio Thomé” vista da Praça Orlando Weber e Avenida Brasil. Fotografia tirada pelo autor em 30/05/2005, na parte da manhã.

⁷⁷ Santa Helena foi emancipada do Município de Medianeira em 02/02/1967, pela Lei Estadual n.º 5.497/67, porém, devido a falhas em sua demarcação territorial, o Município de Santa Helena somente foi instalado em 26/05/1967, pela Lei Estadual n.º 5.548/67, quando tais problemas foram resolvidos. In: CARNIEL. op. cit. p. 55. De acordo com Paludo, a emancipação de Santa Helena ocorreu abrangendo territórios também do Município de Marechal Cândido Rondon. In: PALUDO. op. cit. p. 18.

⁷⁸ A reformulação de Praças e outros locais públicos também ocorreu nos distritos municipais, algumas vezes homenageando “pioneiros” do lugar.



“Praça Antônio Thomé” vista da esquina das avenidas Brasil e Deputado Arnaldo Busato. Fotografia tirada pelo autor em 30/05/2005, na parte da manhã.

Nessa ocasião foi fixada uma placa, na “Central de Informações” – órgão da prefeitura localizado nessa praça, na esquina das avenidas Brasil e Curitiba – contendo indicações da homenagem promovida a Antônio Thomé:

*“Praça Antônio Thomé
Homenagem dos santahelenenses [sic] a família Thomé, no 30.º aniversário de
emancipação política administrativa do Município.
Santa Helena, 26 de maio de 1997.”*

Antônio Thomé é apontado por Colodel⁷⁹ como o proprietário de um hotel, na sede municipal, construído por ele ainda em 1958, mas vendido em 1960. Nesse período, Thomé atendia as pessoas que rumavam para Santa Helena. É considerado um dos “desbravadores” do município e um dos “pioneiros” da sede municipal.

Também se localiza no centro da sede municipal, na Avenida Brasil, próxima ao paço municipal, à Inspeção da Receita Federal e vários outros estabelecimentos comerciais do município. Dessa forma, encontra-se em um local privilegiado que, tendo sido restaurada, chama a atenção da população local e dos visitantes que por ali passam, no trajeto dessa avenida, que liga a área central ao “Balneário de Santa Helena”, como pode ser observado no “Anexo V – Planta da Sede Municipal de Santa Helena (Parte 1)”, na página 274, e no

⁷⁹ COLODEL, José Augusto. *História de Santa Helena: descobrindo e aprendendo...* op. cit. p.36.

“Anexo VI – Planta da Sede Municipal de Santa Helena (Parte 2)”, na página 276. Isso demonstra a atenção conferida a essa memória do “pioneirismo”, prestando-se homenagem aos “colonizadores” em locais estratégicos do espaço público.

Nessa mesma praça, ainda antes de sua mudança de nome e reinauguração, já existia um monumento que fazia menção às memórias do pioneirismo:



Monumento localizado na “Praça Antônio Thomé”. Ao fundo é possível observar a Avenida Brasil e a “Praça Orlando Weber”. Fotografia tirada pelo autor em 29/05/2005 à tarde, com o objetivo de retratar tal monumento centralmente e em primeiro plano.

Como é possível observar, existe um caminho que liga essa obra à calçada da Avenida Brasil. Todavia, a placa comemorativa está voltada em direção contrária, para “dentro” da praça. Nela, consta uma indicação alusiva ao 5.º aniversário de emancipação político-administrativa de Santa Helena:

*Prefeitura Municipal de Santa Helena.
Área de Segurança Nacional*

*Aos Pioneiros
Nossa Gratidão*

*Aos Jovens
Nosso Estímulo*

*Ao Povo Laborioso
Nossa Homenagem.*

5º Aniversário – 1973

Poder Executivo e Legislativo.

Mesmo sendo reformulada, a praça ainda guarda monumentos que são registros de memórias produzidas em momentos anteriores. O período é da ditadura militar, em que o município foi considerado “Área de Segurança Nacional” e por isso os prefeitos eram nomeados pelo governador do estado.⁸⁰ De acordo com Paludo tal medida gerava descontentamento entre vários dos membros do legislativo local.⁸¹

Isso, no entanto, não impediu que executivo e legislativo se unissem para erigir esse monumento, tratando o enquadramento do município enquanto “área de segurança nacional” como motivo de orgulho e algo a ser lembrado. Junto com essa associação positiva do município ao regime vigente no país, na época, a placa projeta passado, presente e futuro. Isso ocorre com o passado lembrado por meio da ação dos “pioneiros”, do futuro a ser construído pelos “jovens” e daquele presente que une, pelo trabalho, passado e futuro.

De qualquer forma, noto novamente a “colonização” sendo tratada, na figura dos “pioneiros”, como o momento fundador da sociedade local. Além disso, a placa evoca o sentimento de gratidão para com aquelas pessoas, tornando-as uma espécie de “heróis”, cujos atos servem de exemplos a serem seguidos.

⁸⁰ Por meio do Decreto Federal n.º 1.170, de 10 de maio de 1971, complementar ao AI-2 (Ato Institucional n.º 2), o Município de Santa Helena passou a ser considerado “Área de Interesse da Segurança Nacional”, por localizar-se em região de fronteira internacional. In: PALUDO. op. cit. pp. 6 e 21.

⁸¹ Idem. pp. 22-3 e 28-9.

Tal mensagem, com toda sua carga simbólica era difundida nesse espaço central, estando voltada, principalmente à população do município, uma vez que o turismo ainda não estava sendo implementado. É possível pensar, também, que, em tal período, por meio de tal obra, pretendia-se incorporar a memória dos “pioneiros” aos próprios ideais da ditadura militar, talvez, em uma tentativa de associar o local e regional à esfera nacional. Isso pode estar relacionado, ainda, com o incentivo que tal regime prestou à “mecanização agrícola”, procurando conquistar a simpatia popular para seus projetos ao procurar demonstrar atenção para com a sociedade local e certos valores, como o trabalho. Nesse momento de transformações na estrutura agrícola local, parecia ser importante reafirmar a crença no labor e, principalmente, no futuro que então estava sendo construído.

Processo semelhante, por sua vez, sofreu a “Praça Orlando Weber”, outrora denominada “Praça Rui Barbosa”, tendo seu nome mudado também em 1994.⁸² Em 1999 a praça foi reinaugurada durante as festividades que marcaram os 32 anos de emancipação de Santa Helena.⁸³

Também de arquitetura arrojada, essa praça difere um pouco da anterior, pois o número de bancos instalados é menor, sendo suas distribuição mais concentrada em alguns pontos de sua extensão. Parece ter sido projetada mais como um local a ser freqüentado para apreciação e nem tanto para permanência. Isso não impede que as pessoas, muitas vezes os jovens, acomodem-se nela em seus momentos de lazer. Nessas ocasiões, muitas vezes as escadas da parte mais elevada, visível na fotografia anterior, são utilizadas como assentos.

Localiza-se em frente à “Praça Antônio Thomé”, como também pode ser observado no “Anexo V”, no outro lado da Avenida Brasil, portanto, área central da sede municipal. De maneira semelhante à outra praça, ocupa um local privilegiado na distribuição do espaço físico da sede municipal, a partir de onde expressa os significados dos quais está carregada e os sentidos de posse que evoca, a partir das memórias da “colonização”.

⁸² Lei Municipal 855/94. Apud: COLODEL, José Augusto. “Pelas ruas... ..e praças...”. op. cit. p. 7.

⁸³ “INAUGURAÇÕES MARCAM os 32 anos de Santa Helena”. *Jornal Costa Oeste*, Santa Helena/PR, ano 3, n.º 63, maio de 1999. Capa.



“Praça Orlando Weber” vista da “Praça Antônio Thomé”. Nessa praça também fica localizada a “Usina de Conhecimento”, não perceptível nessa imagem por ter sido privilegiada a visão do “painel histórico”. Fotografia tirada pelo autor em 29/05/2005, na parte da tarde.

As obras “inauguradas” em alusão aos 32 anos de emancipação foram noticiadas em tons comemorativos pelo *Jornal Costa Oeste*, em maio de 1999. Essa edição também exaltava o projeto do então prefeito municipal de iniciar uma “verdadeira batalha contra o desemprego”,⁸⁴ tratando Santa Helena como “modelo de desenvolvimento”. Buscava, portanto, criar uma imagem de “progresso” sobre o município, enfatizando as realizações do poder público local. Pode-se afirmar, então, que o jornal, com suas matérias, tornava-se parte das próprias comemorações.

Nesses tons, em matéria de capa, o jornal noticiava a reinauguração da “Praça Orlando Weber”:

*Durante as festividades dos 32 anos do Município de Santa Helena, muitas obras foram inauguradas ou lançadas pela atual administração coordenada pelo Prefeito Silom Schmidt. Uma delas foi a restauração completa da Praça que recebeu o nome do primeiro vice-prefeito da cidade, Orlando Weber, que juntamente com Arno Weissheimer (primeiro Prefeito) muito fez para consolidar um município que hoje pode orgulhar-se do desempenho e contínuo desenvolvimento.*⁸⁵

⁸⁴ Idem. Ibidem.

⁸⁵ Idem. Ibidem. Acréscimo consta no original.

Orlando Weber é também considerado um dos “desbravadores” e “pioneiro” da sede municipal de Santa Helena. De acordo com Colodel,⁸⁶ foi quem adquiriu o hotel de Antônio Thomé, em 1960, dando continuidade às suas atividades. Talvez esse motivo tenha pesado mais do que o cargo de vice-prefeito por ele ocupado, quando do momento da homenagem, realizada ainda em 1994, portanto, cinco anos antes da vinculação da notícia sobre a reformulação da praça. Vale a pena frisar que não existe nenhuma homenagem ao primeiro prefeito municipal, o que pode indicar a influência de outros fatores nessa atitude.

Quanto ao jornal, essa mesma edição destacava ainda a “Usina de Conhecimento”, projeto do governo estadual, localizado nessa mesma praça e inaugurada naquela oportunidade.⁸⁷ Também conferia ênfase à inauguração de um painel, que contaria a “história do município”.⁸⁸ A fotografia que ilustra tal matéria de capa é do próprio painel, tendo à sua frente um conjunto de pessoas posando para a fotografia, não identificadas pelo jornal. Adiante, junto das matérias que destacam as obras inauguradas naquela ocasião, o periódico apontava:

Painel homenageia pioneiros do Município

A Administração Municipal juntamente com a Câmara Municipal buscou uma forma de homenagear os colonizadores deste município. O Prefeito Silom Schmidt fala que através do desenho foi contada a história da evolução, progresso e desenvolvimento do município desde a sua fundação até hoje.

*‘O painel, diz o Prefeito, servirá para registrar momentos dos visitantes aqui na cidade, uma vez que a vocação natural do município é o turismo. O painel sendo cultural irá se tornar parte da educação voltada para esta área que juntamente com a faculdade, a usina do conhecimento e outros investimentos possibilitarão uma maior rapidez no acesso à cultura e desenvolvimento’. Silom prometeu ainda uma grande notícia nesta área para Santa Helena em breve.*⁸⁹

É importante notar aqui o apelo às memórias do pioneirismo. É como se “a história” de Santa Helena, em certos momentos, se reduzisse à “colonização”. É necessário, porém, perceber que tais versões do passado são apresentadas, agora, a partir de outro prisma: os esforços de implementação do turismo em Santa Helena, um dos maiores projetos de Schmidt, nos oito anos que esteve à frente da prefeitura municipal. A própria matéria dá a

⁸⁶ COLODEL, José Augusto. *História de Santa Helena: descobrindo e aprendendo...* op. cit. p. 36.

⁸⁷ Com a construção do novo paço municipal, inaugurado em 2001, fechou-se a parte da Rua Paraguai, tornando contíguos o quarteirão em que ficava essa praça e aquele onde fica a prefeitura municipal, a câmara de vereadores e, atualmente, a delegacia de Polícia Militar, no mesmo prédio onde outrora encontrava-se instalado o fórum da Comarca de Santa Helena.

⁸⁸ “INAUGURAÇÕES MARCAM os 32 anos de Santa Helena”. *Jornal Costa Oeste*, Santa Helena/PR, ano 3, n.º 63, maio de 1999. Capa.

⁸⁹ “PAINEL HOMENAGEIA pioneiros do Município”. In: *Jornal Costa Oeste*, Santa Helena/PR, ano 3, n.º 63, p. 9, maio de 1999. Santa Helena: Os trinta e dois anos de Santa Helena. p. 9.

entender que a edificação de tais obras, instituindo determinadas memórias, fazia parte desse o projeto.



“Painel histórico”. À direita fica fonte d’água, que compõe a praça. Fotografia tirada pelo autor em 29/05/2005, na parte da tarde. O objetivo era retratar o painel em um plano central.

A história contada pelo painel, na leitura de autoridades como o prefeito, é evolutiva, trazendo a trajetória do “desenvolvimento municipal”. Acaba, assim, por se tornar parte do

“progresso” local, servindo como ponto turístico e como instrumento educativo, fator considerado importante para o “desenvolvimento” de Santa Helena.

Esse painel, de 90 metros quadrados, foi produzido pelo artista Adoaldo Lenzi Júnior, utilizando a técnica de pintura em azulejo.⁹⁰ Sua confecção foi precedida de debates com alunos de escolas do município, realizada pelo artista, no intuito de divulgar o projeto e a técnica empregada em sua elaboração.

*O Jornal Costa Oeste*⁹¹ também dedicou parte de suas atenções à trajetória do artista Lenzi Júnior, apresentada em tons elogiosos. Aponta que ele é considerado por muitos como o sucessor de Poty Lazarotto, com quem começou a trabalhar ainda aos 12 anos de idade.⁹² Lazarotto foi um artista curitibano, falecido algum tempo antes da construção desse painel em Santa Helena. Alguns trabalhos seus em técnica semelhante – painéis compostos de pinturas em azulejos – encontram-se em praças da capital paranaense. De maneira semelhante a Colodel, Lenzi Júnior também permaneceu no município após a realização de seu trabalho, atuando em repartições públicas e em empresas privadas, nem sempre na execução de obras artísticas.

Fazendo uma leitura desse monumento, pode-se observar um suporte em concreto com alguns ícones, ao lado esquerdo do painel, como um peixe. A pintura em cerâmica inicia retratando as matas nativas, a navegação a vapor no Rio Paraná e a exploração da madeira, realizada pelas empresas colonizadoras, retratadas na figura de um navio, um pescador e toras de madeira sendo transportadas. Tais imagens ocupam boa parte do painel, passando uma idéia de “vazio” nesse período à Santa Helena. Essa impressão é passada pelo fato do número e tamanho das imagens concentradas nessa área do painel serem desproporcionais às restantes que o compõem.

Um pouco abaixo das toras, aparecem alguns carroções, muitas vezes representados nos filmes estadunidenses, do gênero “faroeste”. Localmente, algumas vezes são empregados para representar a “colonização”. Nessa disposição, retrata a concomitância de *obrages* e “colonização”. Não fica muito visível na foto anterior, mas existem pequenas pessoas, montadas a cavalo, desenhadas apenas com contornos em preto, que começam na imagem do primeiro pescador (da esquerda para a direita) e terminam na figura do “costelão”, prato oficial do município. Possivelmente retratam a “colonização” que teria se estendido entre 1920 até fins da década de 1960.

⁹⁰ “LENZI JÚNIOR, o sucessor de Poty Lazarotto”. In: Idem. p. 9.

⁹¹ Idem. Ibidem.

⁹² Na época da inauguração Lenzi Júnior possuía 22 anos de idade. In: Idem. Ibidem.

Adiante, Lenzi Júnior retrata um momento de conflito. O rio divide dois grupos de homens armados, em combate. Logo acima apresenta cenas no rio. Trata-se da passagem da “Coluna Prestes” em Santa Helena, e da ponte que foi queimada pelos revoltosos a fim de atrasar as tropas do General Rondon que os perseguiram.

As imagens posteriores retratam uma pessoa pescando, mas não fica claro se é uma alusão aos pescadores profissionais do município ou se retrata apenas a pesca como lazer e esporte. Apresentam ainda, a soja e o milho, representando as atividades agrícolas do lugar, principalmente do período posterior à década de 70. Ao final, têm-se gravuras de guarda-sóis, barcos à vela, um barco de passeio e o “costelão”. Portanto, enquanto ponto final, o artista conferiu destaque à implementação do turismo no município.

Unindo todos esses elementos está o Rio Paraná, principal via de comunicação do local até a década de 40 e elemento a partir do qual se implementa o turismo em Santa Helena, principalmente, por meio da praia artificial. Existe, acima da representação do turismo, a indicação de um mapa dos caminhos que ligam o município à região. Em todo o horizonte da imagem projeta-se a floresta, possivelmente sobre o outro lado da fronteira. Seriam, então, as matas ciliares do lago de Itaipu, no lado paraguaio.

Esse painel também é analisado por Colodel⁹³ no livro didático referido anteriormente. A própria capa e contracapa da obra são ilustrados com uma reprodução dessa obra de Lenzi Júnior. Colodel a caracteriza como: “*Homenagem significativa à história e aos pioneiros. Uma referência cultural a ser contemplada*”.⁹⁴

Dessa maneira, é possível perceber que muitos elementos da obra desse historiador encontram-se representados no painel. Assim, destaca certos marcos da história local, enfatizando sistemas (ou ciclos) econômicos e eventos políticos, como a passagem da “Coluna Prestes”. O fim do painel apresenta o turismo, dentro de uma idéia de “progresso”. Silencia os conflitos agrários e até mesmo sobre a construção de Itaipu. Apresenta, assim, o que seria “a história de Santa Helena”, uma história evolutiva e linear, em que todos seguem na mesma direção. Mais do que isso, é também harmônica, pois o único conflito retratado não envolve habitantes da região. É importante frisar, também, como nesse retrato as pessoas são apresentadas de maneira secundária, sendo que a ênfase recai sobre o rio e a economia. São, portanto, silenciadas enquanto sujeitos.

⁹³ COLODEL, José Augusto. “No painel cultural de Santa Helena, navegar é preciso!”. In: *História de Santa Helena: descobrindo e aprendendo...* op. cit. p. 96.

⁹⁴ Idem. Ibidem.

O painel, portanto, conecta-se à obra de Colodel e também às memórias públicas do município. Apresenta-se como um monumento de destaque público, disposto na área central do município, de frente para a Avenida Brasil, em uma praça cuja arquitetura incita as pessoas à sua contemplação. Além de local de visitação turística, apresenta fácil acesso aos moradores, objetivando conquistar o “grande público” e, a partir da imagem, apresentar uma história do município.

Apresenta, ainda, os projetos e marcos como a “colonização” e a implementação do turismo, projeto que então a administração municipal empenhava-se em desenvolver com grande ímpeto, como únicos e inevitáveis, algo consumado, resultante de escolhas racionais, responsáveis pelo contínuo de “desenvolvimento” do lugar. Nesse momento, ao tratar o turismo como marco final dessa história linear de Santa Helena, o painel afasta-se da cronologia traçada por Colodel, que, em *História de Santa Helena: descobrindo e aprendendo: ensino fundamental*,⁹⁵ encerra seu trabalho na construção de Itaipu. Entretanto, em termos de perspectiva, sua análise converge para essa memória pública do município.

As homenagens a “pioneiros” estendem-se também à rodoviária municipal, que em 1998 passou a ser designada de “Terminal Rodoviário de Passageiros de Santa Helena Marino Carvalho da Silva”.⁹⁶ Após a realização de reformas, esse local foi reinaugurado em 2004, de acordo com placa comemorativa localizada em seu saguão:

Prefeitura Municipal de Santa Helena
Terminal Rodoviário de Passageiros de Santa Helena 'Marino Carvalho da Silva'
Esta obra foi remodelada com recursos da municipalidade.
Gestão: 2001/2004
Silom Schmidt
Prefeito Municipal
José Altair Schimmelfennig
Vice-prefeito
Santa Helena, 30 de dezembro de 2004.

Ao que tudo indica, o nome “Terminal Rodoviário de Passageiros de Santa Helena ‘Marino Carvalho da Silva’” foi o primeiro título desse local, não substituindo o nome de outro homenageado, como ocorreu com as duas praças mencionadas.

A arquitetura do terminal apresenta ares de imponência, tendo dois portais por onde entram e saem os ônibus. Faz parte, portanto, de um projeto de revitalização de locais

⁹⁵ COLODEL, José Augusto. *História de Santa Helena: descobrindo e aprendendo...* op. cit.

⁹⁶ José Augusto. “Pelas ruas... ..e praças...”. op. cit. p. 7.

públicos do Município e, assim como as praças reformuladas, compõe um monumento ao progresso.



“Terminal Rodoviário de Passageiros de Santa Helena ‘Marino Carvalho da Silva’” visto da Avenida Deputado Arnaldo Busato. Fotografia tirada pelo autor em 29/05/2005, ao entardecer.



Plataforma de embarque do “Terminal Rodoviário de Passageiros de Santa Helena ‘Marino Carvalho da Silva’” visto de seu estacionamento. Fotografia tirada pelo autor em 30/05/2005, na parte da manhã.

A homenagem a Marino Carvalho da Silva foi realizada por ser considerado o primeiro morador da sede do município de Santa Helena. Ele, por sua vez, não é descendente de italianos ou alemães, mas sim de portugueses e nunca ocupou nenhum cargo público que o colocasse entre os “notáveis” ou elite local. Isso demonstra que tal memória do “pioneirismo” não se manteve igual em todos os tempos, mas foi sendo modificada, incorporando outros personagens.

Se regionalmente costuma-se excluir da alcunha “pioneiro” os não-descendentes de italianos, alemães e em menor grau, de poloneses, isso não ocorre da mesma maneira em Santa Helena. Ao meu ver, tal processo não ocorre naturalmente. Raymond Williams defende que a cultura deve ser entendida não como estrutura, mas como experiência vivida. Esse vivido, no entanto, implica em dominação e subordinação. A “hegemonia” seria, então, todo o movimento complexo de valores dominantes em um certo período, mas que ao mesmo tempo sofre pressões para que mudanças ocorram:

*Uma hegemonia vivida é sempre um processo. Não é, exceto analiticamente, um sistema ou uma estrutura. É um complexo realizado de experiências, relações e atividades, com pressões e limites específicos e mutáveis. Isto é, na prática a hegemonia não pode nunca ser singular. Suas estruturas internas são altamente complexas, e podem ser vistas em qualquer análise concreta. Além do mais (e isso é crucial, lembrando-nos o vigor necessário do conceito), não existe apenas passivamente como forma de dominação. Tem de ser renovada continuamente, recriada, defendida e modificada. Também sofre uma resistência continuada, limitada, alterada, desafiada por pressões que não são as suas próprias pressões. Temos então de acrescentar ao conceito de hegemonia o conceito de contra-hegemonia e hegemonia alternativa, que são elementos reais e persistentes na prática.*⁹⁷

Percebo nessa memória criada sobre Santa Helena muitos elementos de hegemonia. Todavia, como tal visão do passado é homogeneizadora e restrita ao enaltecimento de determinadas histórias locais, acaba sofrendo pressões para que mudanças sejam operadas. É preciso que se incorpore outros elementos, afim de que não caiam em descrédito perante a sociedade, deixando, dessa forma, de cumprir seu papel.

Ainda sobre o terminal rodoviário, no caminho que liga o saguão à plataforma de embarque, foram edificadas outros dois monumentos. Embora não contenham identificação, percebo que um é a representação do busto do senhor Silva, se não edificado em bronze ao menos banhado em material que lhe confere brilho semelhante. Sua face

⁹⁷ WILLIAMS, Raymond. “Hegemonia”. In: *Marxismo e Literatura*. Op. cit. pp. 115-6.

apresenta uma expressão severa, evocando a imagem de um homem forte e sério, digno de ser homenageado como “pioneiro” ou “desbravador”.



“Busto do senhor Marino Carvalho da Silva.” Fotografia tirada pelo autor em 29/05/2005, na parte da tarde. O objetivo era mostrar esse monumento em primeiro plano, de maneira centralizada.

O outro monumento, que fica do outro lado do corredor, não possui identificação. É perceptível, todavia, que evoca elementos dessas memórias instituídas pelo poder público local. Seu formato lembra uma pessoa de chapéu, imagem típica do “colonizador”. Além disso é possível notar outros elementos como um barco e sementes de soja, o que pode lembrar a agricultura contemporânea do município e a navegação de outrora, no rio Paraná. Esse monumento apresenta elementos de permanência daquela memória da “colonização”

e do “pioneiro”, os quais tornam-se visíveis na esfera pública a partir da indeterminação, uma vez que tais noções somente deixam de ser abstratas por meio da identificação que os sujeitos produzem para com elas.



Monumento sem identificação. Fotografia tirada pelo autor em 27/05/2005, na parte da noite. O objetivo era mostrá-lo em um primeiro plano, de maneira centralizada.

Embora incorpore novos sujeitos, mantém-se no “Terminal Rodoviário”, assim como nos demais “lugares de memória”, os marcos que cristalizam a memória pública local. Opera-se, também, o silenciamento desses trabalhadores, não por meio do esquecimento, mas por serem lembrados a partir do indeterminado, de uma representação abstraída da existência social real daquelas pessoas. Mesmo quando nomes são evocados, eles são tomados como exemplos daquele processo, representando o “colonizador”, a “colonização”, noções utilizadas para explicar, de maneira linear, o processo histórico local.

O “Terminal Rodoviário”, dessa maneira, torna-se, também, um local importante para a difusão da memória pública local. Constitui-se em um local de trânsito e passagem, utilizado não apenas por moradores locais – principalmente os das localidades do interior do município – mas também por visitantes da região. Pode ser considerado uma das “portas de entrada” da sede municipal, que se apresenta, assim, carregada de sentidos. Tal fato pode ter sido levado em consideração, pois, as obras nesse local faziam parte da constituição de Santa Helena como um lugar turístico, procurando-se, então, atingir esse público.

Não é possível afirmar, portanto, que houve uma retração nessa memória que enfatiza a presença dos “pioneiros”, descendentes de italianos, como aqueles que teriam se instalado ainda na década de 1920 em “Santa Helena Velha”. Nesse sentido, a administração municipal inaugurou, na década de 2000, o “Portal dos Pioneiros”, uma outra obra, rendendo-lhes homenagem.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA. *Calendário de Eventos*. 2004. Acervo do autor.

O portal, também edificado em arquitetura arrojada e imponente, localiza-se na estrada que liga Santa Helena Velha à Rodovia Coluna Prestes, via de acesso à sede municipal de Santa Helena. Nessa localidade está edificada a “Base Náutica”, uma obra do governo do estado, realizada em 1997, quando da realização dos “Jogos Mundiais da

Natureza”. Tal evento trouxe para a região atletas profissionais de diversos países e tinha como objetivo promover a região como local turístico. A partir desse projeto é que se divulgou o termo “Costa Oeste”, como forma de denominar os municípios localizados às margens do lago de Itaipu.

Após os jogos, a “Base Náutica” passou a ser ocupada também para outros tipos de eventos, sendo um local onde se desenvolvem reuniões e, principalmente, retiros religiosos, por encontrar-se em um local calmo, sem muito barulho. Edificar um portal nesse local, tinha, provavelmente, a intenção de apresentar às pessoas que o visitavam, sejam turistas ou moradores do município, a noção de que Santa Helena teria começado ali, na “colonização” de 1920 e não em outro momento, como no período anterior, com os povos indígenas.

A imagem apresentada anteriormente compõe o “Calendário de Eventos” do ano de 2004, produzido pela Prefeitura municipal. Nele, divulgam-se imagens de obras realizadas pelo poder público, pontos turísticos, monumentos e vistas aéreas da sede municipal. Note-se, assim, que a fotografia do portal foi tirada para fins de divulgação. Sua imponência é ressaltada ainda mais pelo ângulo a partir do qual foi retratado, ficando a máquina fotográfica abaixo da linha do horizonte do monumento. Tal fator reforça a idéia de que Santa Helena é um lugar de “progresso”, que teria perpassado o passado e o presente. Intervém na imagem, ainda, o detalhe do *design* do calendário e a logomarca municipal: “Santa Helena Terra das Águas”, utilizada de maneira oficial pelo poder público e também voltada à implementação do turismo. Portanto, tal monumento também se constitui como ponto de visitação turística, sendo divulgado enquanto tal pela administração municipal.

De maneira mais discreta, mas presente na sede municipal de Santa Helena, está aquela que é conhecida popularmente por “Patrola”. Sem identificação, trata-se da carcaça daquela que é considerada a primeira motoniveladora do município de Santa Helena, disposta em local público, no prolongamento da Rua Argentina, o qual liga a sede municipal ao atual Porto de Santa Helena.

Disposta ao lado da estação de energia da COPEL (Companhia Paranaense de Energia Elétrica), ambos conformam um monumento ao “progresso”. O “desbravar as matas” é ritualizado por meio da conservação do que restou dessa máquina. Vale a pena lembrar que essa prática é comum em outros municípios da região, como Marechal Cândido Rondon, que preserva o restante do que seria sua primeira motoniveladora em local próximo ao prédio da prefeitura municipal.



Motoniveladora, popular “Patrola”, vista do prolongamento da Rua Argentina. Fotografia tirada pelo autor em 29/05/2005, na parte da tarde. O objetivo era retratar desse ângulo para mostrar a estação de energia ao fundo.

Em Santa Helena, esse monumento está quase esquecido, uma vez que não é divulgado em materiais do poder público, como são os demais, e não tendo passado, também, por nenhum processo de restauração. Isso pode estar relacionado ao contraste que representa aos ideais de “desenvolvimento sustentável” e “preservação do meio-ambiente”, discursos sobre os quais o município passou a apoiar o fomento ao turismo, a partir da década de 1990.

Por último, cabe destacar o monumento edificado à “Coluna Prestes”. À beira da rodovia estadual homônima, faz parte do “Patrimônio Histórico” do município de Santa Helena. É composta pelas ruínas da ponte que teria sido queimada pelas tropas rebeldes, posteriormente conhecidas pelo nome de “Coluna Prestes”. Também se afirma, no município, que foi em Santa Helena que Luís Carlos Prestes teria assumido o comando das tropas.

Foi edificado, ao lado das ruínas da ponte, um obelisco em homenagem às forças rebeldes que também compõe o monumento. Tal obra foi uma doação de Oscar Niemeyer e possui 25 metros de altura. Cada metro simbolizaria mil quilômetros percorridos pelos rebeldes até seu exílio na Bolívia. Entre a estrutura do obelisco têm-se um traço, simbolizando uma estrada, um caminho.

As imagens abaixo também estão presentes no “Calendário de Eventos” do ano de 2004. Entretanto, ficam no verso, onde dividem espaço com o calendário do mês e a relação de eventos programados. Isso demonstra que sua divulgação, nesse tipo de material, não se encontrava entre as maiores preocupações do poder público, naquele momento.

Maio 2004

DOM SEG TER QUA QUI SEX SAB

01 02 03 04 05 06 07 08 09 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29

01 - Dia do Trabalho

Santa Helena
Terra de Azeite

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Ponte Duemata

DATA	EVENTO	LOCAL
01	BALE ANIVERSÁRIO DO CENTRO COMUNITÁRIO	ESQ. CEILÂNIA
01	BALE (CLUBE DE MÃES)	LINHA DORADOS
01	BALE (CLUBE DE MÃES)	BAIXADA AMAPÉIA
01	JANTAR DA POLICIA CASTELO BRANCO	CLUBE UNIÃO
02	TORNEIO DE DAMAS	SÃO VICENTE CHOD
02	FESTA DO PADROEIRO (IGREJA CATÓLICA)	L. S. PAULINO MORENO
02	FESTA DO PADROEIRO (IGREJA CATÓLICA)	LINHA BURCA
02	ALMOÇO COM MATI BALE (CLUBE DE MÃES)	VILA RICA
02	ALMOÇO COM MATI BALE (CLUBE DE MÃES)	LINHA SARASON
02	ALMOÇO (SOCIEDADE DE DAMAS E CLUBE DE MÃES)	SANTA OLÁVIA
02	ALMOÇO COM MATI BALE (CLUBE DE MÃES)	LINHA UNIÃO
02	JANTAR (ESCOLA MÊS MODELLINE)	BARRIO SÃO LUZ
02	BALE (CLUBE DE MÃES E SOCIEDADE DE DAMAS)	MORENINHA
02	JANTAR (CLUBE DE MÃES)	SUB-SEDE
02	JANTAR (CLUBE DE MÃES)	VILA CELESTE
02	JANTAR PORCO DO TACHO (ESCOLA SANTO ANTONIO)	PAULÃO DA PRAIA
02	BALE DAS MÃES	CLUBE UNIÃO - CIDADE
02	FESTA DO PADROEIRO (IGREJA CATÓLICA)	SÃO OLEMONTE
02	FESTA DO PADROEIRO (IGREJA CATÓLICA)	EST. ANTONIO MORENO
02	MATI BALE (SOCIEDADE DE DAMAS)	BARRIO SÃO LUZ
02	ALMOÇO (CLUBE DE MÃES)	JARDIM IPE
02	ALMOÇO (CLUBE DE DAMAS FLAMINGO)	LINHA ARAUCÁRIA
02	ALMOÇO (CLUBE DE MÃES)	LINHA SÃO GABRIEL

DATA	EVENTO	LOCAL
15	BALE (GRUPO DE JOVENS)	LINHA VERA CRUZ
15	FESTA DO PADROEIRO (IGREJA CATÓLICA)	J. FLORESTA
15	FESTA DO PADROEIRO (IGREJA CATÓLICA)	ESQUINA ROSA
15	ENCERRAMENTO DO QUATRILO (CENTRO COMUNITÁRIO)	ESQUINA BELA VISTA
15	FESTA DA LARANJEIRA (CLUBE DE MÃES)	SÃO ROGUE
25	BALE DO MANICÓ (TBM)	PAULÃO PRAIA
25	BALE DO ESPORTE (CLUBE REAL)	SÃO ROGUE
25	CAPE COUINAL	IGREJA BOM PASTOR
25	CONCURSO DA GALINHA	GRACIANO RAMOS
25	BALE (CLUBE NACIONAL)	SUB-SEDE
25	FESTA DO PADROEIRO (IGREJA CATÓLICA)	LINHA NAUICANTES
25	FESTA DO PADROEIRO (IGREJA CATÓLICA)	VISTA ALTA
25	ALMOÇO COM MATI BALE (CLUBE DE MÃES)	PAULÃO
25	MATI BALE (CLUBE DE MÃES)	BARRIO SÃO LUZ
25	ALMOÇO (BINGO E MATI BALE JARDIM)	A DEFRIN

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA. *Calendário de Eventos*. 2004. Acervo do autor.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA. *Calendário de Eventos*. 2004. Acervo do autor.

Ambas também são encobertas pelo detalhe da impressão do calendário. Em azul, lembra as águas, tematizada na logomarca oficial do município. A primeira fotografia coloca em um plano central as duas bases que ainda restam daquela ponte, destruída pelas chamas, reconstruída e posteriormente destruída novamente por uma enchente. Ela não se encontra mais em uso devido à construção de uma nova ponte, maior, em outro local. Como é possível notar, pouco restou dessa marca deixada pelos rebeldes, mas isso não impede que sobre ela seja constituída toda uma simbologia.

A segunda imagem, por sua vez, retrata o obelisco doado por Niemeyer. O ângulo da fotografia, tirada de longe e em diagonal crescente, ressalta a idéia de grandeza da obra, conferindo destaque à sua altura. Portanto, a própria fotografia toma parte dessa memória celebrativa do monumento.

Como ressaltei anteriormente, a memória constituída da “Coluna Prestes” e de “Luís Carlos Prestes” não tem muita relação com sua atuação posterior, junto ao PCB (Partido Comunista Brasileiro), onde também militou Niemeyer. Trata-se da incorporação, em

termos regionais, desse movimento apenas enquanto denúncia do “descaso” para com aquela fronteira. Tal atitude, segundo tais versões, teria influenciado, posteriormente, na decisão dos governos federal e estadual de “colonizar” a região Oeste do Paraná.

Além disso, o monumento também foi incorporado localmente ao projeto de desenvolvimento do turismo. Encontra-se, portanto, dentro da necessidade de se criar locais de visitação e atividades que mantenham os turistas no município o maior tempo possível.⁹⁸

Tais questões mereceram uma matéria do *Jornal Costa Oeste*, no caderno especial alusivo aos 35 anos de emancipação de Santa Helena, em maio de 2002. A reportagem aparece junto de uma série de artigos retratando instituições, empresas e iniciativas do poder público local. Inicia apresentando um pouco da “Coluna Prestes”:

*O objetivo dos revoltosos era a derrubada do regime das oligarquias, que – dentre outros problemas – dava muito pouco valor à região, à época ocupada por argentinos e até pelos ingleses, que exploravam a erva-mate. Historiadores contam que as avançadas técnicas de combate dos revolucionários foram reconhecidas até mesmo pelos estrategistas do pentágono, que reconheceram no movimento uma das mais prodigiosas façanhas militares da história das guerrilhas.*⁹⁹

A memória que o jornal procura instituir é de edificação desse movimento e da personalidade de Prestes. Adiante, aponta que: “*Luís Carlos Prestes acabou voltando [do Paraguai] ao Brasil, via Mato Grosso, dando continuidade à sua incansável trajetória, que inclui até alguns estados do Nordeste*”.¹⁰⁰ Trata-se de uma heroicização dos atos dessa personalidade da política brasileira. Contudo, isso fica restrito às ações e ideais defendidos por Prestes durante a vigência do “tenentismo”, não incluindo sua atuação junto ao PCB e de seu significado para o movimento comunista no Brasil.

O jornal destaca, ainda, a construção do “marco” da “Coluna Prestes” por Niemeyer e da intenção de tornar o local uma das atrações turísticas do município:

Valor histórico

O marco da passagem da Coluna Prestes foi realizado a partir de um projeto do consagrado arquiteto Oscar Niemeyer [sic]. Tem 25 metros de altura, simbolizando os 25 mil quilômetros percorridos pela Coluna e é similar ao que foi

⁹⁸ A esse respeito ver: “MAIS UM monumento histórico: Memorial projetado por Oscar Niemeyer vai lembrar os 25 mil Km percorridos pela Coluna Prestes”. In: *Revista Região*, Marechal Cândido Rondon/PR, ano 1, nº 5, p. 5, abril de 2000. Informe Especial. p. 5. A matéria também divulga o monumento a partir do projeto de implementação do turismo em Santa Helena. Também o apresenta como estratégia para fazer com que o turista permaneça mais tempo visitando o município.

⁹⁹ “COLUNA PRESTES passou por aqui”. In: (*Jornal Costa Oeste*) *Caderno especial em comemoração ao 35º aniversário do município de Santa Helena*, Santa Helena/PR, p. 7, maio de 2002, Marco histórico. p. 7.

¹⁰⁰ Idem. Ibidem.

instalado na cidade gaúcha de Santo Ângelo – por onde também passaram os revoltosos.

Hoje o local carece de algumas obras de infra-estrutura, a começar pela pavimentação ou calçamento poliédrico da estradinha de pouco mais de 200 metros, paralela à rodovia. Segundo informações, a prefeitura de Santa Helena pretende instalar no local um mini-parque temático, com obras retratando a marcha da Coluna Prestes, a posição dos guerrilheiros em combate e até mesmo alguns dos combates travados.

Caso isto efetivamente aconteça, o memorial ganharia importância ainda maior, ajudando a chamar as atenções dos turistas sobre a passagem, por Santa Helena, daquela que é considerada até hoje a maior marcha da humanidade.¹⁰¹

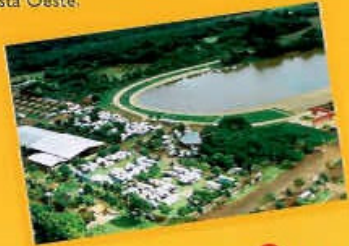
A matéria vinculada pelo jornal, como é possível perceber, não retrata apenas um possível projeto turístico do governo municipal, mas também compõe esse projeto. Tal caráter é visível até mesmo pelo título desse periódico, pois, “Costa Oeste” foi um termo criado pelo governo estadual, em 1997, quando foram realizados os “Jogos Mundiais da Natureza”, conforme apontei anteriormente.

Sobre a “Coluna Prestes”, o texto jornalístico institui uma memória que exalta a importância que o evento teria para a região, todavia, esvaziando boa parte de seu caráter de contestação. Ilustram a matéria, também, uma fotografia, de autoria de Sérgio Sanderson, que mostra o restante das estruturas da “ponte queimada”, no canto inferior esquerdo da página e outra, sem indicação de autoria, do “marco”, no canto superior direito. Ao fundo dessa última imagem aparece a rodovia e uma carreta, transportando duas colheitadeiras em sua carroceria, símbolos da economia regional. Essa imagem sugere, também, uma idéia de desenvolvimento, sendo que as duas imagens contrapõem, de um lado, um passado residual e de outro, um presente de “progresso”.

Dessa forma, novamente associam-se memórias a um projeto de futuro, no caso, o desenvolvimento do turismo. É comum, também, tais “lugares de memória” serem apresentados em materiais de divulgação elaborados pela prefeitura municipal, junto de imagens do “balneário” (praia artificial), da sede municipal e de prédios públicos (entre eles o paço municipal), como no *folder* parcialmente reproduzido a seguir:

¹⁰¹ Idem. Ibidem.

Santa Helena tem um dos mais belos cenários turísticos da Costa Oeste.



Com uma extensão de 900 metros de orla de praia e completa infra-estrutura de apoio ao turista.

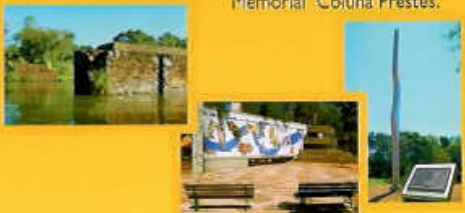


No auge da temporada de verão, dezembro a fevereiro, o Balneário recebe turistas de vários estados, além do Paraguai e Argentina.




Balneário de Santa Helena conta com toda infra-estrutura necessária para atender bem a você e sua família. Lá você encontra áreas de camping, quiosques, restaurantes, áreas de lazer com quadras poliesportivas, quadra de tênis e atracadouro.

História preservada, povo culturalmente rico. Cada pedaço do caminho traçado pelos colonizadores se encontra registrado no Painel Histórico e nas ruínas da Ponte Queimada; fato registrado pelo Memorial Coluna Prestes.



Águas calmas e paisagens exuberantes completam o cenário ideal para a pesca, que pode ser praticada o ano todo. Um habitat favorável à reprodução da Curvina e do Tucunarê, peixes encontrados em grande quantidade na região.



Os esportes náuticos são praticados por todos os visitantes, com segurança, prazer e belas visões de equilíbrio entre o homem e o meio ambiente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA. Folder de Propaganda: *Santa Helena: Terra das Águas*. (Fragmento). s/d. Acervo do autor. (Distribuído em 2004).

No material acima, os monumentos históricos são apresentados como atrações turísticas. Porém, isso não retira a intencionalidade contida neles de se instituir determinadas memórias. Conforme aponta:

*Santa Helena tem um dos mais belos cenários turísticos da Costa Oeste.
Com uma extensão de 900 metros de orla de praia e completa infra-estrutura de apoio ao turista.
No auge da temporada de verão, dezembro a fevereiro, o Balneário recebe turistas de vários estados, além do Paraguai e Argentina.
O Balneário de Santa Helena conta com toda infra-estrutura necessária para atender bem a você e sua família.
Lá você encontra áreas de camping, quiosques, restaurantes, áreas de lazer com quadras poliesportivas, quadra de tênis e atracadouro.
História preservada, povo culturalmente rico.*

Cada pedaço do caminho traçado pelos colonizadores se encontra registrado no Painele Histórico e nas ruínas da Ponte Queimada; fato registrado pelo Memorial Coluna Prestes.

Águas calmas e paisagens exuberantes completam o cenário ideal para pesca, que pode ser praticada o ano todo. Um habitat favorável à reprodução da Curvina e do Tucunaré, peixes encontrados em grande quantidade na região.

*Os esportes náuticos são praticados por todos os visitantes, com segurança, prazer e belas visões de equilíbrio entre o homem e o meio ambiente.*¹⁰²

Em certos momentos o *folder* pretende criar uma idéia de que tais materiais expressam a totalidade de certas histórias locais, como o painel que registraria: “*Cada pedaço do caminho traçado pelo colonizadores*”. Possui o sentido, assim, de divulgar entre os turistas – embora também o faça entre a população local – esses “lugares de memória”. Ao mesmo tempo em que se constituem como lugares para visitação e lazer, também expressam suas versões do passado.

Os passeios acabam por tornarem-se atividades informativas, nas quais toma-se contato com essa memória pública e os sentidos que ela expressa. É preciso lembrar, ainda, que boa parte dos visitantes que Santa Helena recebe é do próprio Oeste do Paraná. Como a memória pública local conecta-se e interrelaciona-se com aquela da região, pode-se pensar que sua mensagem extrapola os limites do município, fazendo sentido para essas pessoas, falando também de si e do lugar em que vivem.

Instituído em 1991, o *Hino de Santa Helena* também apresenta certos elementos dessas memórias locais. Sua letra também traça uma espécie de trajetória do lugar:

HINO DE SANTA HELENA

Hino de Santa Helena foi instituído pela Lei Municipal nº 664/91

Letra e música de Maria Yvete Fontoura

*Bravas raças migraram de longe,
rumo à terra de férteis canteiros
que germina sementes de sonhos
engrandece esse rico celeiro.
Ao sentir o progresso latente
essa gente aqui se firmou.*

*Muitos outros seguiram sua trilha
e tão logo um povo forte se firmou.*

*! : Ao voltar-mos [sic] nas asas do tempo,
um passado fecundo acena,
registrando uma história de garra
na memória de Santa Helena :!*

¹⁰² PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA HELENA. Folder de Propaganda: *Santa Helena: Terra das Águas*. (Fragmento). s/d. s/p. Acervo do autor. (Distribuído em 2004).

*Certo dia as águas do rio
estenderam-se sobre este chão,
muitos filhos deixaram o solo,
indo em busca do novo rincão,
mas, a fé dos que continuaram.
com a força do rio cresceu,
fez brotar novas frutas, novas flores
e tão logo a esperança fortaleceu.
l: Ao olhar-mos [sic] nos tempos de hoje,
um presente de lutas acena,
demonstrando amor pela terra
desta gente de Santa Helena :l*

*Hoje as água [sic] refletem as cores
que adornam com simplicidade,
atraindo de todos os cantos
visitantes à nossa cidade,
que desfrutam de toda a magia
das belezas de cada recanto
do calor de um povo hospitaleiro
e tão logo são tomados de encanto.*

*l: Ao mirar-mos [sic] o vasto horizonte,
um futuro de glórias acena
com promessas de fé no progresso
da Cidade de Santa Helena¹⁰³*

O hino possui, de forma visível, o intuito de enaltecer o município, elemento típico desse gênero musical. Ao realizar tal tarefa, apresenta uma espécie de história local, pautada em três marcos: a “colonização”, como “o” período de migrações; a construção do reservatório de Itaipu, como um momento de desequilíbrio e de emigrações do município; e o “presente”, sinalizado pelo turismo.

Nesses momentos é ressaltada em tons de glória a “força” do povo santaelenense, que teria construído um contínuo de “progresso”, restabelecendo-o, inclusive, após a construção de Itaipu. No presente, esse mesmo povo seria “hospitaleiro”, conduta ideal e necessária ao desenvolvimento do turismo. Esse mesmo projeto interfere, portanto, na imagem criada pelo hino, de uma Santa Helena caracterizada por “magia” e “beleza”. Existe, ainda, uma junção entre passado-presente-futuro, projetando no porvir mais “glórias” e “progresso”.

Como elemento instituinte de memórias, o hino novamente reporta-se a certos marcos que cristalizam certas histórias locais, acenado para “uma história” de mão-única,

¹⁰³ FONTOURA, Maria Yvete (letra e música). *Hino de Santa Helena*. Prefeitura municipal: Santa Helena, 1991. In: COLODEL, José Augusto. *História de Santa Helena: descobrindo e aprendendo...* op. cit. s/p. Grifado no original.

evolutiva e linear. Elege, também, uma certa continuidade, com relação ao povo santaelenense, que teria sua origem com os “colonizadores”, sendo o presente um desdobramento desse marco fundador da sociedade local, repleto de “progresso” e “desenvolvimento”.

Todos esses “lugares de memória” se articulam na constituição de uma dada memória de Santa Helena. A “colonização” parece ser o fator que agrega praticamente todos esses elementos. Mesmo a “Coluna Prestes” é tratada como parte do movimento de nacionalização da fronteira que teria resultado na “colonização”, enquanto que a sociedade local teria nesse episódio sua gênese. Isso porque as *Obrages*, associadas a uma memória de barbárie, teriam sido eliminadas em tal processo de nacionalização e os “trabalhadores paraguaios” teriam deixado a região, segundo Colodel, na década de 70.¹⁰⁴ Isso, porém, não é de todo verdadeiro.¹⁰⁵ À Prestes e seus companheiros são atribuídos papéis próximos ao de heróis, repousando imagem semelhante sobre os “colonizadores”. Os atos desses últimos são notáveis, exemplos a serem seguidos e para os quais deve-se ter gratidão.

O historiador Paulo Knauss,¹⁰⁶ em um de seus artigos, estuda a prática de se construir esculturas na cidade do Rio de Janeiro, a partir do século XIX. Afirma que em muitos casos, principalmente no império, tais estátuas edificavam a memória de alguns indivíduos, como de Dom Pedro I e José Bonifácio, tornando ações individuais como universalmente relevantes. Destaca o autor: “*O caso exemplar serve para construir um padrão universal e absoluto (...). O amor dedicado ao caso exemplar e o orgulho pela excepcionalidade são elementos de uma identidade afetiva que pode anular as distâncias e as diferenças sociais*”.¹⁰⁷

O autor também ressalta o que define por “princípio da gratidão”, presente na argumentação em prol da viabilidade da construção de certos monumentos, como o de D. Pedro I, inaugurado em 1864: “*Ao venerar o fato passado e o personagem sacraliza-se a própria ordem social presente, articulando os tempos a partir da história do Estado*”.¹⁰⁸ Complementa, ainda, ao tratar da iniciativa de se edificar um monumento à memória de Oswaldo Cruz, em 1952: “*Nesses termos fica estabelecida simbolicamente uma conexão*

¹⁰⁴ COLODEL, José Augusto. *Obrages & Companhias Colonizadoras...* op. cit. p. 90.

¹⁰⁵ A esse respeito ver: RIBEIRO. op. cit. pp. 60-3.

¹⁰⁶ KNAUSS. op. cit.

¹⁰⁷ Idem. p. 178.

¹⁰⁸ Idem. p. 182.

entre o individual e o coletivo, construída a partir de um dívida da sociedade para com os feitos de um personagem".¹⁰⁹

No caso de Santa Helena, geralmente não se trata da edificação de um indivíduo como “herói”, mas da exaltação dos atos de determinados personagens, geralmente aqueles considerados “pioneiros”. O que me preocupa não é o ato de rememorar-se, localmente, a presença desses sujeitos, muitas vezes designados “desbravadores”. O que está em questão é a forma como se procura instituir tal memória e seus significados sociais.

Abstrai-se, a partir da alcunha “colonização”, o processo histórico real, o que aquelas pessoas efetivamente viveram, ou seja suas alegrias e realizações, mas também os conflitos e tensões, que por sinal não acabaram na década de 1960, pois as vidas de muitos continuaram e avançaram sobre os períodos posteriores. Projeta-se sobre esse passado cristalizado uma visão harmônica, em que praticamente todos os problemas existentes são silenciados, principalmente aqueles existentes entre os chamados “colonizadores”. É sobre essa imagem da “colonização” que se projeta a noção de “pioneiro”, definindo-os como dignos de honra e de serem lembrados.

Em muitos momentos, trata-se essa versão da “colonização” como a única história local, o que não me parece ocorrer por acaso. Toda sociedade constitui-se em meio à tensão, sendo esse aspecto parte da vida dos sujeitos. Todavia, muitas vezes torna-se incômodo lembrar-se de momentos não-harmoniosos. Em Santa Helena, no entanto, os conflitos são muito aparentes, principalmente aqueles relacionados às divisões entre grupos que passaram a disputar o comando da administração municipal a partir de 1968, portanto, já no fim do chamado período “colonizatório”.¹¹⁰

Antes disso, é como se “todos fossem santaelenenses” ou pelo menos “comunidade”. Existe uma espécie de consenso sobre isso, entre os diferentes grupos políticos, por meio dos quais articulam-se as elites locais. Vejo, aqui, a intenção de se constituir um projeto de sociedade, por meio da instituição dessas memórias. Isso poderia ser uma tentativa de resolver, por meio da memória, tensões que compõem a sociedade local e que não se resumem às disputas partidárias. Nesse sentido, a “colonização” como harmonia, projeta sobre o passado o que se gostaria que existisse no presente.

¹⁰⁹ Idem. p. 183.

¹¹⁰ A esse respeito ver: PALUDO. op. cit. p. 19. Particularmente acredito que a esfera político-partidária apresenta apenas uma pequena parte das tensões, que existem na sociedade e são constituídas e tratadas pelas pessoas, em suas consciências.

A imagem do “pioneiro” apresentada como exemplo a ser seguido, expressa um apelo à coesão social. Como no presente não são encontradas possibilidades de se realizar tal intento, busca-se viabilizar um futuro em que as tensões sociais sejam colocadas de lado, em benefício do ideal comunitário. Trata-se, entretanto, não propriamente da busca pela superação de certos conflitos, mas de construir a “harmonia” por meio do silenciamento de certos agentes sociais.

Além disso, as imigrações, bem como emigrações da região, não se resumem ao período da “colonização” e das “desapropriações” realizadas por ocasião da construção de Itaipu. Ocorrem a todo momento e, sendo assim, essa sociedade modifica-se constantemente a partir desse movimento dinâmico. As pessoas que rumam para o município, entre elas os trabalhadores, possuem trajetórias diversas, não tendo uma origem e nem vivenciado em comum tais marcos de memória. A cultura, por sua vez, enquanto processo dinâmico, é constantemente modificada por tais sujeitos, nessa vida em sociedade.

Essa reafirmação e reelaboração de memórias do “período colonizatório”, parece ser uma necessidade de congelar uma certa versão do passado frente às mudanças e novos sentidos que vão sendo produzidos na sociedade local em seu movimento dinâmico de transformação. Embora ser “pioneiro” não se constitua em algo fixo, como é possível perceber com a incorporação de Silva à memória pública local, tais versões parecem querer estratificar essa sociedade.¹¹¹ Demarcam espaços e lugares sociais, evocando um sentido de posse e indicando quem teria direito ao lugar, ou mais direitos, em detrimento dos demais.

Tais elementos de memória também podem ser observados localmente em outras formas de linguagem, mesmo quando o assunto não é necessariamente “história”. Nesse sentido, o “jornal comunitário” *Folha de Santa Helena*, criado em 2004, apresentava-se como uma edição mensal, embora pude observar que um de seus exemplares circulou bimestralmente. Sua distribuição, muitas vezes, era gratuita e apresentava-se na oposição à administração municipal, dirigida pelo PP (Partido Progressista) e PFL. Esse periódico envolvia, então, o setor da elite local, em especial comerciantes e industriais, que se organizam em torno do PMDB local. Parece ter sido criado mais para divulgar o projeto de município produzido por esse grupo, fomentando o debate que estava aflorando naquele ano em que foram realizadas as eleições municipais.

¹¹¹ Tal caráter foi apontado com propriedade por Laverdi, ainda na apresentação de seu trabalho. In: LAVERDI. op. cit. p. 14.

Em algumas de suas críticas à administração municipal, pude observar que elementos da memória do “pioneirismo” se fizeram presentes. Esse é o caso de uma matéria retratando a falência de uma facção, na área de costura, implantada com incentivos financeiros da municipalidade. Seu proprietário mudou-se para Santa Helena quando abriu a empresa e, ao retirar-se, era acusado de causar certos transtornos ao município, como não pagar os direitos devidos aos trabalhadores. A matéria ocupa duas páginas inteiras do jornal, sendo, ainda, destacada na capa. Em uma de suas subdivisões lê-se:

Indústrias de Santa Helena esquecidas

Enquanto os “empresários” aventureiros de fora do município recebem todos e os mais privilegiados benefícios, tais como: terrenos, estrutura completa, barracões com vidros espelhados, ajardinamento, calçamento ou asfalto e até casas para residência, as pequenas empresas industriais de Santa Helena são esquecidas e amargam a falta de incentivos e instalações adequadas, como ocorrem principalmente com as indústrias metalúrgicas e de móveis que há quase 8 anos esperam o cumprimento das promessas políticas da administração, mas continuam a fazer seus produtos em instalações inadequadas e até no relento, sem contar que sofrem todo dia a pressão da vizinhança e do IAP [Instituto Ambiental do Paraná] que exige a adequação ou retirada das instalações da cidade devido à poluição, todavia, o salário pago por esses setores industriais é o dobro ou triplo do que a “indústria” ou facções de confecções pagam.¹¹²

A matéria é também ilustrada com diversas fotografias. Em uma delas encontra-se um industrial local posando ao lado de um conjunto de seus produtos. Em outra, aparece um prédio construído pela prefeitura municipal, para servir à instalação de uma indústria. A primeira fotografia tem a seguinte legenda: *“Enquanto pioneiros como o metalúrgico [omitido pelo autor] da [nome da empresa também omitido pelo autor], que fabrica aquecedores para todo o Brasil e emprega quase 20 funcionários, luta para ter um espaço melhor que lhe dê condições para produzir”.*¹¹³ Na segunda imagem, a legenda continuava: *“empresários de fora recebem todos os incentivos possíveis, inclusive prédios com vidros espelhados e parede com pastilhas”.*¹¹⁴

É evidente que tal grupo possui um projeto de município muito claro. Pauta-se no incentivo aos empresários já estabelecidos em Santa Helena, principalmente da área metalúrgica e moveleira. Classificar as pessoas como “pioneiros” ou “de fora”, configura-se, então, como uma forma de disputar a posse do lugar, dotando os primeiros de mais

¹¹² “MRG: MODELO Industrial em Crise”. In: *Folha de Santa Helena*, Santa Helena/PR, ano 1, nº 4, pp. 6-7, fevereiro/março de 2004. p. 6. Acréscimo meu.

¹¹³ Idem. Ibidem. Grifo meu.

¹¹⁴ Idem. Ibidem. Grifo meu.

direitos do que os demais. Trata-se de um instrumento político, em que a memória local vincula-se aos esforços para viabilizar-se tal projeto.

Nessa perspectiva, também deslocam-se os conflitos de classe do lugar. É como se os problemas existentes estivessem relacionados apenas com uma “comunidade” ameaçada pelos “de fora”. É possível observar tal caráter na matéria daquela mesma edição, em que são abordadas as formas de protesto e organização dos trabalhadores da facção que encerrou suas atividades.

Na capa do jornal estão estampadas duas fotografias. Em uma delas aparecia o empresário em um momento de tensão com os empregados em frente à delegacia, onde teria ido se proteger, de acordo com o texto jornalístico. Uma segunda imagem mostra o pátio da empresa e em sua cerca uma faixa de protesto. Na parte interna do jornal, a matéria ocupa as páginas 6 e 7. Nela aponta-se um pouco para os protestos dos trabalhadores e para uma reunião deles com seu advogado, a fim de entrarem na justiça para receber o que lhes cabe por direito. Nesse momento, a tensão envolvendo tais trabalhadores os torna visível no cenário público, ocupado por eles, por meio de tais manifestações. Com relação às condições de trabalho enfrentadas pelos empregados da empresa, o jornal posiciona-se da seguinte maneira:

Salário de empregadas domésticas

*Apesar de todo o processo de treinamento das costureiras feito com recursos do município, quando são contratadas por esses “empresários”, tem que cumprir uma jornada de trabalho exaustiva e sem muitas regalias, mas recebem um salário incompatível com o desempenho e responsabilidade da função, salário esse que varia de 250 a 270 reais mensais, basicamente o salário de uma empregada doméstica, com o agravante de que muitas vezes, como aconteceu com a MRG, os salários e demais direitos trabalhistas tais como: férias, 13º e FGTS não são pagos.*¹¹⁵

Como se pode observar, a mesma preocupação para com as costureiras, nesse caso, não é expressa para com as empregadas domésticas. Sua baixa remuneração serve apenas como fator comparativo, não sendo questionada. Apesar disso, creio que essa forma de abordar os trabalhadores locais também tem uma outra intencionalidade. Busca-se instituir, ao meu ver, uma noção de vínculo orgânico entre poder público municipal, empresários e trabalhadores. O problema teria origem no incentivo, via recursos municipais, de empresários “de fora”, sendo a solução o direcionamento de tais incentivos para empresários já instalados em Santa Helena, principalmente de outros setores industriais. É

¹¹⁵ Idem. Ibidem. Grifado no original.

como se essa reorientação de políticas públicas automaticamente resultasse em melhorias nas condições financeiras e de labor para os trabalhadores locais, silenciando-se, assim, sobre os embates e interesses divergentes existentes entre patrões e empregados. Portanto, o recurso a tal memória ancora não apenas o projeto de município que está sendo esboçado, mas também integra os esforços para angariar apoio popular, ou seja, da classe trabalhadora para ele.

A imprensa local, é possível notar, também atua como “lugar de memória”, instituindo e relacionando-se com versões do passado. Ela também se faz presente nos debates sobre o rememorar de um dos marcos de memória local: a construção da usina hidroelétrica de Itaipu.

Em muitos momentos se estabelece uma relação complexa com as lembranças desse momento. Durante esse processo ocorreu a saída de grande parte da população do município em um curto período de tempo.¹¹⁶ Em sua maioria eram agricultores que tiveram suas propriedades desapropriadas, portanto, pessoas que compunham um segmento vital para a economia local. Tal fato chegou a afetar parte dessa “elite” municipal, uma vez que alguns de seus membros também se encontravam entre os agricultores desapropriados e, em certos casos, chegaram a deixar Santa Helena. Mesmo entre muitos de seus

¹¹⁶ De acordo com dados do IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, o Município de Santa Helena possuía em 1970 um total de 26.834 habitantes; em 1980 esse número seria 34.884; e, em 1990, corresponderia a 19.252. Toma como fonte para os anos de 1970 e 1980 dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) enquanto que para 1990 os dados são seus. In: IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. *Caderno Estatístico Município de Santa Helena*. Curitiba, 1998, p. 8. De acordo com Paludo, em sessão realizada no dia 03 de dezembro de 1979, vereadores do município contestavam os números divulgados pelo IBGE. Apontavam a soma de 66 mil habitantes para o ano de 1975 e duvidavam na queda brusca para, segundo eles, “38 mil”, no ano de 1979. Apontava-se o número de 46 mil pessoas, levantados há pouco tempo por meio de vacinação promovida pela SUCAM (Superintendência de Campanha de Saúde Pública, órgão subordinado ao Ministério da Saúde, atualmente chamada de FUNASA – Fundação Nacional de Saúde). Os vereadores levantavam suspeitas sobre se esse suposto erro não seria proposital, uma vez que o “Fundo de Participação dos Municípios”, correspondentes a recursos provenientes do governo federal repassados aos municípios, era calculado sobre a quantidade de habitantes oficialmente reconhecidos. Em depoimento coletado pelo autor com um dos militantes políticos locais, o número de 60.000 habitantes foi reafirmado. In: PALUDO. op. cit. pp. 50-51. De uma maneira geral, é corrente a afirmação de que Santa Helena teria essa quantia aproximada de moradores, na década de 70. Tal informação também é apresentada por Prediger, em seu trabalho. In: PREDIGER. op. cit. p. 8. Independentemente de corresponderem ou não a tal quadro, sua menção no período mais recente parece fazer parte da divulgação dos impactos negativos de Itaipu sobre o município. Ainda com relação a essa polêmica, Carniel adiciona outras importantes informações. Além dos dados já apresentados sobre 1970 e 1980, ela indicada, com base em levantamento do IBGE, uma população de 750 habitantes em 1960, para Santa Helena. Isso representaria, quando comparado com os 26.834 habitantes indicados pelo IBGE para 1970, um crescimento populacional de 3.492,9 %. Com base no registro civil e “outras fontes”, as quais não indica, aponta uma população de 66.000 habitantes em 1979. A redução populacional ocorrida na década de 1980, segundo a autora, teria duas origens: a primeira seria o processo de desapropriações promovido para a construção de Itaipu, concluído em 1982; a segunda, refere-se à criação do Município de São José das Palmeiras, em 1985, até então distrito de Santa Helena. Com isso, teria ocorrido uma redução de 9.651 habitantes, totalizando 40% da população total do município. In: CARNIEL. op. cit. pp. 55-6.

componentes que atuavam como comerciantes na sede municipal e que não foram desapropriados, o impacto dessas transformações acabou tornando-se negativo por prejudicar seus negócios, principalmente, com a diminuição do mercado consumidor e com o período de crise que se seguiu.¹¹⁷

A amplitude dos impactos negativos de Itaipu sobre diferentes segmentos da sociedade local, em um período ainda muito recente (década de 80), parece impor uma certa dificuldade para que seja construído um esquecimento sobre esse momento. Parte da magnitude do evento para o município pode ser observado ao se compararem os mapas, “Anexo III – Mapa do Município de Santa Helena em 1980 (antes do alagamento para a formação do reservatório de Itaipu e da emancipação do Distrito de São José)”, na página 272, e “Anexo IV – Mapa do Município de Santa Helena após o alagamento para a formação do reservatório de Itaipu e da emancipação do Distrito de São José”, na página 273.

Uma faixa significativa do território municipal foi alagada, sendo Santa Helena o município mais atingido pelas águas do reservatório. Existe ainda sobre o local toda uma carga simbólica, uma vez que foi palco de vários atos públicos, organizados pelo “Movimento Paz e Terra”, em defesa dos direitos dos desapropriados de Itaipu.¹¹⁸

Apesar disso, tentativas de lembrar-se desse momento como algo positivo parecem existir, em uma disputa com as demais memórias desse evento. Como destaquei antes, Ney Braga, no ano de 1988,¹¹⁹ em nome da Itaipu Binacional, admitia que tal obra havia trazido uma série de transformações sócio-econômicas para a região, mas, afirmava que tal empresa havia sido responsável pelo desenvolvimento local. No *Hino municipal de Santa Helena*, os problemas advindos com Itaipu aparecem como algo superado, a partir do trabalho da sociedade santaelenense, que teria restabelecido o “desenvolvimento” local.

Elementos semelhantes parecem constar no *Jornal Costa Oeste*, em seu encarte comemorativo aos 33 anos de emancipação de Santa Helena. O jornal tenta traçar uma história do município, a partir de alguns pontos de referência e instituições, tais como: a

¹¹⁷ Paludo cita, em seu trabalho, a *Ata da sessão realizada no dia 21 jul. 1980* (n.º 551), em que vereadores de Santa Helena, independentemente de partido (ARENA e MDB), aprovaram a aceitação de um convite para uma sessão conjunta com os poderes legislativos dos demais município com áreas desapropriadas, manifestando aprovação às mobilizações dos “agricultores desapropriados”, na época auxiliados principalmente pela CPT (Comissão Pastoral da Terra). Na discussão, destacou-se o baixo preço pago pelas terras desapropriadas, bem como o fato de comércio local sofrer prejuízos com a saída “dos agricultores”. PALUDO. op. cit. pp. 65-6.

¹¹⁸ Tais questões serão melhor abordadas, bem como esse movimento será caracterizado de maneira mais precisa ainda nesse trabalho, no “Capítulo III”, pp. 218-24.

¹¹⁹ BRAGA. op. cit. p. 17.

“praia artificial”; a construção da ponte sobre o Rio São Francisco Falso – que liga a sede municipal ao Distrito de Sub-Sede São Francisco; a constituição da ACISA (Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Santa Helena); dentre outros. Sobre a “praia artificial”, mais recentemente denominada de “Balenário de Santa Helena”, o jornal destaca:

Turismo: tudo começou em 1980

Estamos no inverno de 1980, mas apesar da estação o clima é quente em Santa Helena. Num ponto da Avenida Brasil, em frente ao escritório da Itaipu Binacional, milhares de agricultores e trabalhadores rurais se rebelam contra os procedimentos adotados na desapropriação das terras que iriam formar o reservatório da hidrelétrica. O movimento é ecumênico. Os agricultores reclamam a baixa indenização que o governo paga pelas terras produtivas.

Porém, o acordo binacional que determinou a construção da maior hidrelétrica do mundo já estava assinado e referendado entre as autoridades do Brasil e do Paraguai. Não havia motivos, nem meios, para voltar atrás.

O que ninguém imaginou, àquela época, é que Santa Helena e mesmo os outros municípios da fronteira teriam um futuro tão promissor, passariam por uma reviravolta tão grande capaz até de mudar o perfil da região. Discussões à parte sobre a problemática das polêmicas indenizações, o certo é que ninguém pensou no futuro. Aliás, ninguém vírgula. Em Santa Helena, alguém pensou.¹²⁰

A matéria segue exaltando o gesto do prefeito da época, que teria atuado na viabilização da construção da praia artificial, mesmo antes do lago ser formado. Isso teria sido possível graças aos cálculos de engenheiros, tendo ele enfrentado aquilo que seria o “ceticismo de muitos”.¹²¹ A matéria também segue enfatizando a grandiosidade dessa obra: “Com o passar dos anos o empreendimento foi recebendo contribuições de arquitetos e engenheiros e hoje é o maior espaço de lazer da Costa Oeste, agora sob um novo nome que reveste bem sua importância: Balneário de Santa Helena”.¹²²

Compondo o avanço do projeto de “desenvolvimento” local, com ênfase no turismo, nas décadas de 90 e 2000, parece-me que começou a ser construído um esquecimento ou ao menos uma minimização das lutas dos “expropriados” de Itaipu. Talvez não tenha sido essa a intenção de quem escreveu esse artigo jornalístico, que, ao que me parece, tinha como objetivo maior tematizar a implementação do turismo em Santa Helena. Ao realizar essa tarefa, retratando a construção da praia artificial, o autor provavelmente não quis (ou não pôde) ignorar as tensões envolvendo a formação do lago.

Pela forma com que o artigo foi escrito, todavia, acaba por dar a entender que as reivindicações dos “expropriados” seriam questões menores, a ser deixadas de lado,

¹²⁰ “TURISMO: TUDO começou em 1980”. In: (Jornal Costa Oeste) *Caderno especial em comemoração ao 35º aniversário do município de Santa Helena*, Santa Helena/PR, p. 3, maio de 2002. p. 3.

¹²¹ Idem. Ibidem.

¹²² Idem. Ibidem.

enquanto que o projeto que resultou em Itaipu, na forma como foi construída, acaba sendo tratado como único e inevitável. A luta dessas pessoas acaba por parecer anti-lógica, pois “*não haviam motivos, nem meios de voltar atrás*”. Dessa forma, pode-se cair na armadilha de ressignificar tal momento como algo puramente positivo, pois teria aberto inúmeras possibilidades para o “desenvolvimento” do turismo e, conseqüentemente, do município.

Mesmo sem intencionalidade aparente, tais elementos estão presentes na sociedade local e assumem a forma de tensões. Parte delas (as tensões) seriam os questionamentos sobre as formas como os *royalties* de Itaipu são distribuídos, inclusive a exclusão dos “expropriados” de sua participação.¹²³ Construir uma espécie de “silêncio” sobre essa questão, ou mesmo pormenorizar as lutas do passado, poderia acabar resultando em uma tentativa de negação, no presente, da afirmação desses sujeitos e de suas lutas, inclusive aquelas com o objetivo de ter sua condição de “expropriado” reconhecida socialmente.

Nesse sentido, existe uma postura política de enfrentamento por parte de muitos dos trabalhos acadêmicos que tematizam o “movimento dos expropriados” e as “mazelas” provocadas pela Itaipu. Vale a pena lembrar, todavia, que é preciso tomar cuidado para não se homogeneizar esse processo, bem como para não se realizar meramente “críticas autorizadas”.

Itaipu também aparece como um marco, na *Revista Região*, em sua edição de n.º 5, referente a abril de 2000. Esse veículo de comunicação divulgou uma matéria sobre os pescadores profissionais de Santa Helena, categoria que, por sinal, costuma ganhar visibilidade na imprensa regional, em parte por estar organizada em associações e “colônias de pescadores”. O texto da revista ocupa todas as páginas 22 e 23 daquela edição, apresentando um pouco da vida desses trabalhadores:

Contra a maré: Pescadores profissionais de Santa Helena lutam contra adversidades e propõem mudanças

Com o surgimento do Lago de Itaipu, represado em 1982, originou-se uma nova classe de trabalhadores nos municípios lindeiros ao reservatório: os pescadores profissionais. Antes do alagamento, o número de pescadores que atuava no Rio Paraná era ínfimo. Hoje, mais de 1.300 famílias tem sua renda ligada à atividade. A grande maioria desses trabalhadores eram arrendatários, meeiros e bóias-frias, que viram as terras nas quais trabalhavam submergirem. A pesca então se apresentou como a primeira opção e muitos, após 18 anos, continuam dependendo dela para seu sustento.

.....
Diferente da pesca como lazer ou esporte, o cotidiano dos pescadores é insalubre e mal remunerado. Submetidos ao sol, à chuva, ao frio, ao relento da noite, sem contar ao eminente perigo das tempestades, os pescadores são vítimas de

¹²³ Prediger levanta alguns desses questionamentos. In: PREDIGER. op. cit. p. 23.

*reumatismos, doenças pulmonares e envelhecimento precoce. Todo esse sacrifício não rende lucro superiores a 2 salários mínimos por mês para mais de 90% dos profissionais, garante o presidente da Associação Real de Pescadores de Santa Helena, Arnoldo Pletsch.*¹²⁴

Aqui, novamente recorre-se a um dos marcos de memória regional a fim de explicar as transformações ocorridas na sociedade local. Importante salientar, então, que, apesar da atenção conferida a essa categoria profissional, a revista acaba resumindo sua experiência a mero produto da construção do reservatório de Itaipu.

Além disso, incorpora, ainda, o discurso do presidente de uma das entidades que reúne pescadores de Santa Helena. Tal narrativa, como qualquer outra, é produzida a partir de um lugar social e com determinadas intenções. Disso resulta uma espécie de vitimização desses sujeitos, reduzindo suas vidas às dificuldades encontradas em seu trabalho.

Os pescadores profissionais, no entanto, são reconhecidos como sujeitos, principalmente a partir das propostas de implementação de certas políticas de apoio e de interferência nas leis que regem o desempenho de sua profissão. Esse caráter, porém, fica restrito à atuação da associação dos pescadores. Além do presidente da entidade, confere-se destaque, na matéria, a outro pescador em uma das fotografias. A partir de sua trajetória profissional, o texto da legenda reafirma aquele olhar vitimizador. A matéria confere ênfase, ainda, à pesquisa que vinha sendo realizada, na área de história, por Jones Jorge Machado, que resultou em seu trabalho de conclusão de curso de graduação em história, no ano de 2002.

Ao que me parece, a própria visibilidade, conferida pela esfera pública, aos trabalhadores locais, ocorre de maneira complexa. Isso é perceptível quando se trata da categoria profissional dos pescadores. Silenciar sobre ela torna-se complicado, pois tal intento seria limitado pelos esforços desses sujeitos afirmarem constantemente sua presença no âmbito público, sendo essa uma preocupação de suas organizações institucionais.¹²⁵

Em certos momentos, entretanto, é possível observar um processo que os coloca em segundo plano no espaço público. Isso pode ser constatado com o monumento localizado no centro da sede municipal, no cruzamento das avenidas Brasil e Curitiba, próximo às Praças “Antônio Thomé” e “Orlando Weber”, doado pelo *Lions Club* local. Atualmente

¹²⁴ “CONTRA A MARÉ: pescadores profissionais de Santa Helena lutam contra adversidades e propõem mudanças”. *Revista Região*, Marechal Cândido Rondon/PR, ano 1, n.º 05, pp. 22-3, abril de 2000. Reportagem. p. 22.

¹²⁵ Existem, em Santa Helena, duas colônias de pescadores: a “Colônia Z-20” e a “Colônia Nossa Senhora dos Navegantes”.

não possui placa comemorativa, mas pelo que me consta deve ter sido construído na década de 1980. A obra, popularmente conhecida como “barquinho”, era maior no passado.

Sua base circular representava as águas, possivelmente do lago, enquanto que dentro do barco ficava um pescador, retirando um peixe de dentro das águas. Tal imagem foi totalmente destruída, o que também pode representar que tais sentidos, bem como os valores da instituição – e entre eles a prática de construir monumentos – não são compartilhados por todos os integrantes dessa sociedade, de maneira semelhante ao sucedido com a “estátua do colono”.



“Monumento ao Pescador”, popular “Barquinho”. Localizado no cruzamento das avenidas Brasil e Curitiba, ponto central da sede do município, visto da Praça Antônio Thomé. Além dessa praça, nas proximidades localizam-se a Praça Orlando Weber e diversos órgãos públicos, como a Inspeção da Receita Federal (ao fundo, no plano posterior da fotografia), o Paço Municipal e o Fórum da Comarca de Santa Helena. Fotografia tirada pelo autor em 29/05/2005, à tarde.

Recentemente, no entanto, houve uma preocupação de restaurar o monumento, por parte da prefeitura municipal, realizando-se uma nova pintura. O pescador, entretanto, não foi reconstruído, mantendo-se somente o barquinho. No “painel histórico”, todavia, existem referências a pescadores, embora não seja possível fazer uma leitura sobre qual tipo de pesca que está sendo retratada (profissional ou esportiva).

A implementação do turismo, em termos regionais, pode ter colaborado para tal processo. A partir do desenvolvimento turístico, o pescador profissional passou a ser visto

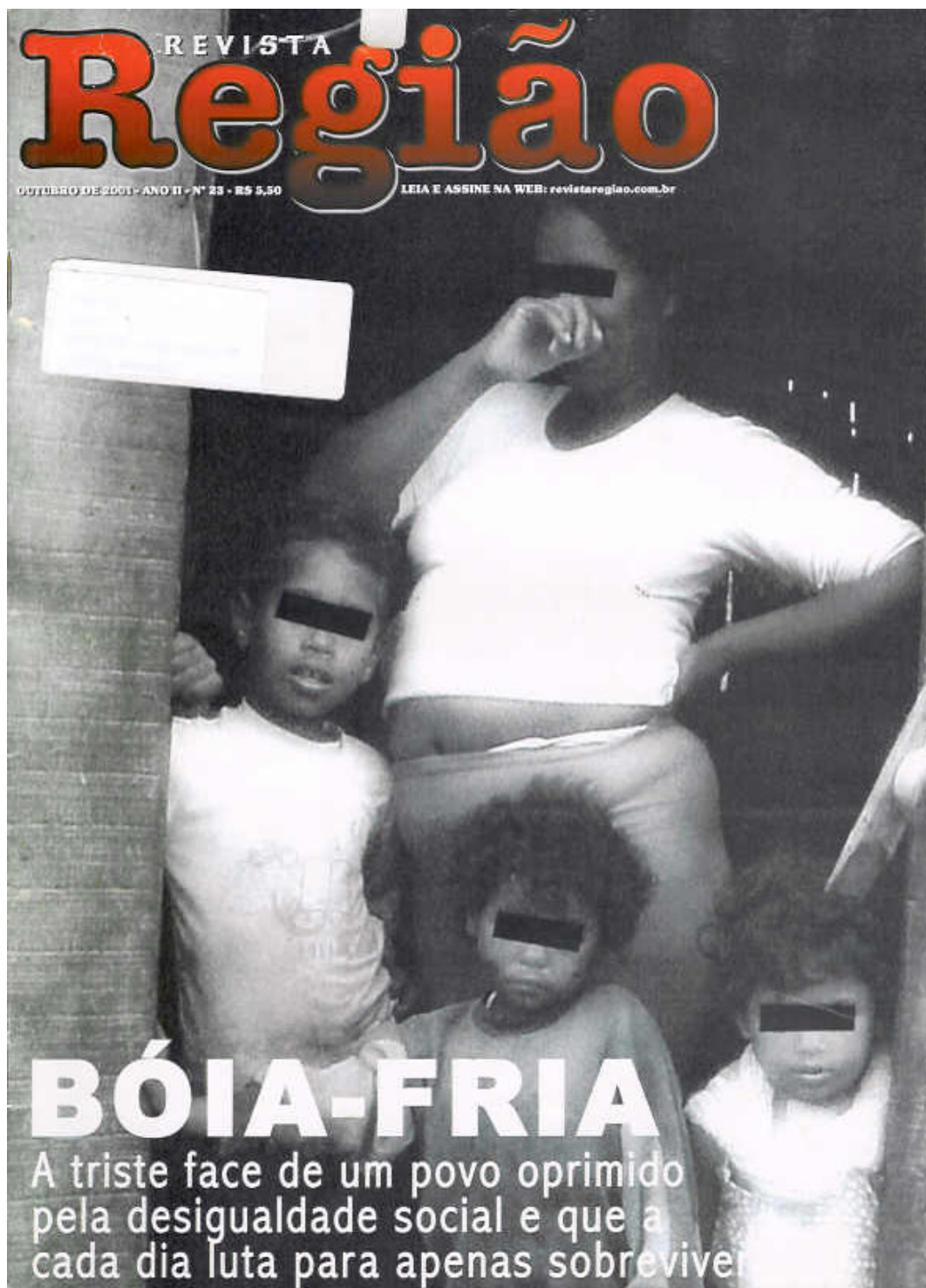
em certos meios como um “problema”. Enquanto a pesca esportiva é incentivada, existem projetos de tornar os pescadores profissionais em “guias turísticos”. A preservação tão somente do barco, pode, assim, estar evocando o turismo, enquanto que a não-restauração do pescador atua no sentido de retirá-lo da posição central que ocupava, pois, até então representava, por meio de seu trabalho, o próprio município no monumento.

Com relação à imprensa e o fotojornalismo¹²⁶ local e regional, a própria forma como aborda a atuação dos trabalhadores também parece corroborar para essa maneira problemática de conferir visibilidade, na esfera pública, a tais sujeitos. Isso pode estar relacionado com a quase circunscrição desses meios de comunicação em trabalhar iniciativas elaboradas pelos poderes públicos e, em menor grau, de instituições, o que nubla a visibilidade de setores da sociedade não organizados nesses termos. Por outro lado, a recorrência e o debate em tornos dos marcos de memória local, nesse circuito, também parece despotencializá-los enquanto sujeitos históricos, como é o caso da matéria anterior, sobre os pescadores profissionais.

Nesse sentido, aquele olhar vitimizador, lançado pela *Revista Região* sobre a vida dos pescadores profissionais, também é encontrado em outros textos publicados pela revista.¹²⁷ A edição n.º 23, de outubro de 2001, destacava em sua capa uma matéria sobre os trabalhadores rurais diaristas, conhecidos regionalmente por “bóias-frias”.

¹²⁶ Cesconeto, em seu estudo sobre os catadores de lixo da cidade de Toledo (PR), aponta que a abordagem da imprensa, sobre as pessoas pobres, é cercada de “silêncios” e de enfoques que priorizam as realizações do poder público e de membros da “elite local”, para com a pobreza. In: CESCONETO. op. cit. p. 3.

¹²⁷ Parece-me que um pouco disso pode ser encontrado em: CHIARARDIA, Ronildo. “Saga I – O agricultor”. *Revista Região*, Marechal Cândido Rondon/PR, ano 2, n.º 21, p. 22, agosto de 2001. Ensaio; e, _____. “Saga II – O catador de papel”. *Revista Região*, Marechal Cândido Rondon/PR, ano 2, n.º 22, p. 12, setembro de 2001. Ensaio. Nesse caso, está relacionada aos projetos que o autor defende por meio de suas crônicas, como a reforma agrária.



Revista Região, nº 23, ano II, capa, outubro de 2001.

A fotografia, que ocupa toda a capa, parece ter a pretensão de causar impacto. Em preto-e-branco, trazendo um ambiente escuro ao fundo, dá um tom enigmático à imagem. Colocando a família de trabalhadores pobres em primeiro plano, reafirma sua preocupação com essas pessoas. Mais do que isso, ao ocultar os olhos dos figurantes – e portanto,

impossibilitando sua identificação – os torna exemplos de tal realidade. São, portanto, membros de uma família de bóias-frias e não apenas essa ou aquela pessoa em específico. A própria ambiência da fotografia corrobora com um olhar condescendente para com esses sujeitos. Conforme aponta o enunciado, sua vida é retratada enquanto opressão social e luta para tão somente sobreviver.

Intitulada “Um grave problema social”, a reportagem ocupa quatro páginas da revista. Assinada por Gisele Rosso, que também produziu as fotografias, discute os problemas vividos por trabalhadores do Município de Ouro Verde do Oeste, localizado próximo a Toledo, no Oeste do Paraná, como pode ser visto no “Anexo II – Mapa da Mesorregião Oeste do Paraná”, na página 271. Nessa reportagem, é possível notar que sua abrangência não se limita aos “bóias-frias”, mas à vida de trabalhadores pobres desse município. A jornalista também aborda algumas iniciativas do poder público e instituições de caridade locais, com relação à pobreza, que, por sinal, é muito evidente nesse local, sendo considerada, inclusive, como uma das características do município, não podendo ser silenciada facilmente.

Entre as temáticas abordadas estão a conquista dos “poucos” empregos regulares no próprio município ou em cidades vizinhas, a busca por trabalhos rurais temporários em outros estados e o improviso da sobrevivência de outras maneiras, como no trabalho de coletar produtos recicláveis. Rosso trabalha, também, com as narrativas desses diferentes sujeitos, inclusive dos trabalhadores.

Porém, a vitimização desses trabalhadores e o olhar que projeta sobre certos hábitos de algumas dessas pessoas conformam o enredo da reportagem. Como o próprio título sugere, trata-se de um estudo sobre “um grave problema social”. Isso fica presente quando a jornalista trata da moradia:

Moradia

Uma boa parte da população vive em casas populares. No município, existem três mutirões e uma Vila Rural.¹²⁸ Mesmo assim, há casas em situações precárias, não chegam a ser barracos, mas as condições são bastante propícias à propagação de doenças. De acordo com o prefeito Carlos Franco de Souza, a administração está tentando resolver o problema dessas pessoas. Há um pedido junto a Cohapar para a construção de mais um conjunto habitacional.

¹²⁸ As “Vilas Rurais” foram construídas pelo governo do estado, durante a gestão de Jaime Lerner (1997-2004), eleito pelo PDT (Partido Democrático Trabalhista), mas posteriormente filiado ao PFL. O projeto consistia em instalar alguns conjuntos em áreas rurais, muitas vezes próximos à sedes de distritos ou “linhas”, em que trabalhadores rurais pudessem ter um terreno com uma casa e área para a produção doméstica de hortifrutigrangeiros. O objetivo seria, assim, proporcionar condições para permanência desses trabalhadores no campo.

.....
Com três filhos e cuidando de dois sobrinhos, [nome de uma mulher omitido pelo autor], 29 anos, mora com o marido e as cinco crianças em uma casa de chão batido de um cômodo, dividido em dois por uma cristaleira. Família de bóia-fria, no momento, o marido está trabalhando temporariamente. Até dezembro, o salário de R\$ 200,00 está garantido, depois, segundo ele, “só Deus sabe”. O salário é dividido em duas partes: R\$ 100,00 para a comida e R\$ 100,00 para compra de materiais de construção para realizar o sonho de uma casa melhor. (...) A precariedade é do mesmo tamanho da solidariedade. Os sobrinhos foram trazidos por [mesmo nome omitido pelo autor], já que o pai está envolvido em ilicitudes e a irmã tem problemas de saúde. “Se Deus quiser eles ficam aqui para sempre e, ainda, trago minha irmã”, fala.

O casal dorme acompanhado de duas crianças e as outras três dormem no chão batido. Moscas no local dão a amplitude da precariedade que vive a família Santos e às doenças que as crianças estão expostas. As necessidades orgânicas, já que não há banheiro, nem patente, são feitas próximas da moradia.¹²⁹

Tais hábitos são tratados como “carência”, enquanto que as narrativas dos trabalhadores são buscadas dentro da intenção de se demonstrar sua situação de “pobreza”. É a partir dessa condição social que a própria vida desses sujeitos emerge no texto.

A reportagem acaba por estabelecer, também, um vínculo entre poder público e essas pessoas, apontando-se a necessidade de assistência social. Sobre isso, ressalta o empenho das entidades do gênero existentes no município, em tentar minimizar tais problemas. Ressalta, contudo, que as medidas do poder público municipal são limitadas pela baixa arrecadação do município.

Mesmo a pobreza, aqui, é tratada como um problema localizado quase exclusivamente no Município de Ouro Verde do Oeste. Não se leva em consideração o crescimento da miséria, ocorrido nas últimas décadas em termos de Brasil e que o Oeste do Paraná, de uma maneira geral, não se configura em uma exceção a esse quadro. Apesar de ser compreendido dessa maneira, o problema é reconhecido, porém, não da maneira como existe, pois não é considerado como algo vivido pelos trabalhadores, que eles tratam em suas consciências e sobre o qual atuam, de acordo com suas possibilidades e interesses próprios. É compreendido como algo a ser gerido pela administração municipal e entidades de assistência social, despontencializando os “bóias-frias”, como sujeitos.

Como é possível perceber, em muitos meios instituintes de memória, não apenas do Município de Santa Helena, mas também da região de uma maneira geral, a vida de trabalhadores, ao ser retratada, é apresentada como produto de estruturas sócio-econômicas. Não raro, suas experiências e expectativas diversas e muitas vezes

¹²⁹ ROSSO, Gisele. “Um grave problema social”. In: *Revista Região*, Marechal Cândido Rondon, ano 2, n.º 23, pp. 18-21, outubro de 2001. Reportagem.

conflitantes, são homogeneizadas e enquadradas em determinados marcos de memória ou mesmo sua existência é atrelada às relações estabelecidas com os poderes públicos e demais instituições de assistência social.

Percebo, contudo, um significativo movimento de transformação ocorrido nessa “memória pública”, expressa por meio dessas diferentes linguagens. A construção de uma espécie de papel secundário, conferido aos trabalhadores, manifesto também na própria atenção menor conferida a “Praça do Colono” e sua estátua, bem como ao monumento ao pescador, não está relacionada apenas à desvalorização de determinadas categorias profissionais, em detrimento de outras ou de outros segmentos da sociedade local. Trata-se, ao meu ver, de um progressivo afastamento de temas relacionados ao *trabalho*, desses locais de memória, e da própria forma como a imagem do trabalhador foi sendo constituída e transformada nesse lugar.

É possível notar esse movimento ao observar-se a recorrência a temas relacionados com o trabalho, presentes principalmente nos “lugares de memória” construídos principalmente nas décadas de 1970 e 1980, e no hino municipal, instituído em 1991. No monumento situado na Praça Antônio Thomé, de 1973, existiam referências ao pioneirismo, mas associado à idéia de labor, em um momento que se operavam transformações nas formas de trabalho rural, com a “mecanização da agricultura”. A obra em homenagem ao pescador e a “Praça do Colono”, termo que também é sinônimo de agricultor – como frisei anteriormente – edificadas na década de 1980, reafirmam essa valorização do trabalho.

Assim como a praça, a “Estátua do Colono”, inaugurada em 1985, tem toda uma carga simbólica por reafirmar a crença no trabalho em um momento de crise nacional, localmente agravada pelos impactos negativos da construção de Itaipu. Esse também era um momento de crise da agricultura local, que não mais contava com os grandes subsídios implementados pelo regime militar no intuito de mecanizar a agricultura do Oeste do Paraná. Nesse sentido, lembrar do “colono” implica em toda uma gama de significados que reafirmam a valorização simbólica do trabalho agrícola, em contrapartida às frustrações financeiras enfrentadas pelo setor.

No decorrer da década de 1990 e 2000, ao meu ver, ocorreu, em Santa Helena, uma reelaboração das versões do passado que passaram a ser privilegiadas a partir de então. Ampliou-se, nesse sentido, os espaços dedicados diretamente à homenagem de “pioneiros”, transformando tais memórias ao inserir outros sujeitos que até então não estavam envolvidos nessa alcunha.

Mesmo mantendo elementos correntes até então, como as referências ao pioneirismo, junto dessas transformações passou-se a valorizar uma noção abstrata de “desenvolvimento”. Os “lugares de memória”, então, não mais associaram tão diretamente, sua imagem ao trabalho.

O “pioneiro”, dessa forma, passou a ser tratado como “desbravador”, personagem fundador da sociedade local, cujos atos seriam dignos de homenagens, contudo, tendo sua imagem mais associada à idéia de “desenvolvimento” que ao “labor”. Eles teriam sido os iniciadores da “construção do progresso contínuo” de Santa Helena, fazendo-se referência, agora, à crença no desenvolvimento. Reafirma-se, então, por meio dessas memórias, o projeto que estava sendo colocado em prática, tendo com base o ideal de um município rico e em contínuo desenvolvimento, possuindo um futuro promissor em virtude de sua riqueza do presente.

Entre esses projetos desenvolvidos pelo poder público local, o mais notável foi o de implementação do turismo em Santa Helena. A fim de projetar o município enquanto pólo turístico, o governo municipal acabou por introduzir novas concepções de estética e de patrimônio público. Sob o argumento de construir-se uma sede municipal (e mesmo um município) bonita, agradável principalmente a visitantes e investidores, prédios e locais públicos foram reformados, enquanto novas edificações e fachadas foram construídas.¹³⁰

Esse movimento, apesar ter sido iniciado já na década de 1980 e de ser a tônica de todas as décadas de 1990 e 2000, foi intensificado a partir dos últimos dez anos pelo poder público municipal. Acompanhando esse processo, houve uma ressignificação dos “lugares de memória” do município. Monumentos passaram a ser construídos, reformulados ou mesmo divulgados sob o argumento de servirem de atrações turísticas, não existindo mais apenas em função de expressar certas memórias e possuírem certos significados, mesmo que não fossem compartilhados por todos.

Embora não fosse o único, a implementação do turismo era apresentada como o maior dos projetos dos grupos articulados em torno da prefeitura municipal, principalmente no período entre 1996 e 2004.¹³¹ Outros projetos também eram elaborados pela parcela dessa elite que se apresentava como oposição à administração municipal, embora essas

¹³⁰ Lembro-me que essa preocupação também fazia parte dos projetos do governo estadual que, também durante o mandato de Jaime Lerner, lançou o programa “Paraná Urbano”, que tinha como parte de seus interesses a reforma de locais públicos, como praças.

¹³¹ Diversos outros projetos eram implementados pela prefeitura municipal, como o incentivo à instalação de empresas do ramo de facção de costura, à agricultura, dentre outros setores. Todavia, foi o projeto turístico que mais implicou em argumentos em prol de transformações nos espaços públicos municipais.

fronteiras político-partidárias sejam bastante solúveis no município. Esboçavam, assim, planos que visavam o incentivo dos industriais locais, principalmente os do setor metalúrgico e moveleiro.

Os trabalhadores, nesse sentido, aparecem nos materiais produzidos por esses grupos a partir da perspectiva e dos projetos criados por tais elites. Sendo assim, sua existência é atrelada à necessidade de assistência ou a um vínculo com outros agentes sociais, como o poder público e o empresariado. Existe uma tentativa, por parte dessas camadas dominantes, de incorporarem a seus projetos os trabalhadores e suas possíveis expectativas, com o objetivo de angariar apoio popular e de tutelar a ação política desses sujeitos.

Essa espécie de “elite” local planejava, então, formas de como utilizar os *royalties* pagos por Itaipu, a grande riqueza do município a partir da década de 1990 que, no entanto, tem seu centro de decisões concentrado na prefeitura municipal. Suas preocupações diferem, então, da década de 1980, quando se pensava nos prejuízos que a saída dos agricultores expropriados causaria ao comércio local. Trata-se, novamente, não de pensar propriamente o trabalho, o que realizar ou fazer, mas de reivindicar a riqueza local para utilização em determinados fins.

Considero, apesar disso, que o mais importante nesses projetos é a forma como a memória é utilizada para lhes dar sustentação, interpelando-os em um mesmo movimento em que vão sendo constituídas e significadas. Esse caráter é muito visível no apelo a determinados eventos e marcos cristalizados da memória local, realizado quando do fomento ao turismo, a partir da edificação de certos monumentos e obras. Contudo, a memória principalmente do “pioneirismo” também serve como forma de sustentação aos projetos dos grupos opositores da então administração municipal. Classificar a população e, especialmente, membros do empresariado enquanto “pioneiro” ou “de fora”, constitui-se em um instrumento político empregado na viabilização de suas propostas.

Revela-se, dessa forma uma história linear que tem como base projetos vencedores, em especial a “colonização”, mas também a “mecanização da agricultura” e a “construção de Itaipu”, apesar dos dois últimos serem lembrados de maneira mais tensa – a usina, em especial – e menos consensual. Tratam-se de processos sociais que ocorreram em toda a região e que, transformados em marcos históricos locais, ligam e interrelacionam as memórias públicas de Santa Helena com aquelas do Oeste do Paraná, de uma maneira geral.

Nesse movimento contínuo, de instituição e reelaboração de memórias, percebo, ainda, a existência de tentativas de homogeneizar-se o processo histórico local, a partir do silenciamento de tensões e posições divergentes. Assim, o caráter conflituoso da formação dessa sociedade dá espaço a uma história linear, freqüentemente harmoniosa e comum a todos. Constituiu-se, também, na produção de uma espécie de invisibilidade de certos eventos e sujeitos, não interessantes para aqueles projetos. Almeja, assim, tornar-se hegemônica, senão única, naquela sociedade.

Apesar desse intento, tais memórias se refazem no popular. Entre os trabalhadores, sujeitos da sociedade estudada e da presente pesquisa, tais construções são reelaboradas pelas pessoas, em uma relação com essas versões dominantes, sem com isso necessariamente constituírem-se em um bloco homogêneo, lhes fazendo oposição.

Essas visões do passado, produzidas na esfera pública local, não dão conta de toda a dinâmica em que está inserida a disputa pelas muitas memórias existentes *nessa e sobre essa* sociedade. Sendo assim, surge a necessidade de se estudar essas *muitas memórias* para então ser possível produzir *outras histórias*.

No intuito de realizar tal tarefa, no próximo capítulo, trabalharei um pouco dessas *muitas memórias*, tomando como base narrativas de trabalhadores do Município de Santa Helena. Tal recurso, além de possibilitar o acesso aos processos de visão comumente relegados ao silêncio, pela esfera pública local, constitui-se, também, como um meio possível e privilegiado para ter-se acesso às muitas versões em disputa pelo passado do município e da região. A partir dos depoimentos orais, portanto, torna-se possível captar o inter cruzamento dessas diferentes memórias, em sua dimensão tensa, e as maneiras como elas são formuladas e significadas pelas pessoas, a partir de suas próprias referências sociais.